

55

PREFEITO

**Felipe
Peixoto**

VICE

Bruno Lessa

**Niterói
pra você.**



Programa de Governo

2021 / 2024

NITERÓI PARA VOCÊ

Felipe Peixoto e Bruno Lessa

SUMÁRIO

Apresentação dos candidatos	5
<i>Felipe Peixoto</i>	5
<i>Bruno Lessa</i>	6
Uma breve apresentação	7
<i>Diálogos Temáticos para Construção do Programa</i>	8
<i>Visão contemporânea para uma cidade inteligente</i>	8
Diagnóstico da Cidade	10
<i>Informações Socioeconômicas de Niterói</i>	10
<i>ESTRUTURA ADMINISTRATIVA</i>	18
<i>ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS</i>	20
<i>ORÇAMENTO MUNICIPAL</i>	22
<i>DESPESAS DO MUNICÍPIO</i>	24
<i>INVESTIMENTOS</i>	26
<i>SERVIÇO DA DÍVIDA</i>	27
<i>ENDIVIDAMENTO</i>	28
<i>ROYALTIES</i>	29
<i>ANÁLISE FISCAL DA CIDADE DE NITERÓI</i>	30
<i>SAÚDE</i>	39
<i>EDUCAÇÃO</i>	46
<i>TRANSPORTE E MOBILIDADE</i>	51
<i>SEGURANÇA PÚBLICA</i>	59
<i>GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA – GGIM</i>	60
<i>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i>	61
<i>ASSISTÊNCIA SOCIAL</i>	63
<i>CULTURA</i>	66

<i>ESPORTE</i>	67
<i>HABITAÇÃO</i>	68
<i>TURISMO E ENTRETENIMENTO</i>	70
Programa de Governo	71
<i>Organização das Propostas</i>	71
<i>GOVERNANÇA, GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</i>	71
<i>URBANISMO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA</i>	72
<i>SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO</i>	75
<i>TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE</i>	76
<i>SEGURANÇA PÚBLICA</i>	78
<i>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</i>	79
<i>PROTEÇÃO CIVIL E RESILIÊNCIA</i>	80
<i>ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS</i>	81
<i>PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O IDOSO</i>	82
<i>SAÚDE</i>	84
<i>EDUCAÇÃO</i>	85
<i>ESPORTE E LAZER</i>	87
<i>CULTURA</i>	89
<i>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA</i>	90
<i>TURISMO E ENTRETENIMENTO</i>	91
Referências Bibliográficas	93

Apresentação dos candidatos

Felipe Peixoto

Felipe Peixoto nasceu em Niterói, é formado em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Direito pela Unilasalle. É pós-graduado em Direito Público pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e tem MBA em Gestão de Projetos da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com 43 anos, Felipe viveu os últimos 34 deles na militância política, paixão anunciada em 1986, aos 9 anos de idade, ao criar um comitê mirim do PDT para a campanha de Darcy Ribeiro ao governo do Rio de Janeiro. Nos mais de 20 anos dedicados ao serviço público, Felipe Peixoto sempre se destacou como gestor, construindo uma trajetória baseada na transparência, na luta contra a corrupção e na gestão participativa junto a lideranças comunitárias e a população em geral.

Foi assim como subsecretário regional de Icarai, secretário regional das Praias Oceânicas e vereador de Niterói por três mandatos consecutivos. No último deles Felipe recebeu 8.206 votos, sendo até hoje o vereador mais votado de toda a história da cidade, sempre correspondendo com projetos diferenciados. Entre esses projetos estão a Lei do Estatuto da Bicicleta (primeira no Brasil que serviu de modelo para outros municípios), a Lei do Reúso das Águas Cinzas e a ação apresentada ao Ministério Público solicitando a anulação da cobrança irregular do foro e laudêmio na Região Oceânica. O resultado veio agora em 2020, com a conquista da suspensão da taxa que beneficiou não só o litoral de Niterói, mas de todo o Estado do Rio.

Felipe foi também deputado estadual e secretário de estado em duas pastas, e disputou duas vezes a Prefeitura de Niterói, em ambas chegando ao segundo turno. A primeira em 2012, quando recebeu 47,45% dos votos válidos (119.205), em um cenário considerado como empate técnico. Em 2016 foram mais de 92 mil votos conquistados (mais de 41% dos válidos).

No ano seguinte, o ex-deputado integrou a equipe da Coordenação de Integração Metropolitana da Secretaria de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura da Prefeitura do Rio de Janeiro, à frente do desenvolvimento de diversos projetos de mobilidade. Em 2018 disputou uma cadeira na Alerj já pelo Partido Social Democrático (PSD), ficando como primeiro suplente.

Com a bagagem adquirida nos muitos projetos em áreas diferenciadas, como as de mobilidade e de meio ambiente, Felipe Peixoto abriu em 2019 a sua própria empresa e atuou no setor privado com assessoria e consultoria para soluções de cidades inteligentes (smart city). No mesmo período, foi professor convidado da pós-graduação em Administração Pública da UFF na disciplina Políticas Urbanas, compartilhando experiências de áreas que especialmente trabalhou em seus mandatos, como planejamento e instrumentos de política urbana; planejamento metropolitano e política de mobilidade; e política habitacional, desenvolvimento sustentável e cidades inteligentes.

Esses são alguns dos segmentos que, tanto no Legislativo como no Executivo, receberam projetos diferenciados de Felipe, a maioria com foco em Niterói, cidade onde nasceu, sempre viveu e escolheu para formar suas filhas e prosseguir trabalhando pelo povo. Agora pelo PSD e unido a Bruno Lessa do Democratas (DEM), para mostrar que Niterói vem sempre em primeiro lugar. Sempre... E que é Niterói para você!

Bruno Lessa

Nascido em Niterói, Bruno Lessa é advogado, formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Filiado ao DEM, foi eleito, em 2012, aos 21 anos para seu primeiro mandato na Câmara Municipal de Niterói, tornando-se o vereador mais novo a ganhar uma eleição na cidade.

Em 2013, ao iniciar o primeiro mandato, presidiu a CPI do Transporte Público, que abriu a caixa-preta das empresas de ônibus na cidade. Desde então, Bruno Lessa defende a melhoria dos serviços, a redução do valor das passagens e conseguiu, na Justiça, o fim da biometria nos ônibus para os idosos.

Três anos depois, em 2016, Bruno Lessa relatou a CPI da Enel, então Ampla, que investigou os serviços prestados pela concessionária de energia elétrica.

Aos 29 anos, finalizando seu segundo mandato, faz um trabalho propositivo e de intensa fiscalização do Poder Executivo. É autor de inúmeras ações na Justiça, representações no Ministério Público e requerimentos de informação visando sempre maior transparência da gestão municipal.

Como presidente da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, em 2018, Bruno Lessa relatou o Plano Diretor que define o ordenamento urbanístico da cidade pelos próximos dez anos. É também autor de diversas leis municipais.

Durante seus dois mandatos, Bruno Lessa foi a principal voz da oposição da cidade e enfrentou gastos desproporcionais da prefeitura, assim como expôs irregularidades no transporte público e lutou contra a corrupção. Agora, Bruno Lessa e Felipe Peixoto unem-se para mostrar a Niterói que, para eles, a cidade está sempre em primeiro lugar. É a união da competência para trabalhar pra você!

Uma breve apresentação

O panorama político, econômico e social da maioria dos municípios do país, especificamente no ano de 2020, foram profundamente impactados pela pandemia do COVID-19. Medidas, nunca antes imaginadas pela administração públicas, tiveram que ser imediatamente adotadas, sem que se pudesse aquilatar, de imediato, seus resultados. Um grande teste de fogo para os gestores de todas as áreas.

O cenário que se vislumbra para, no mínimo, os próximos dois anos, necessariamente contemplará ainda muitas ações associadas ao combate do COVID-19. No momento o mundo atravessa uma séria crise de saúde com fortes reflexos em diversos setores, como educação, saúde, economia. Esta pandemia deixa marcas fortíssimas em Niterói, com a rede de saúde impactada e setores como educação, economia e transporte com sequelas que exigirão fortes esforços para buscar soluções.

Dentro da profunda desigualdade da estrutura social do nosso país, os mais pobres sempre são os mais penalizados. A precariedade dos seus espaços de moradia e de convivência social, a dificuldade de isolamento por necessidade de sobrevivência, falta de acesso às tecnologias que permitam trabalhar e estudar de forma remota, ficaram mais expostos doença e terão mais dificuldades na recuperação dos postos de trabalho e do tempo perdido dos estudos.

Com a velocidade que a doença e suas soluções imprimem, ficar difícil prever em quanto tempo teremos remédios e vacinas que permitam retornar a normalidade. Mas podemos dizer que esse retorno será precedido de esforços, recursos financeiros e de pessoal, que demandará um planejamento muito bem feito, com a colaboração dos técnicos e participação da sociedade civil. A amarga experiência pela qual estamos passando, nos deixa um legado que precisamos aproveitar e fazer ajustes no nosso modo de viver e ver o mundo. Novas formas de trabalho surgiram, as desigualdades sociais se afloram e apresentemos que a solidariedade é uma característica que não perdemos.

Muito embora não se possa afirmar sob que condições estaremos futuramente (flexibilização, contenção, eficácia das vacinas, curva de contágio, dentre outros fatores), já podemos moldar que a dinâmica de vida das cidades e seus inúmeros agentes e setores, estará alterada para condições muito diferentes da que tínhamos.

Lidar com este prognóstico exigirá dos novos governantes municipais muita competência política e administrativa, como também relativa dose de criatividade e inovação na gestão, para se harmonizar, de uma lado, o não avanço da doença e a consequente perda de vidas e ,de outro lado, com o aquecimento da economia e vida social da cidade.

A construção de um programa de governo municipal para os próximos 4 anos, precisa absorver e tratar, de forma sistemática e transversal, a questão da pandemia COVID-19, para que os temas propostos, mito embora realistas e necessários, não percam eficácia.

A formação de uma sociedade mais justa se deve ao debate popular e ao estímulo de todos os seus segmentos no desenvolvimento político de uma nação. Esse plano nasce com a vontade de debater a cidade de Niterói, suas peculiaridades e especificidades no processo eleitoral, como um base propositiva onde a sociedade niteróiense possa exercer o diálogo e interlocução nesse processo eleitoral de 2020. Queremos ter a oportunidade de poder debater o futuro político e ajudar na construção de uma agenda positiva para a cidade de Niterói, principalmente em um ano tão atípico e diferente quanto esse de 2020 que estamos vivendo e suas repercussões futuras para um desenho pós-pandêmico menos desigual, incluyente e inteligente.

Certo que o processo de se candidatar, seja na disputa majoritária, seja na proporcional, não nos é novo. E a cada ciclo há um conjunto grande de acumulações e conhecimentos que particularmente preferimos não descartá-los, mas avaliar sua pertinência, solução e transformação ao longo dos ciclos de debate. Cada tempo apresenta suas questões próprias e desafios, mas muitos dos problemas enfrentados pela cidade continuam sem solução até hoje.

Uma vez percorridas as primeiras duas décadas do Século XXI, não é mais possível se abster dos avanços tecnológicos que nos permitem monitorar operacionalmente e estrategicamente a cidade, promover a transparência necessária ao cidadãos, como também aumentar a velocidade das soluções e ampliar a economia dos esforços, tanto material, humano, financeiro - permitindo direcionar forças mais contundentes a onde se faz necessário. A cidade Inteligente, termo recentemente popularizado como

"Smart Cities", será verdadeiramente inteligente se o conhecimento, a tecnologia e os métodos de operação, for para tornar a cidade mais justa e igualitária.

Diálogos Temáticos para Construção do Programa

Para fomentar a discussão em Niterói e debater as ideias aqui apresentadas no desafio que a Pandemia do Corona vírus nos impõem, foram realizadas inúmeras vídeo conferências usando as redes sociais - conhecidas popularmente como "LIVES" onde os temas setoriais puderam ser discutidos com os diversos segmentos da sociedade. Importante ressaltar que no processo metodológico, uma ideia poderia participar de diversos temas, assim como um assunto, ao ganhar força suficiente, se tornar um tema específico na proposta de programa de governo.

A metodologia aplicada nos encontros privilegia a convergência e o consenso, sem detrimento do bom debate, com suas diferenças e antagonismos. Nosso objetivo foi promover o sentimento de pertencimento da população participante, com o processo sendo tão importante quanto o resultado. Muitos temas, clássicos, são os que sempre nos dispomos a discutir: **URBANISMO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA, SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO, TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE, GOVERNANÇA, GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CULTURA, PROTEÇÃO CIVIL E RESILIÊNCIA, ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA, TURISMO E ENTRETENIMENTO.** Compreendemos que a Pandemia afeta transversalmente todos esses temas e produz efeitos diversos que precisam de atenção, monitoramento e revisão para serem superados no novo-normal.

Visão contemporânea para uma cidade inteligente

O desenvolvimento deste plano de governo foi idealizado a partir do sonho de muitos niteroienses e estruturado a partir de um dos mais modernos e estruturantes modelos de gestão – o das Cidades Inteligentes.

Nesta introdução são apresentados os drives de desenvolvimento de uma Cidade Inteligente e todo o projeto foi elaborado a partir de projetos estruturantes que compõem o conjunto de "drives".

O modelo é desafiador e tem como base as dimensões SAÚDE, EDUCAÇÃO e INFRAESTRUTURA as quais são essenciais para o desenvolvimento de projetos relacionados de CULTURA e TURISMO vocação de Niterói que precisa decolar, mas de forma consistente e sustentável.

O termo em inglês "Smart City", traduzido livremente como "Cidade Inteligente" no português, foi primeiramente mencionado e criado no início dos anos 90 com a finalidade de estabelecer o fenômeno que era a necessidade de se planejar o desenvolvimento urbano junto à tecnologia, inovação e globalização, observando da perspectiva econômica.

Os estudos sobre cidades inteligentes vêm ganhando espaço na última década, impulsionado pelos desafios decorrentes do crescimento da urbanização e buscas por soluções capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável das grandes cidades. Alguns estudos identificam um consenso na literatura que uma cidade inteligente deve ser inclusiva, segura, resiliente, sustentável e baseada em tecnologias (Guedes, et al, 2020).

Então, uma cidade se torna uma cidade inteligente quando as diversas tecnologias e a inovação fazem partes das infraestruturas tradicionais de um determinado município. As Cidades Inteligentes também são instrumentos que melhoram a qualidade de vida do cidadão como por exemplo através de estacionamentos inteligentes, economia inteligente, transporte e mobilidade inteligente presentes em diversas cidades ao redor do mundo como Lisboa em Portugal, Bogotá na Colômbia, Boston nos Estados Unidos e Manchester no Reino Unido.

Desta forma, o principal objetivo de uma Cidade Inteligente é utilizar de maneira eficiente os recursos públicos, aumentando a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade habitante, reduzindo os custos operacionais usuais da administração. O conceito de Cidades Inteligentes foi expandido ao longo do tempo, incorporando variáveis que refletem formas de lidar com os desafios impostos pelas

transformações decorrentes da maneira como as cidades vão se desenvolvendo e exigindo-se uma maneira estratégica de pensar as cidades.

O presente Plano de Governo do Município de Niterói contém propostas para diversos aspectos da cidade de Niterói sob a perspectiva de uma pesquisa de campo junto a mais de 1000 profissionais especialistas nas mais diversas áreas de conhecimento, pertencentes a cidades de Niterói e Rio de Janeiro, além de um densa pesquisa bibliográfica sobre as Cidades Inteligentes e a Cidade de Niterói.

Na Figura 1 é apresentado o modelo de gestão das células de uma cidade inteligente, cujo objetivo é nortear as políticas públicas no sentido de produzir soluções inteligentes e de elevado valor agregado ao cidadão niteroiense.

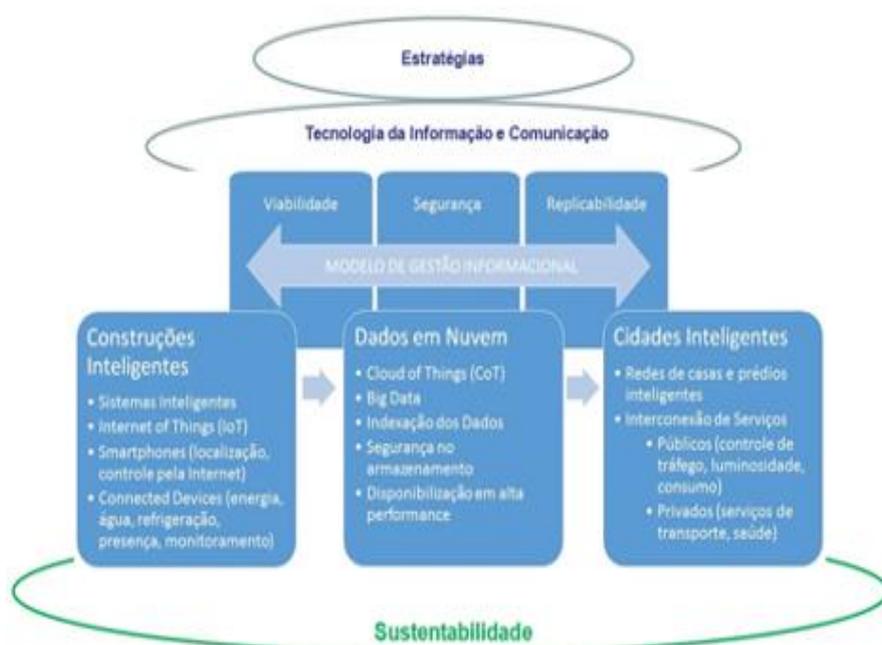


Figura 1 – Gestão informacional de células de infraestrutura (residências, instalações comerciais, de serviço e de produção).

Diagnóstico da Cidade

Informações Socioeconômicas de Niterói

Niterói é uma cidade da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O município se estende por 133,9 km² e, segundo o último Censo, realizado em 2010, contava com 487.562 habitantes. No entanto, a população estimada, em 2019, é de 513.584 pessoas. A densidade demográfica é de 3.640,80 hab/km². Vizinho dos municípios Rio de Janeiro, São Gonçalo e Maricá, Niterói se situa a 8 km a Sul-Oeste de São Gonçalo. Situado a 14 metros de altitude, Niterói tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 22° 52' 51" Sul, Longitude: 43° 6' 15" Oeste. A superfície do município corresponde a 13.392 hectares, ou 133,92 km².

Quanto a territorialidade, Niterói apresenta 91,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 78,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 58,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do Estado do Rio, fica na posição 10 de 92, 22 de 92 e 17 de 92, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 393 de 5.570, 2.514 de 5.570 e 232 de 5.570, respectivamente:

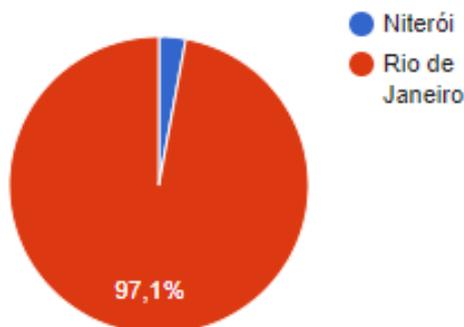
- Área da unidade territorial (2018): 133,757 km²
- Esgotamento sanitário adequado (2010): 91,1%
- Arborização de vias públicas (2010): 78,5%
- Urbanização de vias públicas (2010): 58,8%
- Bioma (2019): Mata Atlântica



FONTES: IBGE; Prefeitura de Niterói; Cidade – Brasil

A população de Niterói era de 487.562 habitantes, de acordo com o último Censo, realizado em 2010 pelo IBGE. A população do município representa 2,98% da população total do Estado de Rio de Janeiro que possui 16.369.179 habitantes.

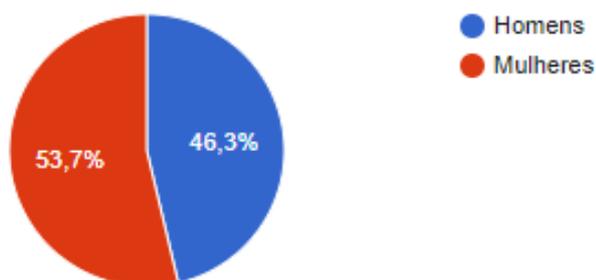
População Cidade Niterói X Estado Rio de Janeiro



FONTE: IBGE

Conforme o Censo 2010, a população de Niterói é composta por 225.838 (46,3%) homens e 261.724 (53,7%) mulheres.

Niterói: Homens X Mulheres



FONTE: IBGE

Entre 2000 e 2010, a população de Niterói cresceu a uma taxa média anual de 0,60%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município se manteve em 100,00%. Com o advento da pandemia do COVID-19, a realização do Censo IBGE 2020 tornou-se inviável mas, acredita-se que a população niteroiense esteja ainda maior visto que a tendência dos censos é crescente:

População Total, por Gênero, Rural/Úrbana - Município - Niterói - RJ

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	436.155	100,00	459.451	100,00	487.562	100,00
População residente masculina	204.694	46,93	213.984	46,57	225.838	46,32
População residente feminina	231.461	53,07	245.467	53,43	261.724	53,68
População urbana	436.155	100,00	459.451	100,00	487.562	100,00
População rural		0,00		0,00		0,00

FONTE: PNDU, IPEA e FJP



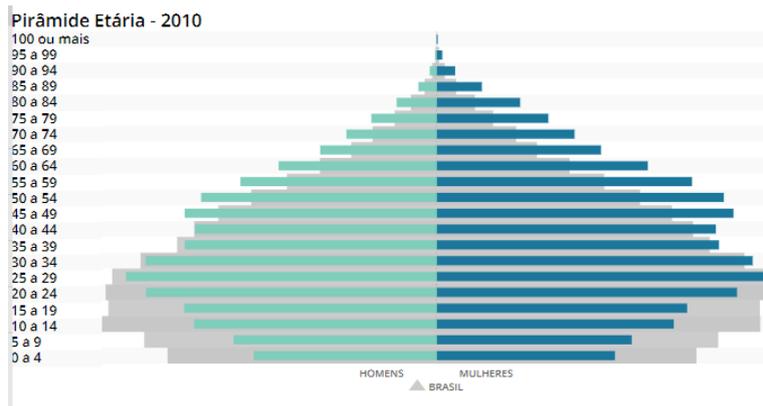
FONTE: IBGE

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 43,73% para 40,49%, e a taxa de envelhecimento, de 9,83% para 12,17%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 47,26% e 7,58%. Já no Estado do Rio de Janeiro, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000, e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente. *O que é razão de dependência? Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). O que é taxa de envelhecimento? Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.*

Estrutura Etária da População - Município - Niterói - RJ

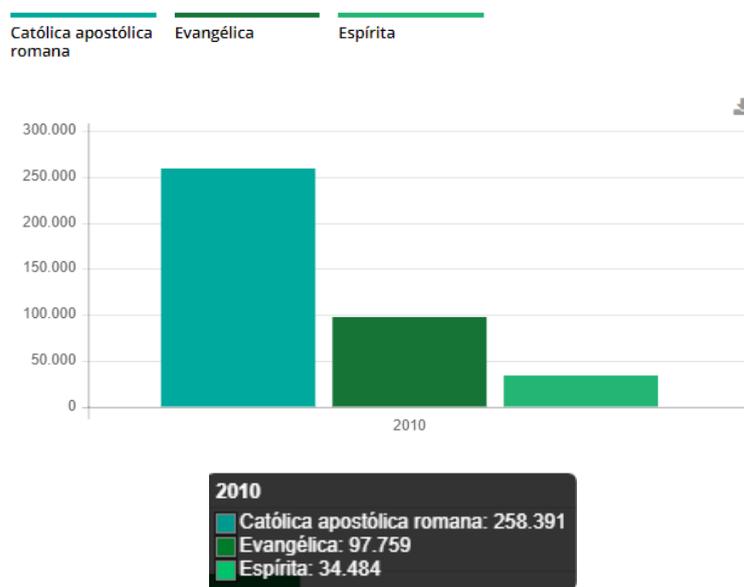
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	106.908	24,51	94.602	20,59	81.201	16,65
15 a 64 anos	296.189	67,91	319.672	69,58	347.040	71,18
População de 65 anos ou mais	33.058	7,58	45.177	9,83	59.321	12,17
Razão de dependência	47,26	-	43,73	-	40,49	-
Taxa de envelhecimento	7,58	-	9,83	-	12,17	-

FONTE: PNDU, IPEA e FJP



FONTE: IBGE

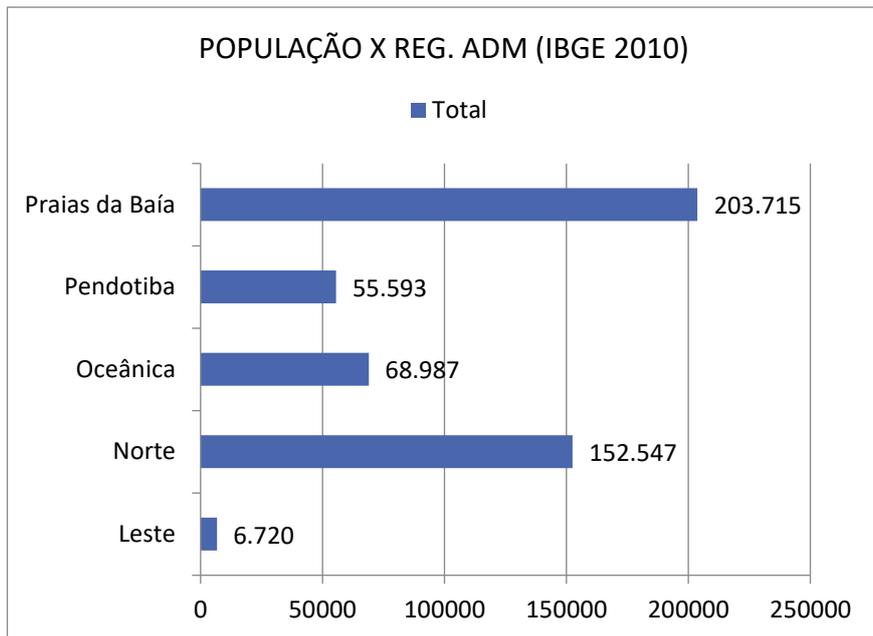
POPULAÇÃO RESIDENTE POR RELIGIÃO (Unidade: pessoas)



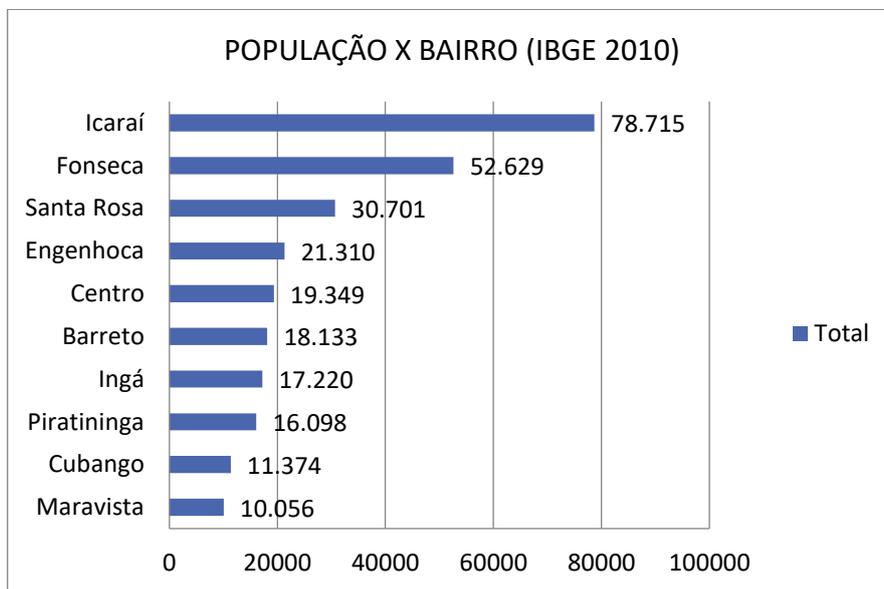
FONTE: IBGE

POPULAÇÃO DIVIDIDA POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS E BAIROS

REGIÕES ADMINISTRATIVAS MAIS POPULOSAS



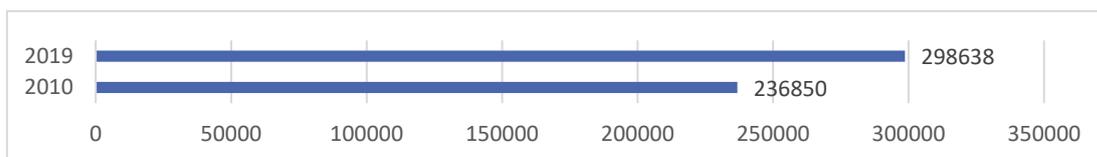
BAIROS MAIS POPULOSOS



POPULAÇÃO EM CADA BAIRRO

POPULAÇÃO X BAIRROS (IBGE 2010)			
Badu	6.198	Largo de Batalha	9.252
Baldeador	2.825	Maceió	4.272
Barreto	18.133	Maravista	10.056
Boa Viagem	2.088	Maria Paula	6.741
Cachoeira	3.171	Matapaca	1.037
Cafubá	3.289	Morro de Estado	4.073
Camboinhas	3.138	Muriqui	735
Cantagalo	8.556	Pé Pequeno	4.112
Caramujo	7.980	Piratininga	16.098
Centro	19.349	Ponta D'areia	6.937
Charitas	8.121	Rio do Ouro	3.085
Cubango	11.374	Santa Bárbara	7.417
Engenho de Mato	10.038	Santa Rosa	30.701
Engenhoca	21.310	Santana	7.720
Fátima	4.004	Santo Antônio	4.758
Fonseca	52.629	São Domingos	4.727
Gragoatá	127	São Francisco	9.712
Icaraí	78.715	São Lourenço	9.685
Ilha de Conceição	5.766	Sapê	7.194
Ingá	17.220	Serra Grande	9.246
Itacoatiara	1.354	Tenente Jardim	3.623
Itaipu	6.320	Várzea das Moças	2.900
Ititioca	8.592	Viçoso Jardim	4.085
Jacaré	3.563	Vila Progresso	3.751
Jardim Imbuí	1.127	Viradouro	4.562
Jurujuba	2.797	Vital Brasil	3.299

FROTA DE VEÍCULOS

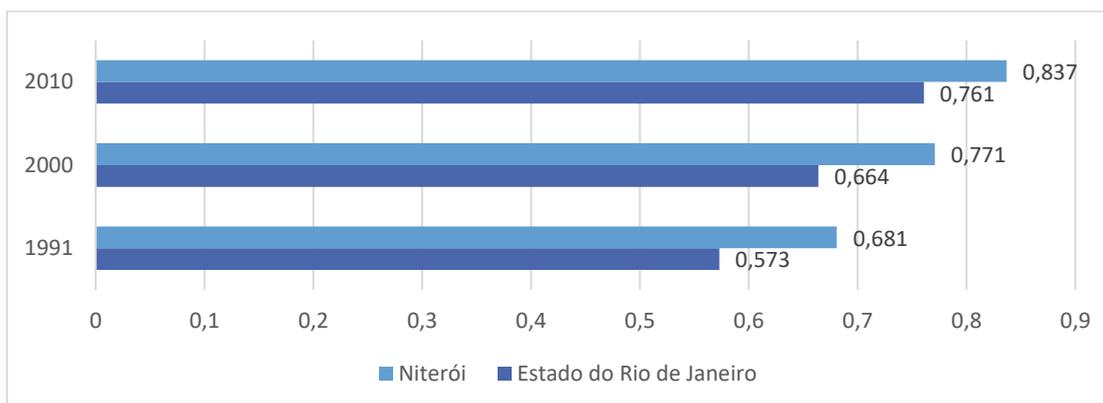


FONTE: IBGE

A população da cidade cresceu em torno de 24 mil pessoas, enquanto a frota de veículos registrados na cidade cresceu em torno de 60 mil veículos, no período de 2010 até 2019. A quantidade de automóveis por habitantes é de aproximadamente 5,8 veículos a cada 10 habitantes. Nos municípios vizinhos as proporções são de, aproximadamente, três para cada 10 habitantes em São Gonçalo e 4,3 para 10 habitantes em Maricá.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) leva em consideração expectativa de vida, educação e PIB (PPC) per capita. Em Niterói, o IDH é de 0.837, enquanto no Brasil o IDH é de 0.727. Enquanto Niterói teve um crescimento de 0.156, o Estado do Rio apresentou crescimento de 0.188. Em municípios vizinhos como São Gonçalo e Maricá, o crescimento foi de 0.196 e 0.245, respectivamente.

IDH - ESTADO DO RIO X NITERÓI

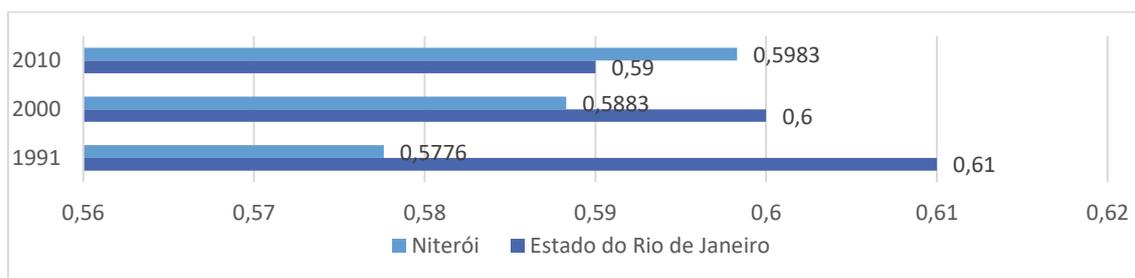


FONTES: IBGE; Prefeitura de Niterói; Cidade – Brasil

O Coeficiente de GINI é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e pode ser usado para qualquer distribuição, embora seja comumente utilizado para medir a desigualdade da distribuição de renda. Ao contrário do IDH, no Coeficiente de GINI o valor ideal é zero.

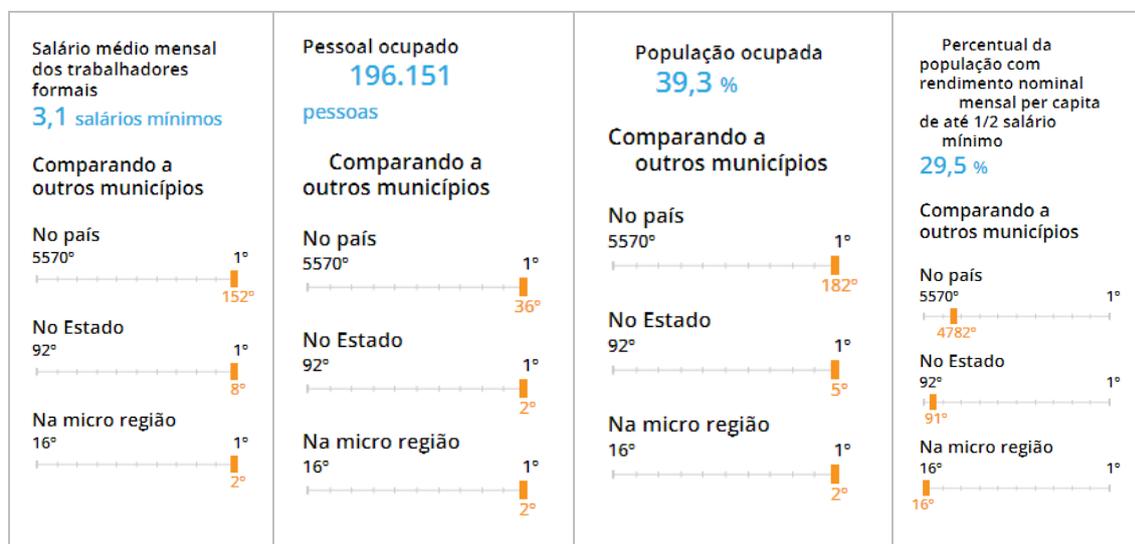
Enquanto o Estado do Rio melhorou seu indicador, Niterói caminhou no sentido oposto, o que indica que, enquanto no Estado a renda foi melhor distribuída, em Niterói ela se concentrou ainda mais. Tal dado indica claramente que, ao longo das últimas décadas, Niterói se tornou uma cidade mais desigual. O índice em Niterói cresceu 0.0207, enquanto nos municípios vizinhos de São Gonçalo e Maricá a alteração foi de -0.0104 e -0.054. Portanto, entre os municípios vizinhos houve melhor distribuição de renda, enquanto Niterói seguiu na contramão, aumentando a concentração de renda.

GINI - ESTADO DO RIO X NITERÓI



FONTES: IBGE; Prefeitura de Niterói; Cidade – Brasil

Acerca da Economia de Niterói, em 2017 o salário médio mensal era de 3.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 39,3%. Na comparação com os outros municípios do Estado do Rio, ocupava as oitava e quinta posições, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, Niterói ficava na posição 152 de 5.570 e 182 de 5.570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, temos 29,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 91 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 4.782 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.



FUNTE: IBGE

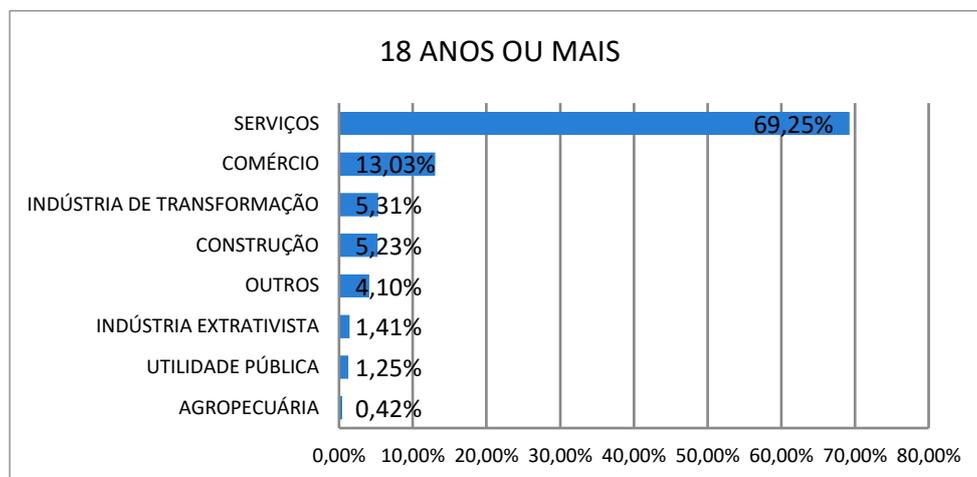
Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população economicamente ativa passou de 64,87% para 64,30%. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,43% em 2000 para 6,40% em 2010.

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Niterói - RJ

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	64,87	64,30
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	13,43	6,40
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	67,37	72,50
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	76,27	83,31
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	62,52	71,87
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	21,28	6,87
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	46,81	44,22
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	72,16	70,05

FUNTE: PNDU, IPEA e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 0,42% trabalhavam no setor agropecuário, 1,41% na indústria extrativa, 5,31% na indústria de transformação, 5,23% no setor de construção, 1,25% nos setores de utilidade pública, 13,03% no comércio e 69,25% no setor de serviços.



FONTE: IBGE 2010

ESTRUTURA

ADMINISTRATIVA

A Prefeitura de Niterói possui 52 secretarias ou órgãos com status de secretaria. Um levantamento feito, através da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020, aponta que muitas pastas têm praticamente a totalidade dos seus orçamentos voltada para pagamento de pessoal. O valor destinado a investimento é quase nulo. É o caso, principalmente, das administrações regionais e das secretarias de Indústria Naval, Obras e Participação Social.

Claramente, há um inchaço na máquina pública municipal, ocasionando um alto valor de despesas com pessoal. A cidade não necessita de tantas secretarias, de tantos cargos, em resumo, de verdadeiros cabides de emprego. Segue abaixo lista com os órgãos municipais mencionados:

Secretaria da Chefia de Gabinete

Secretário Coordenador Geral de Comunicação

Secretaria Executiva

Secretaria Municipal de Governo

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle

Secretaria Municipal de Fazenda

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

Secretaria Municipal de Des. Econômico, Indústria Naval, Petróleo e Gás

Secretaria Municipal de Ordem Pública

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Secretaria Municipal de Cultura

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Secretaria Municipal de Participação Social

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Secretaria Municipal de Projetos Estratégicos, Ciências e Tecnologia
Secretaria Municipal do Idoso
Secretaria de Defesa do Consumidor
Secretaria da Secretaria Executiva
Secretaria Municipal de Política de Drogas
Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia
Secretaria Regional do Sapê, Badu e Matapaca
Secretaria Regional da Engenhoca
Secretaria Regional da Região Oceânica
Secretaria Regional da Ilha da Conceição
Secretaria Regional de Icaraí
Secretaria Regional do Fonseca
Secretaria Regional do Barreto
Secretaria Regional do Ingá e Centro
Secretaria Regional do Rio do Ouro
Secretaria Regional do Largo da Batalha
Secretaria Regional do Ponto Cem Réis
Secretaria Regional de Jurujuba
Secretaria Regional de Tenente Jardim
Secretaria Regional de São Francisco
Secretaria Regional de Cubango, Santa Rosa e Vital Brasil
Procuradoria Geral do Município – PGM
Fundação Municipal de Educação
Niterói Previdência – NitPrev
Niterói Empresa de Lazer e Turismo - Neltur
Niterói Transporte e Trânsito – NitTrans
Companhia de Limpeza de Niterói – Clin
Fundação de Artes de Niterói – FAN
Grupo Executivo do Caminho Niemeyer
Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – Emusa
Coordenadoria de Acessibilidade do Gabinete do Prefeito
Superintendência de Terminais e Estacionamentos de Niterói – Suten

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

O município é dividido em cinquenta e dois bairros (definidos pelo Plano Diretor – Lei Municipal nº 3.385 de 2019). Para efeito de planejamento político-administrativo, a cidade foi organizada em cinco regiões de planejamento: Praias da Baía, Norte, Oceânica, Pendotiba e Leste. Segue quadro e mapa com as composições das Regiões Administrativas e Distribuições Espaciais:

Região	Bairros
Praias da Baía	Bairro de Fátima, Boa Viagem, Cachoeiras, Centro, Charitas, Gragoatá, Icaraí, Ingá, Jurujuba, Morro do Estado, Pé Pequeno, Ponta d'Areia, Santa Rosa, São Domingos, São Francisco, Viradouro e Vital Brazil.
Norte	Baldeador, Barreto, Caramujo, Cubango, Engenhoca, Fonseca, Ilha da Conceição, Santa Bárbara, Santana, São Lourenço, Tenente Jardim e Viçoso Jardim.
Oceânica	Cafubá, Cambinhas, Engenho do Mato, Itacoatiara, Itaipu, Jacaré, Jardim Imbuí, Maravista, Piratininga, Santo Antônio e Serra Grande.
Pendotiba	Badu, Cantagalo, Ititioca, Largo da Batalha, Maceió, Maria Paula, Matapaca, Sapê e Vila Progresso
Leste	Muriqui, Rio do Ouro e Várzea das Moças.



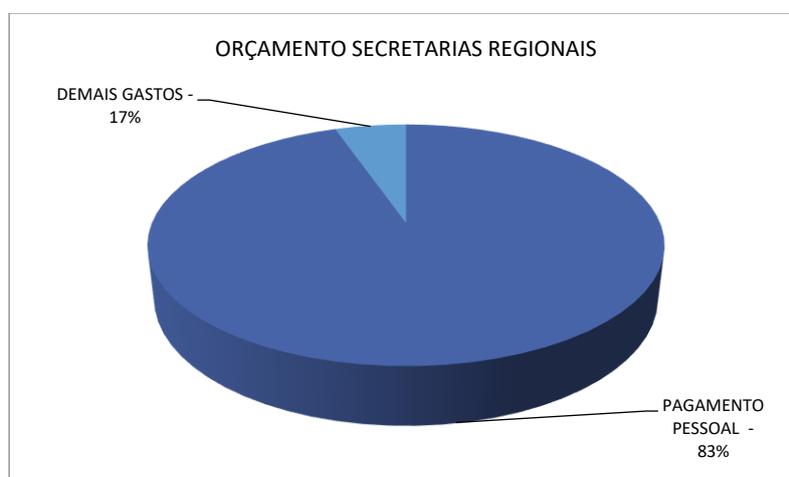
Do ponto de vista de organização administrativa, ao longo das últimas três décadas, a prefeitura optou por criar uma política de descentralização administrativa. Inicialmente, foram criados órgãos chamados de Secretarias de Desenvolvimento Regional (eram apenas 3 - Santa Barbara, Pendotiba e Região Oceânica), que se transformaram em Secretarias Regionais (diversas) e finalmente, nos últimos anos, foram nominadas como administrações regionais. Até o final de 2019, a prefeitura trabalhou com 14

secretarias de administração regional: Barreto; Engenhoca; Fonseca; Icaraí; Ilha da Conceição; Ingá e Centro; Jurujuba; Largo da Batalha; Ponto Cem Réis e Adjacências; Região Oceânica; Rio do Ouro; São Francisco; Sapê, Badu e Matapaca; e Tenente Jardim.

Após votação em segunda discussão, em dezembro de 2019, a Câmara Municipal de Niterói aprovou a Mensagem Executiva que criou a 15ª administração regional do governo Rodrigo Neves, a Administração Regional do Cubango, Santa Rosa e Vital Brasil. A matéria foi aprovada com 10 votos “sim”, quatro “não” e uma abstenção.

Cabe aqui frisar que a unidade administrativa “administração regional” é chefiada por cargo de símbolo “SM” (Secretário Municipal) e dispõe de unidade orçamentária própria no orçamento municipal. Portanto, apesar do eufemismo da nomenclatura, é possível afirmar que as administrações regionais são, sim, secretarias municipais.

No final de 2019, com a análise da Lei Orçamentária Anual para 2020, foi constatado que as até então 14 secretarias regionais, hoje 15, dispõem de orçamento de R\$ 14,8 milhões, e que praticamente todo esse dinheiro (83%) é destinado para pagamento de pessoal. Sendo o investimento, zero.



A estrutura administrativa das administrações regionais é ineficiente, servindo apenas para inchar a “máquina” pública com cargos comissionados, sem poder de ação para suprir a demanda das localidades assistidas. Fica claro, portanto, que o objetivo do atual Poder Executivo Municipal é fazer com que as regionais sirvam apenas como cabides de empregos e instrumentos de negociação política com parlamentares, partidos políticos e lideranças comunitárias.

Quadro dos Funcionários à Disposição das Regionais (Jan/2020):

REGIONAL	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS
ADM REGIONAL DO SAPE, BADU E MATACAPA	21
ADM. REG. DO PONTO CEM REIS E ADJACENCIA	25
ADM. REGIONAL DA ILHA DA CONCEICAO	24
ADM. REGIONAL DO LARGO DA BATALHA	28
ADMINISTRACAO REG. DA REGIAO OCEANICA	19
ADMINISTRACAO REGIONAL DA ENGENHOCA	18
ADMINISTRACAO REGIONAL DE ICARAI	20
ADMINISTRACAO REGIONAL DE JURUJUBA	13
ADMINISTRACAO REGIONAL DE SAO FRANCISCO	14
ADMINISTRACAO REGIONAL DE TENENTE JARDIM	15
ADMINISTRACAO REGIONAL DO BARRETO	31
ADMINISTRACAO REGIONAL DO FONSECA	27
ADMINISTRACAO REGIONAL DO INGA	48
ADMINISTRACAO REGIONAL DO RIO DO OURO	23
TOTAL GERAL	326

ORÇAMENTO MUNICIPAL

Nos últimos oito anos, a receita de Niterói pulou de R\$ 1.520.133,00 para uma expectativa de R\$ 3.749.464.784,25 (2020), um aumento de aproximadamente 146%. O gasto com pessoal também subiu de forma proporcional, com um aumento de, aproximadamente, 140% no mesmo período, saindo de R\$ 540.682.768,00 para R\$ 1.299.049.141,86, isso sem contar com os valores pagos a aposentados e pensionistas.

Porém, o aumento do orçamento municipal não se deve somente à arrecadação de impostos, como poderemos ver abaixo. A arrecadação com royalties de petróleo saltou de R\$ 103.303.000,00 para R\$ 1.200.000.000,00, crescendo cerca de 1.062%. O crescimento vertiginoso desse tipo de transferência federal, que é volátil, representará em torno de 32% do orçamento municipal em 2020, contra 7% em 2013.

Em um cenário hipotético, onde retirássemos, tanto em 2013 quanto em 2020, os royalties do orçamento, o aumento do orçamento geral da cidade seria de aproximadamente 80%. Portanto, bem inferior ao aumento dos gastos com pessoal (140%). Isso ainda não levando em consideração que algumas taxas, impostos e transferências, como Fundeb e a Cosp, têm aplicação específica não podendo ser usadas em qualquer outra atividade.

Os royalties, como explicaremos melhor no tópico seguinte, são pagamentos dependentes de diversos fatores como o preço do barril do petróleo, o valor do dólar comparado ao real e a quantidade de petróleo extraída. Desta forma, é temerário aumentar pagamentos fixos, como salários, contando que esse incremento na receita seja algo permanente. Para entender os efeitos negativos disso, basta observar o que ocorreu com os municípios da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Com a redução significativa da exploração de petróleo naquela região, o inchaço da máquina pública ficou notório e prejudicou substancialmente a capacidade de investimento daquelas cidades.

Evolução do orçamento municipal:

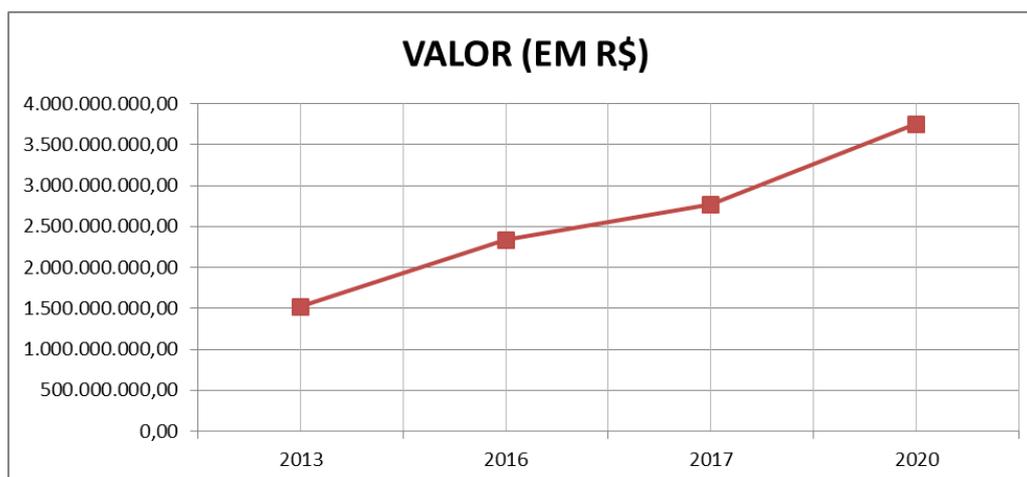
2013 - R\$ 1.520.133.000,00

2016 - R\$ 2.339.440.320,39

2017 - R\$ 2.767.516.395,45

2020 - R\$ 3.749.464.784,25

Crescimento de aproximadamente 146%



Evolução dos gastos com pessoal:

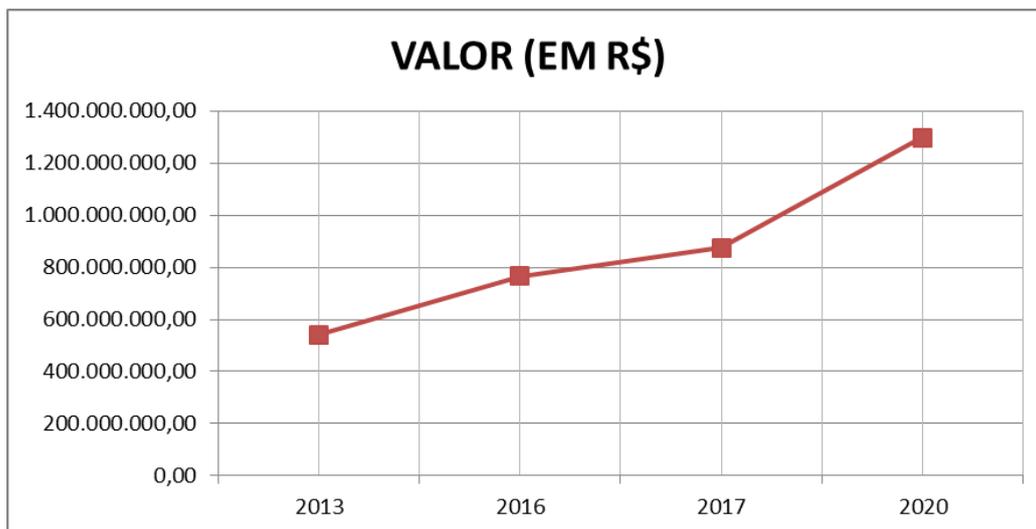
2013 - R\$ 540.682.768,00

2016 - R\$ 766.112.584,63

2017 - R\$ 875.558.361,58

2020 - R\$ 1.299.049.141,86

Crescimento de aproximadamente 140%.

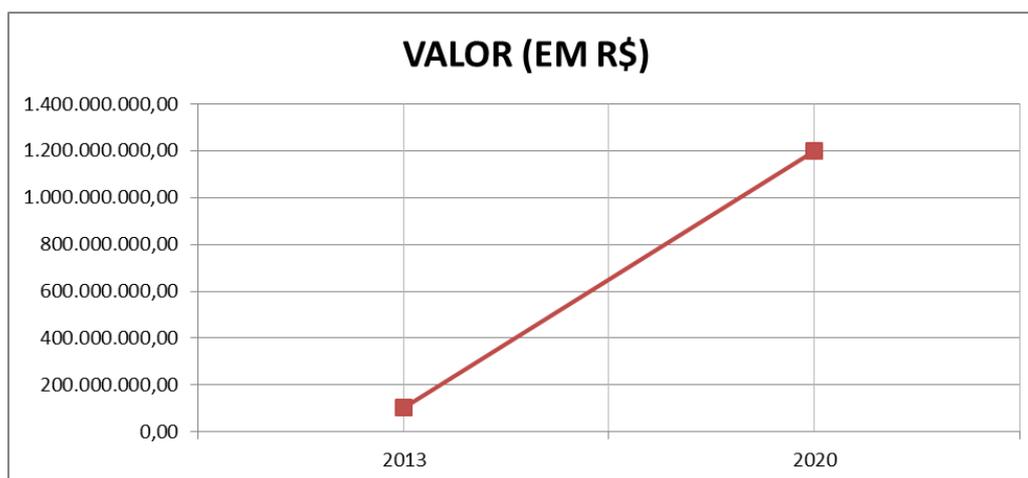


Evolução dos royalties (resumida):

2013 - R\$ 103.303.000,00

2020 - R\$ 1.200.000.000,00

Crescimento de aproximadamente 1,062%.

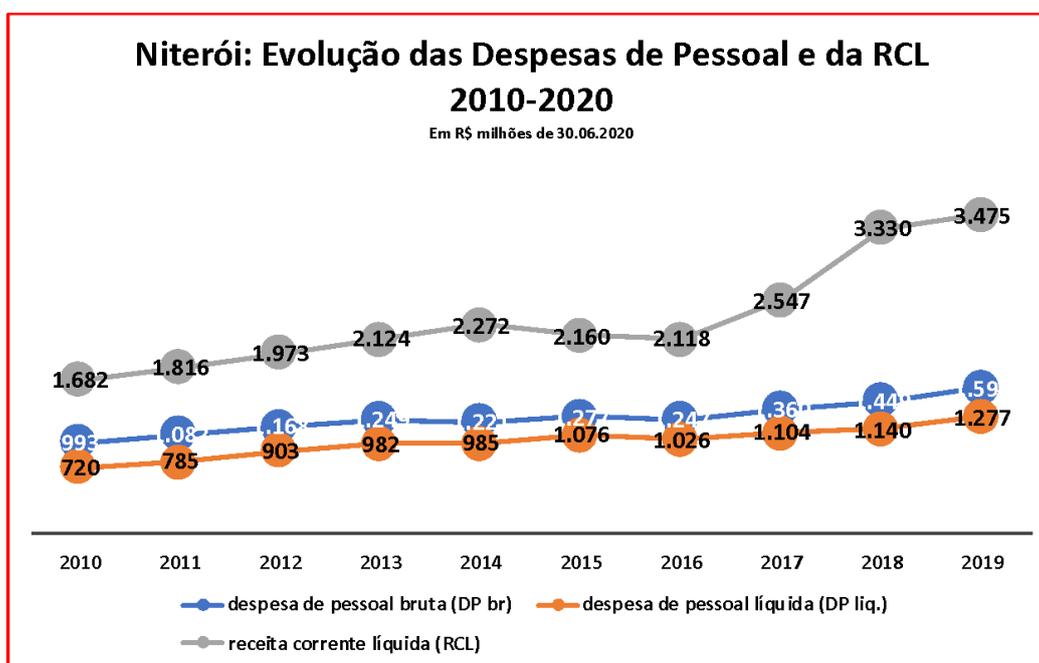


DESPESAS DO MUNICÍPIO

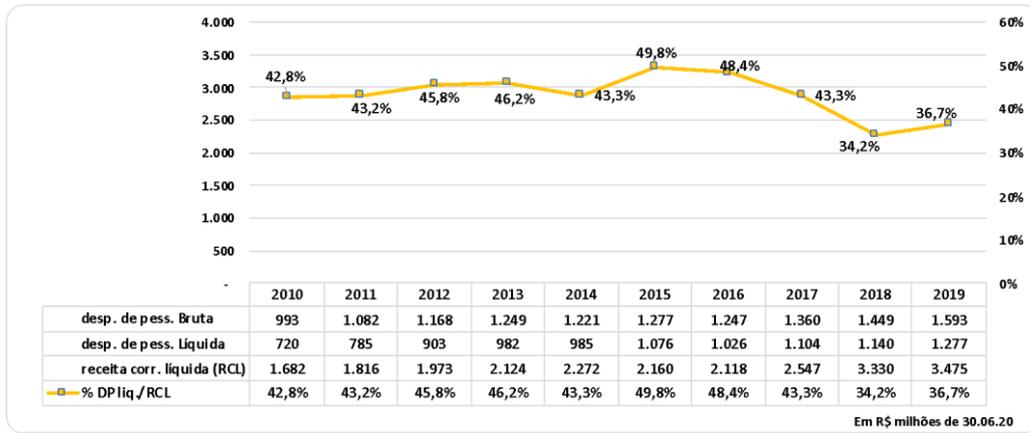
A seguir veremos a evolução das despesas da Prefeitura Municipal de Niterói entre 2010 e 2019. Serão analisadas três classes de despesas: **as despesas de pessoal**, incluindo as despesas com aposentadorias e pensões, que receberão uma avaliação individualizada; **os investimentos**; e **o serviço da dívida e o endividamento**, englobando os estoques bruto e líquido. Frequentemente, as diferentes despesas serão observadas como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL), de forma a avaliar a sua sustentabilidade.

A despesa de pessoal aqui será categorizada como bruta e líquida. A despesa líquida é apurada com base nos critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para calcular o percentual de comprometimento da RCL com servidores ativos, inativos e pensionistas. São deduzidos do gasto total o valor das indenizações pagas por demissões de servidores e empregados públicos; as importâncias pagas a título de incentivo às demissões voluntárias; as despesas com inativos e pensionistas custeadas com as receitas do regime próprio de previdência do ente federativo e, finalmente, as despesas de exercícios anteriores e os dispêndios com sentenças judiciais. A despesa bruta não sofre qualquer dedução, e representa a despesa real com pessoal.

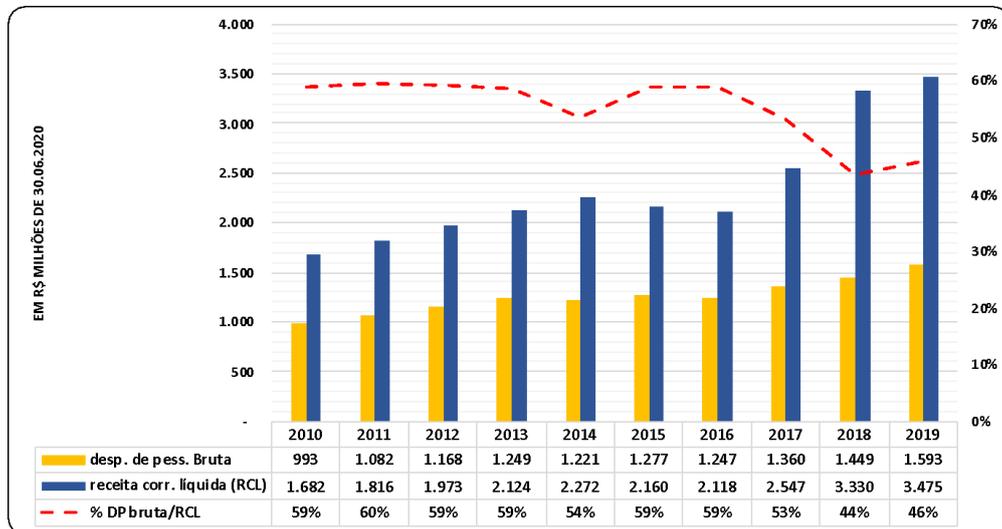
A Receita Corrente Líquida representa as disponibilidades que Prefeitura possui para fazer frente às suas despesas e, no caso dos municípios, é apurada deduzindo das receitas correntes o total das contribuições previdenciárias dos servidores para o regime próprio de previdência.



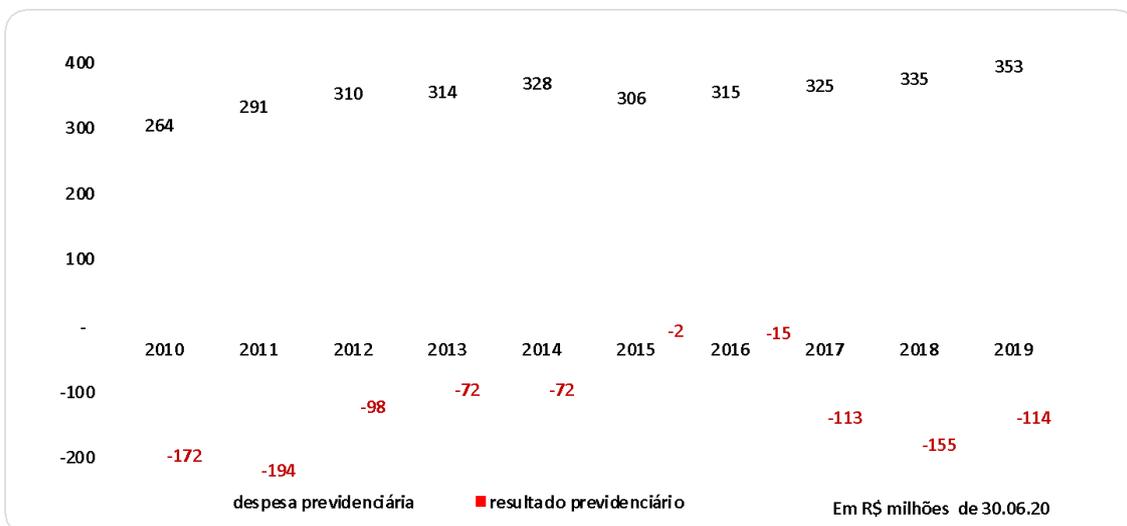
Niterói: Despesa de Pessoal Líquida/RCL 2010-2020



Niterói: Despesa de Pessoal Bruta/RCL 2010-2020



Niterói: Despesa e Resultado Previdenciários 2010-2020



As despesas de pessoal do município (Prefeitura + Câmara) no período analisado subiram 60% em termos reais no caso da despesa de pessoal bruta e 77% quando se calcula a despesa de pessoal líquida, um resultado expressivo, se levarmos em conta que esse crescimento se deu acima da variação inflacionária.

Felizmente, a Receita Corrente Líquida da Prefeitura se expandiu bem mais, tendo alcançado 106% de aumento real na série histórica. Mas nem sempre essa relação entre receita e despesa foi tão favorável à primeira. No período 2010-2016 a RCL variou 26%, ao passo que a despesa bruta cresceu 25,5% e a líquida 42,5%. O teto de despesa de pessoal previsto na LRF para os municípios (60% da RCL) jamais foi atingido em Niterói. O pico foi de 49,8% em 2015, ano de recessão, em que se verificou um recuo da RCL de mais de R\$ 100 milhões, gerando impacto no indicador.

Contudo, a razão entre a despesa de pessoal bruta e a RCL esteve entre 59% e 60% em seis dos 10 anos da série histórica, mostrando que a despesa de pessoal é o item mais relevante entre os gastos da Prefeitura e que ele carece de monitoramento permanente, porque o baixo comprometimento observado no ano passado, 46% da RCL, só se verificou em razão do grande aumento desta a partir de 2017 (64% tendo como base o resultado de 2016). O gráfico que mostra a despesa e o resultado previdenciários traz o gasto nas colunas verdes e o resultado do regime próprio (déficit ou superávit) nas colunas vermelhas. O déficit foi equivalente a 10% da RCL em 2011 e de 3,2% e, 2019, como decorrência do crescimento das receitas municipais a partir de 2017.

O gasto previdenciário cresceu 34% entre 2010 e 2019 e 14% no atual governo em termos reais, tendo como valor-base a despesa de 2012. Os investimentos são os gastos orçamentários com a compra de softwares, equipamentos diversos, obras, materiais permanentes, compra de imóveis e etc.;

Nos primeiros cinco anos da série histórica (próximo gráfico) os investimentos tiveram um baixo desempenho quando medidos como proporção da RCL.;

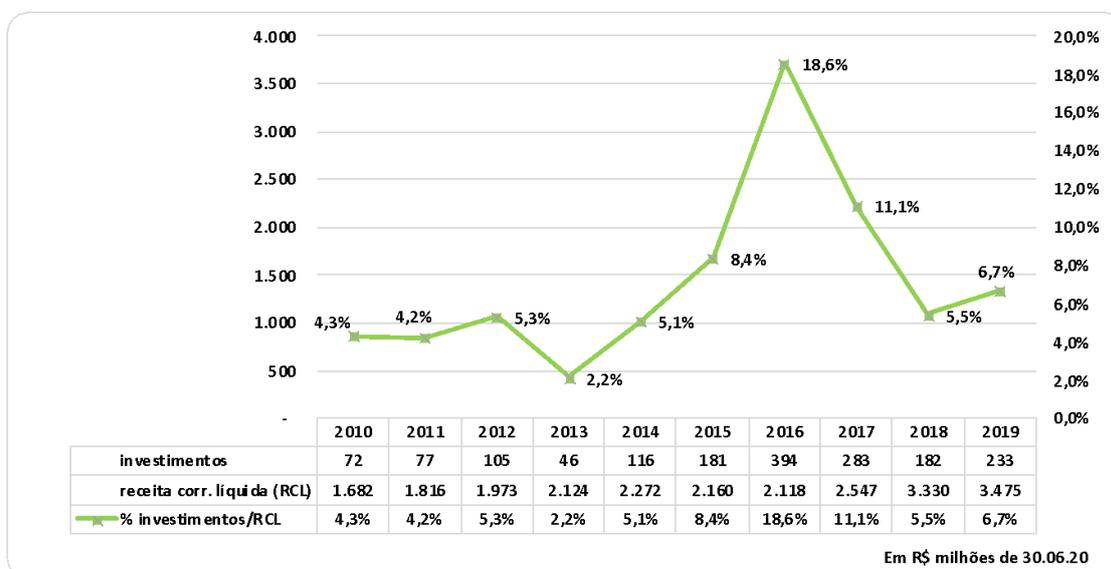
A partir de 2015 eles começaram a subir, chegando ao pico em 2016, ano eleitoral. O crescimento acelerado da RCL e, possivelmente, uma certa incapacidade da Prefeitura em viabilizar investimentos (planejar, especificar, executar e monitorar) derrubaram o gasto como percentual da receita de 2017 em diante. É de se notar que, mesmo com grande disponibilidade de recursos financeiros, a Prefeitura não conseguiu repetir nos últimos três anos o mesmo volume de investimentos de 2016 em termos reais.

INVESTIMENTOS

Os investimentos são os gastos orçamentários com a compra de softwares, equipamentos diversos, obras, materiais permanentes, compra de imóveis e etc... Nos primeiros cinco anos da série histórica (próximo gráfico) os investimentos tiveram um baixo desempenho quando medidos como proporção da RCL..

A partir de 2015 eles começaram a subir, chegando ao pico em 2016, ano eleitoral. O crescimento acelerado da RCL e, possivelmente, uma certa incapacidade da Prefeitura em viabilizar investimentos (planejar, especificar, executar e monitorar) derrubaram o gasto como percentual da receita de 2017 em diante. É de se notar que, mesmo com grande disponibilidade de recursos financeiros, a Prefeitura não conseguiu repetir nos últimos três anos o mesmo volume de investimentos de 2016 em termos reais.

Niterói: Investimentos Totais e Como Percentual da RCL 2010-2020

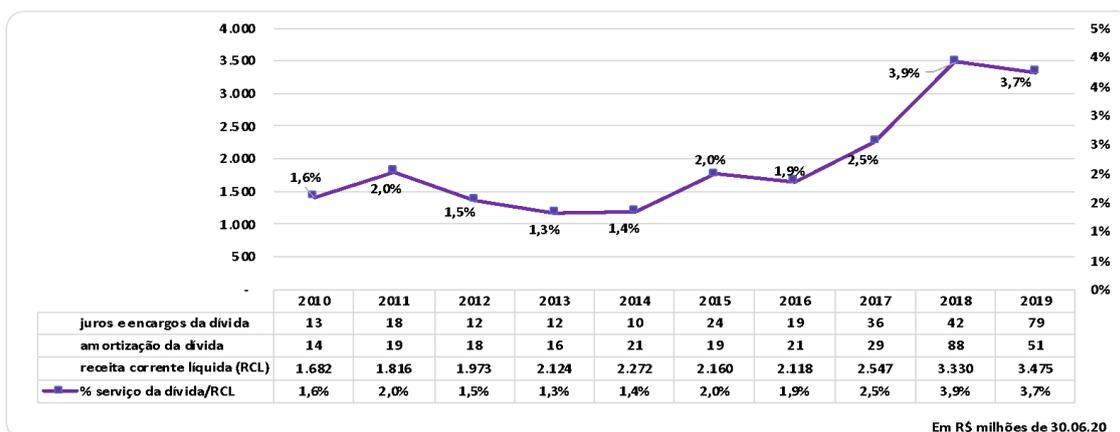


SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida corresponde às despesas com juros, comissões e amortização dos débitos acumulados e consolidados da administração municipal de diversas origens. Indicador fiscal relevante, a relação entre o serviço da dívida e a receita corrente líquida, demonstra o percentual que o município alocou da RCL para pagar o serviço da dívida e, portanto, quanto mais o índice se aproximar de 100%, mais a Prefeitura estará utilizando sua receita disponível para o pagamento das obrigações da dívida pública em detrimento de outros compromissos.

O Gráfico a seguir mostra a evolução do serviço da dívida no período 2010 a 2019. O aumento real da despesa com juros e amortizações no período 2010/2019 atingiu o percentual de 381%. Já a RCL cresceu 106% no mesmo intervalo de tempo. Entretanto, o percentual da RCL ainda é pequeno e não preocupa, mantido o atual nível de receita.

Niterói: Serviço da Dívida Municipal/RCL 2010-2020



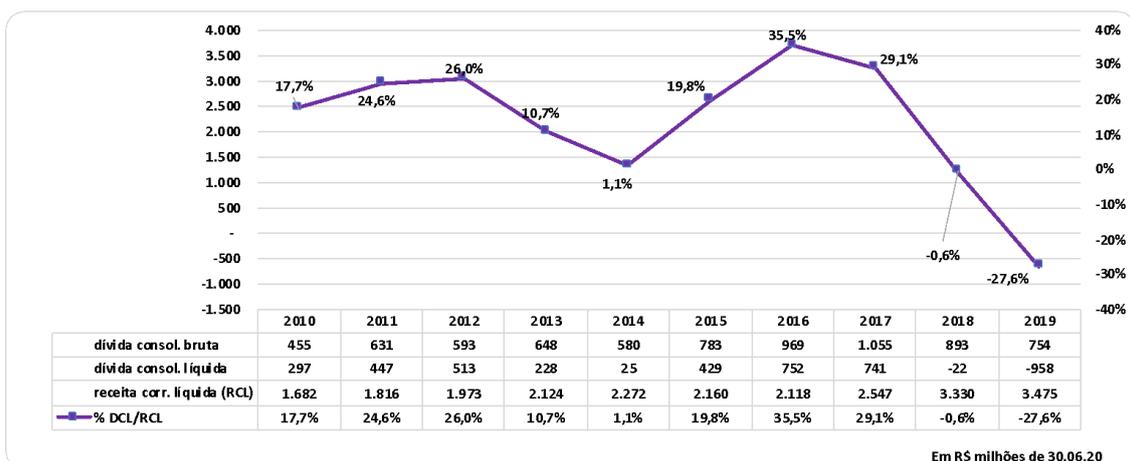
ENDIVIDAMENTO

A Dívida Consolidada (DC) de um ente federativo é constituída, basicamente, dos estoques de títulos e precatórios do qual seja devedor e dos saldos das operações de crédito com prazo de amortização superior a 12 meses. Nesse sentido, a observação do gráfico seguinte revela que o volume do endividamento da PMN mais do que dobrou entre 2010 e 2017 em termos reais. Entretanto, quando empregamos o conceito de Dívida Consolidada Líquida (DCL), fixada em resolução do Senado Federal, percebe-se o município possui um resultado bastante favorável nesse indicador, mantido o atual fluxo de receitas.

Em resumo, a DCL é calculada deduzindo-se da DC as disponibilidades financeiras da Prefeitura (disponibilidades de caixa, aplicações e outros haveres. O limite da Dívida Consolidada Líquida dos municípios é de 120% da RCL. Como se pode ver no próximo gráfico, o elevado crescimento da receita municipal a partir de 2017 levou a um tal aumento do caixa da PMI que a transformou de devedora líquida (R\$ 741 milhões em 2017) em credora líquida em 2018 (-R\$ 22 milhões) e em 2019 (-R\$ 958 milhões).

Em outras palavras, a metodologia de cálculo da DCL evidencia que em 2019, por exemplo, a liquidez do Tesouro Municipal era capaz de pagar mais de duas vezes a Dívida Consolidada ao fim daquele exercício, R\$ 754 milhões.

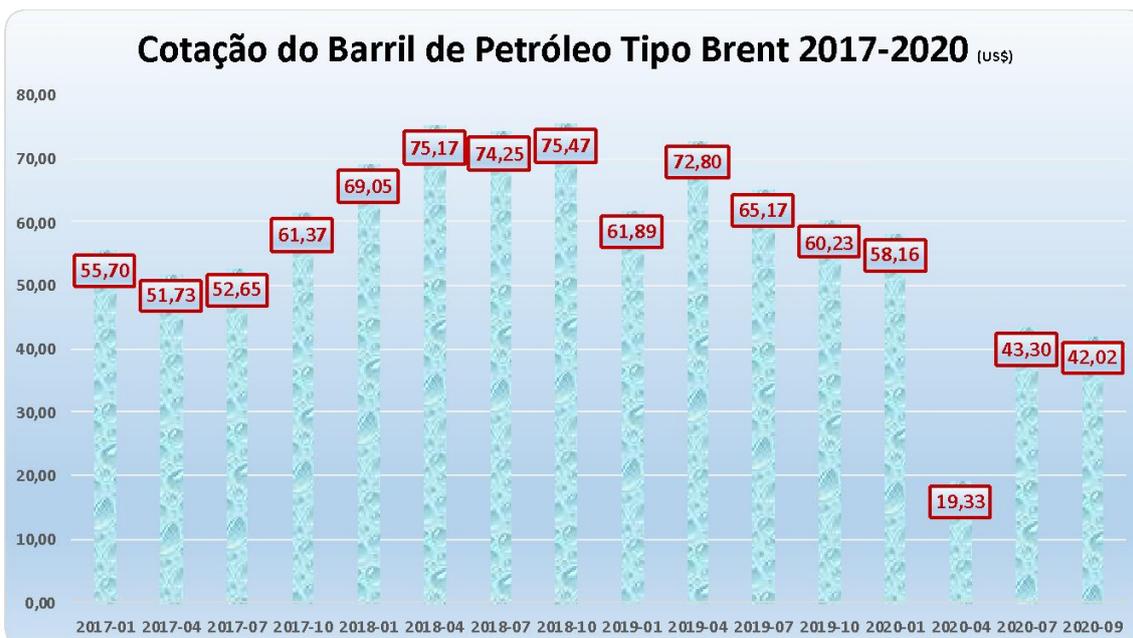
Niterói: Dívida Consolidada Líquida Municipal/RCL 2010-2020



As principais despesas da Prefeitura de Niterói encontram-se em níveis gerenciáveis e, dado o grande aumento da receita de petróleo nos últimos quatro anos, não afetam o equilíbrio fiscal. A incógnita existente na gestão fiscal do município é a elevada dependência dos ingressos de Royalties e Participações Especiais de Petróleo, que se criou graças ao crescimento da produção da Bacia de Santos e a recuperação da cotação internacional da *commoditie*.

No entanto, essa fonte de recursos é marcada por grande volatilidade porque envolve fatores de mercado, como produção, demanda e cotação; geopolíticos; e até macroeconômicos, como o câmbio. Essa oscilação pode ser verificada no slide seguinte. Para fazer frente à incerteza, a atual administração criou fundos financeiros destinados a compensar eventuais perdas de receita, como ocorre em 2020 e ocorreu no passado recente (2014-2016).

Essa é uma estratégia prudente, mas no curto prazo (2021) o seu alcance vai depender de quanto foi o comprometimento das reservas financeiras em decorrência das medidas adotadas para combater os efeitos da pandemia e das demandas políticas do período eleitoral. A despesa de pessoal será sempre o fator mais crítico. O patamar alcançado em 2019 pode ser difícil de administrar se a RCL retroceder aos valores de quatro ou cinco anos atrás, em razão da recessão ou da queda da cotação do petróleo, ou de ambas.



ROYALTIES

Os recursos dos royalties não devem ser utilizados para pagamento do quadro permanente de pessoal e de dívidas do ente (Artigo 8º da Lei Federal nº 7.990/1989), excetuando-se aquelas dívidas com a União e suas entidades e o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública (Lei Federal nº 12.853/2013). Tais recursos podem ainda ser aplicados na capitalização dos fundos de previdência (Lei Federal nº 10.195/2001).

Ressalta-se ainda que a Lei Federal nº 12.853/2013 estabelece um rol de receitas oriundas dos royalties que devem ser destinadas exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde. Dentre essas, na esfera municipal, destacam-se (Inciso II, Artigo 2º):

II – as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provenientes dos royalties e da participação especial, relativas a contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva.

- COMPOSIÇÃO DO REPASSE DOS RECURSOS DOS ROYALTIES AO MUNICÍPIO

Transferência da União

Transferência do Estado

Outras Compensações Financeiras

Aplicações Financeiras

- EVOLUÇÃO DOS ROYALTIES:

2013 – R\$ 103.303.000,00

2020 – R\$ 1.200.000.000,00 (previsão)

Crescimento de aproximadamente 1,062%. Levando em consideração os valores de royalties apresentados na LOA.

2013 – R\$ 147.231.443,41

2019 – R\$ 1.353.537.230,18

Crescimento de aproximadamente 819%. Levando em consideração os valores de royalties apresentados no Relatório do TCE.

QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS REPASSES

Ano	2013	2014	2015	2016
R\$	147.231.443,41	228.601.160,80	251.899.403,93	303.198.469,18
Ano	2017	2018	2019	2020
R\$	636.437.983,28	1.299.157.413,04	1.353.537.230,18	1.200.000.000,00

2013 – 2018:

TCE/RJ

2019: Aud. Pub. Prestação de Contas 3º Quadrimestre – SMF

2020: LOA

ANÁLISE FISCAL DA CIDADE DE NITERÓI

A SEGUIR será feita uma análise preliminar do comportamento das receitas municipais de Niterói no período 2010-2019. Esse ciclo inclui a fase em que a economia brasileira se recuperou da breve recessão de 2009, correspondendo aos anos de 2010 a 2014; a aguda crise econômica dos anos 2015 e 2016, e as tentativas tímidas de recuperação dos últimos três anos.

Como será visto a seguir, nesses 10 anos Niterói viu seu PIB nominal crescer 118% entre 2010 e 2017, acima do avanço do produto da Capital e dos demais municípios analisados, que correspondem aos cinco maiores PIBs municipais no Estado do Rio ao longo desse mesmo período.

Outros indicadores do aumento da atividade econômica na cidade serão vistos ao longo da apresentação: o avanço das transferências do ICMS pelo estado, em particular de 2017 em diante; o aumento do índice de participação dessa mesma receita, reflexo do incremento do valor adicionado nas transações com mercadorias e serviços e, finalmente, o grande aumento das receitas com Royalties e Participações Especiais de Petróleo (R&PEs), que traduzem o dinamismo da extração de óleo na Bacia de Santos, com diversas repercussões econômicas.

Os valores que constam de todos os gráficos e tabelas foram deflacionados pelo IPCA de junho de 2020 para retirar o efeito inflacionário, comparar melhor os valores registrados em cada ano e evidenciar os eventuais ganhos e perdas reais no período.

PIB de Municípios Selecionados no Estado do Rio de Janeiro 2010 a 2017 (R\$ x 1000)

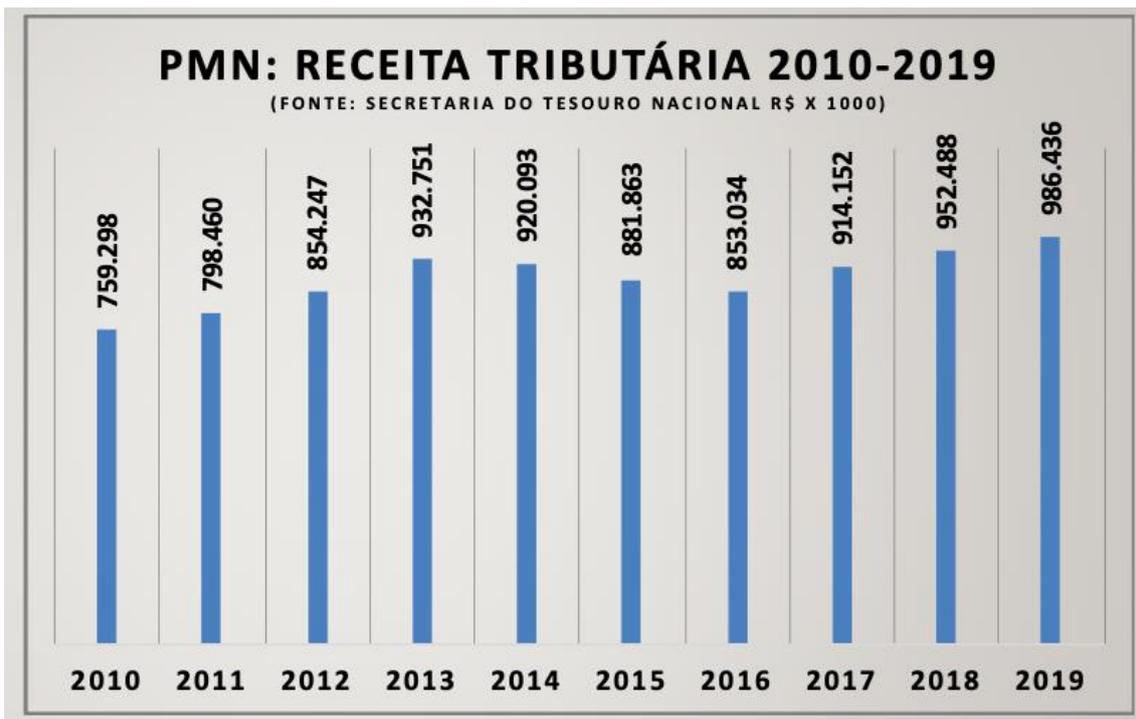
RJ/RMRJ/Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. %
Rio de Janeiro	208.153.595	229.567.799	253.200.785	284.299.248	300.270.152	320.186.615	328.440.481	337.594.462	62%
Duque de Caxias	23.107.679	22.237.127	21.546.905	24.855.259	28.862.819	35.294.440	41.539.673	40.892.161	77%
Niterói	12.587.901	15.346.089	17.699.829	20.048.694	24.642.144	25.496.901	23.019.309	27.471.324	118%
São Gonçalo	10.327.201	11.428.471	12.357.811	13.943.168	15.527.350	16.639.685	16.903.510	17.225.904	67%
Nova Iguaçu	10.142.818	11.127.461	11.822.534	13.214.908	14.716.568	15.888.289	16.068.662	16.833.644	66%
Campos dos Goytacazes	38.684.389	51.026.659	59.530.941	58.372.358	58.004.933	34.158.330	17.274.332	21.088.777	-45%

Fonte: Fundação CEPERJ/IBGE

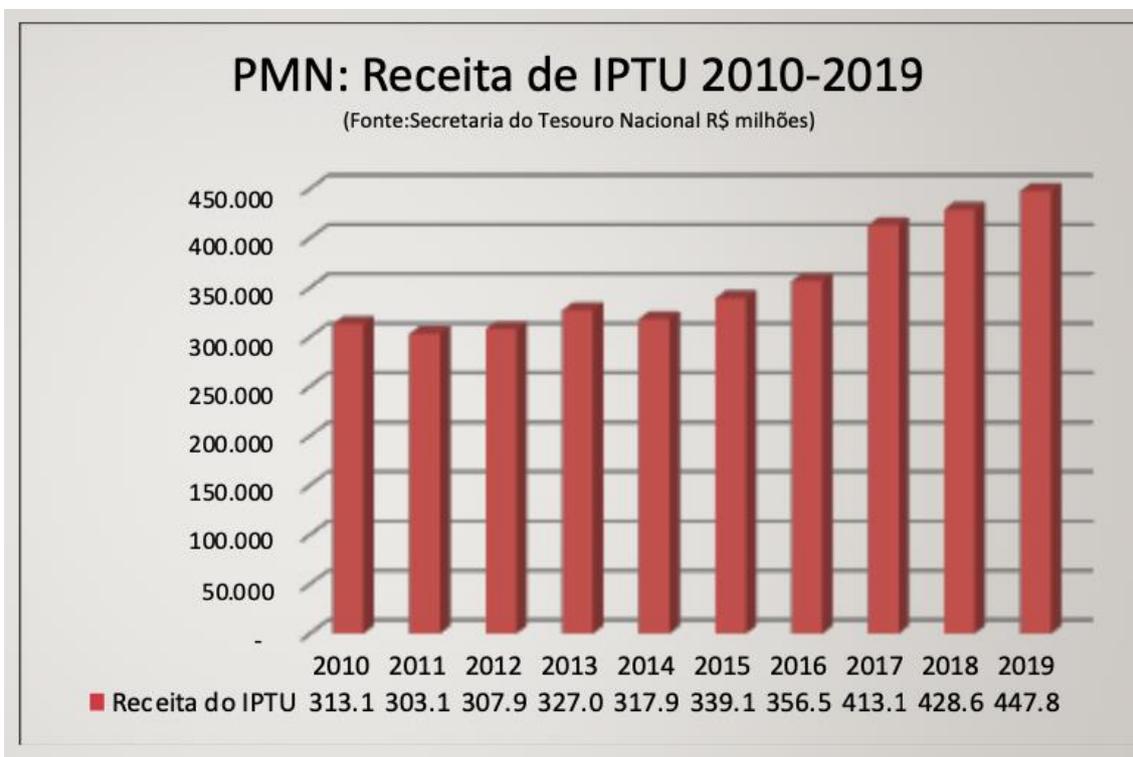
Receitas correntes: crescimento de 104% acima da inflação entre 2010 e 2019, sendo 61% de 2016 a 2019.



A receita tributária, que corresponde aos impostos, taxas e contribuições de melhoria arrecadadas diretamente pelo município, aumentou 30% em termos reais no período



Depois de um período de estagnação entre 2010 e 2014, a receita de IPTU avançou 40% em termos reais até 2019. A variação acumulada no período foi de 43%. Uma hipótese para explicar essa recuperação é a mudança em regras do imposto que tenha alterado fatores como a planta de valores, bases de cálculo, valor venal e fatores de multiplicação, entre outros, que tenham implicado no aumento da receita.



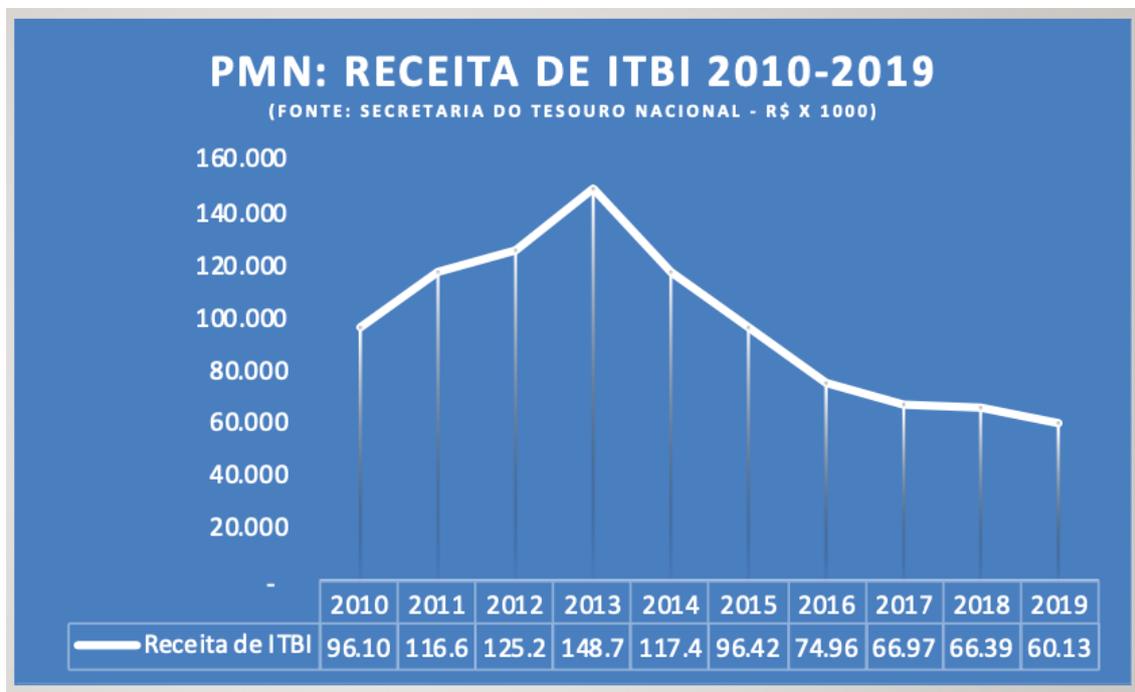
A receita de ISS não recuperou até 2019 o seu valor real, estando no mesmo patamar de 2012. O ciclo de crescimento foi de 2010 a 2014, seguido de redução no período de recessão econômica e de estagnação em seguida.

É preciso investigar esse desempenho porque os serviços são o principal componente do PIB municipal, e estiveram em crescimento nos últimos 10 anos.



O resultado da receita de ITBI em 2019 foi 37% menor do que o de 2010, algo atípico, fruto da crise econômica e imobiliária que reduziu de maneira substancial a produção pela indústria da construção civil, de novos imóveis, e a negociação dos existentes.

Ainda que se tenha alterado alíquota e processos de apuração e recolhimento, a receita já deveria ter parado de cair, sabendo-se que o município encontra-se em franco desenvolvimento econômico.

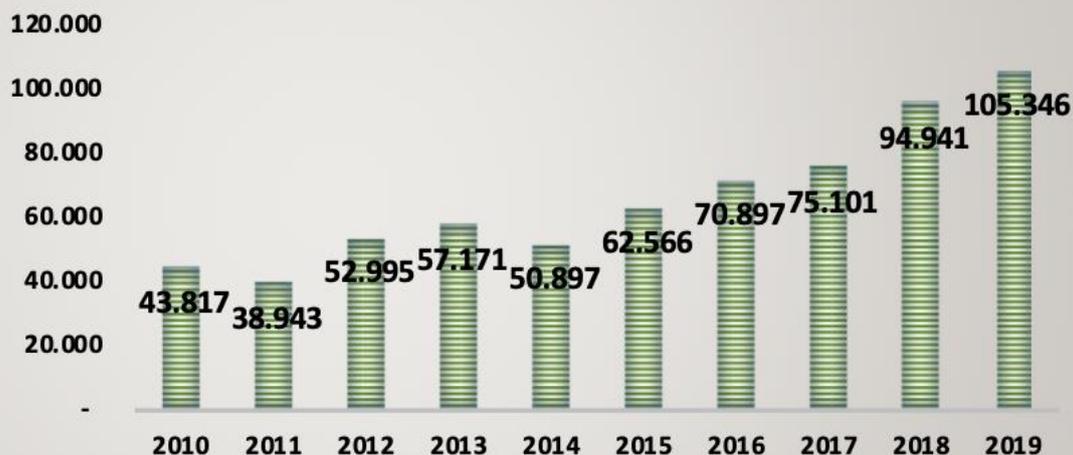


Receita de imposto de renda retido na fonte em crescimento acelerado (140% acima da inflação!) em estados e municípios, normalmente é má notícia.

Na prática, em termos analíticos, ela funciona como um Indicador do aumento das despesas de pessoal, aspecto que será abordado na próxima apresentação.

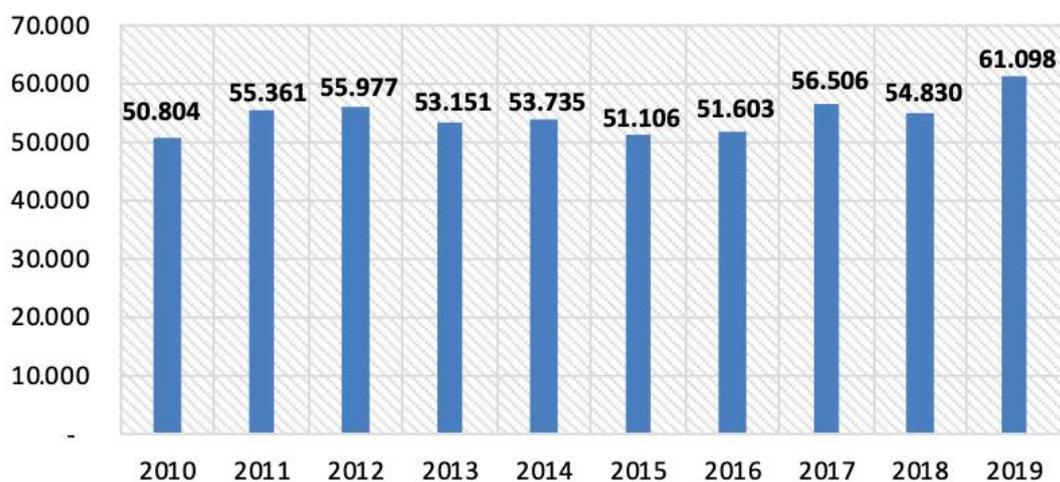
PMN: RECEITA DE IMPOSTO DE RENDA RF 2010-2019

(FONTE: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - R\$ X 1000)

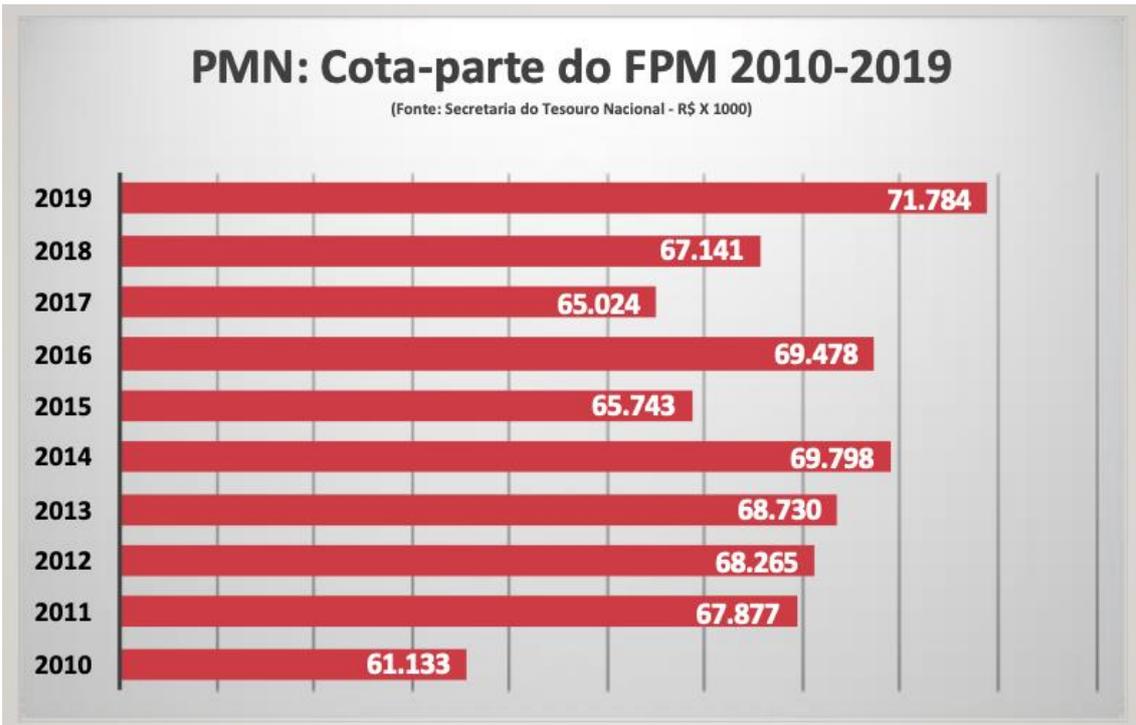
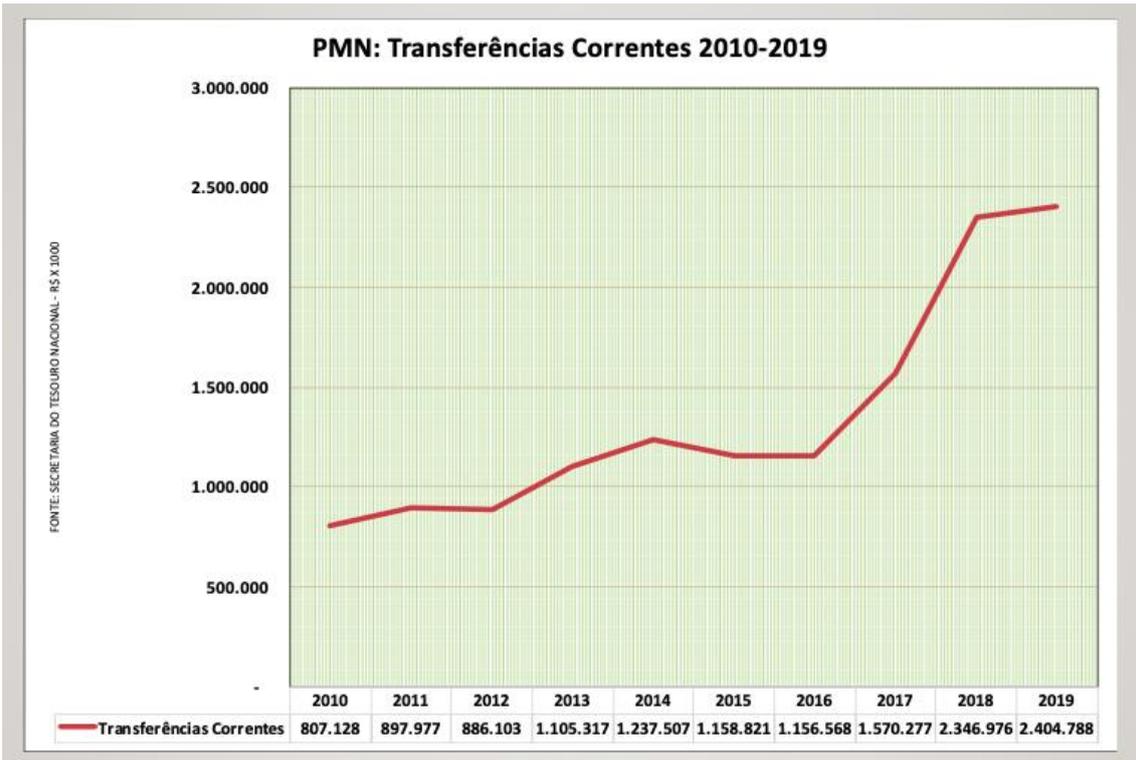


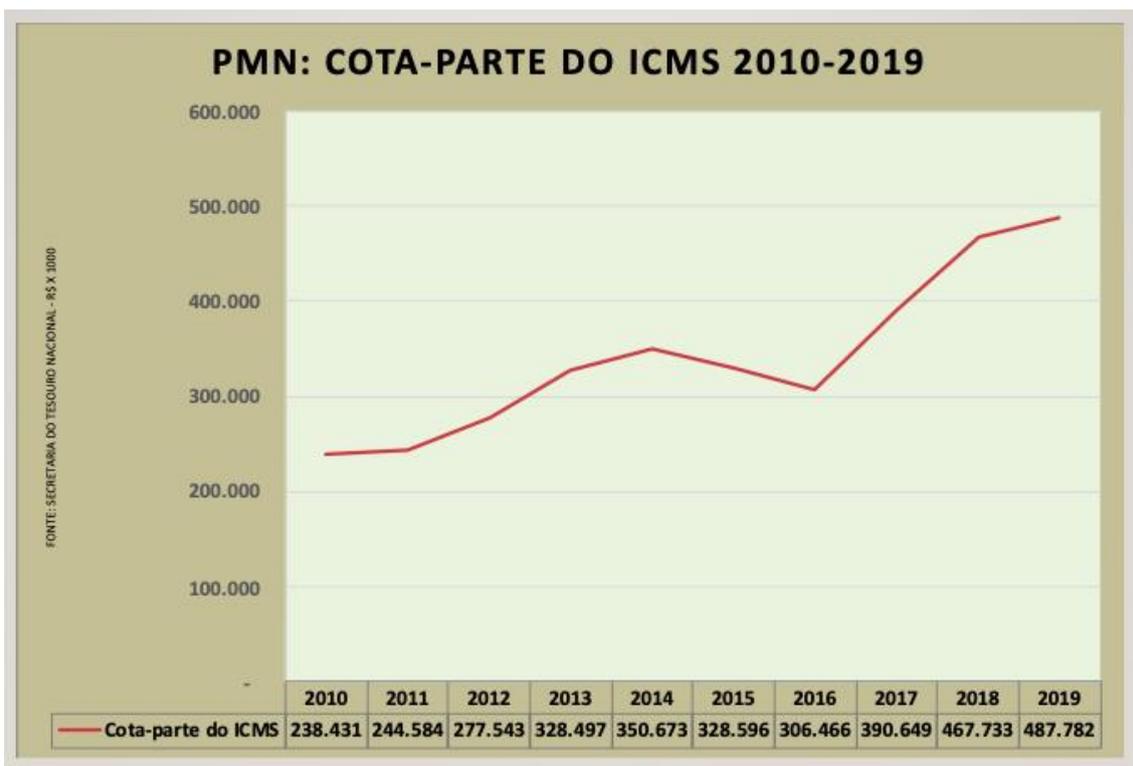
A receita com os diferentes tributos aqui incluídos variou apenas 20% em termos reais, e o maior aumento ocorreu justamente no último ano da série. Normalmente, os principais itens desse agregado são as taxas de iluminação pública e de coleta de lixo.

PMN: Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – 2010-2019.

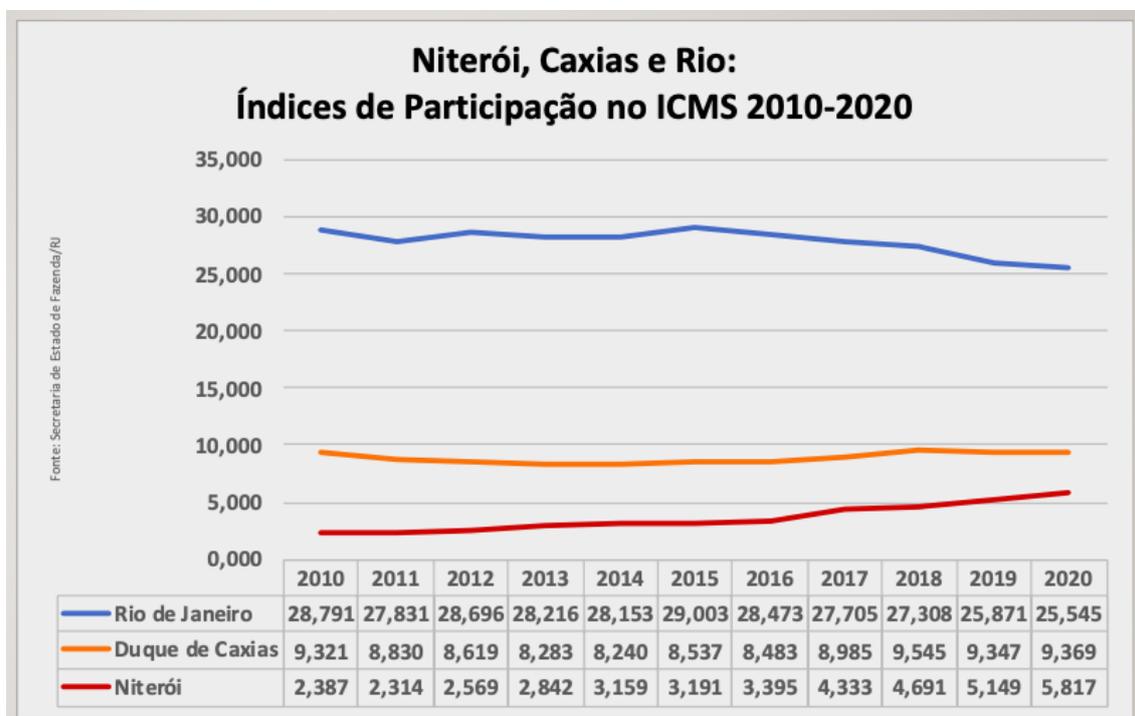


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – R\$ x 1.000





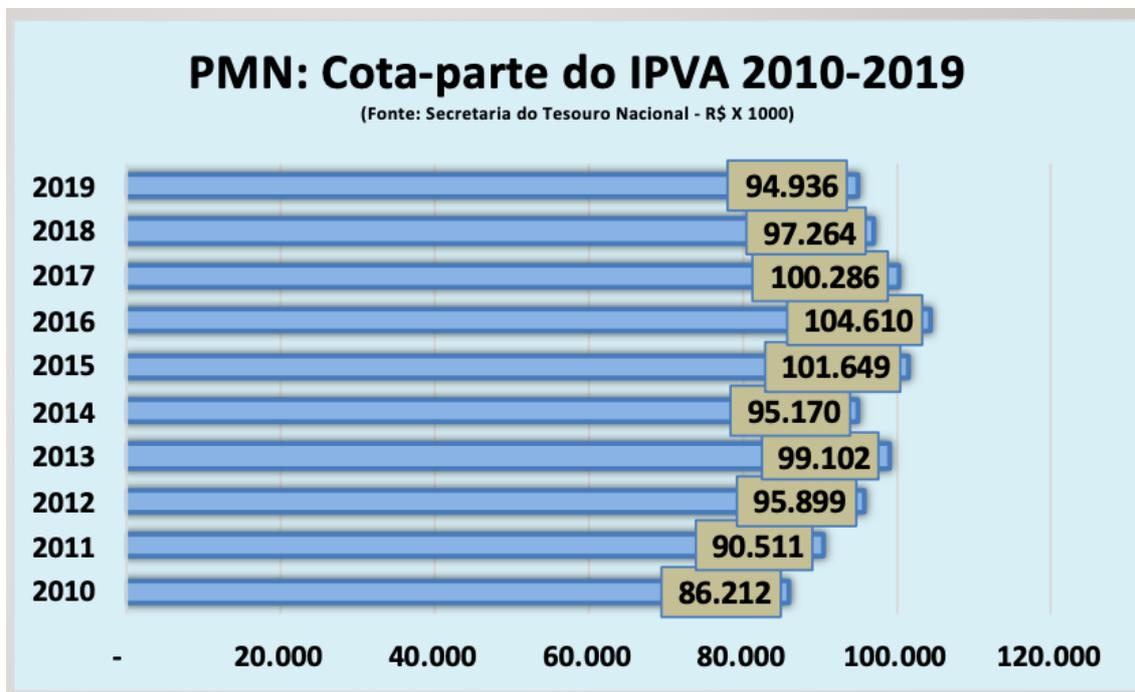
O gráfico evidencia que o aumento contínuo do índice de participação de Niterói na parcela da receita de ICMS distribuída aos municípios foi decisiva para o aumento da receita em termos reais. O aumento de quase um ponto em 2017 coincidiu com o comportamento positivo da receita no mesmo ano, como já mencionado.



A comparação entre os gráficos ao lado evidencia que a partir de 2017 as receitas de ICMS tiveram forte crescimento, em movimento compatível com o que ocorreu com os ingressos dos Royalties e das Participações Especiais de Petróleo, que registraram incremento ainda maior entre 2017 e 2019.

Apesar de um crescimento real consistente ao longo da série histórica, a receita da transferência de IPVA recuou de 2017 em diante.

Parte da explicação pode estar na diminuição do ritmo do crescimento da frota total de veículos do Município, que cresceu apenas 6,3% entre 2014 e 2019, contra 46,5% de expansão entre 2006 e 2013. Outras hipóteses seriam alguma mudança nas alíquotas do imposto, algo ainda não investigado, e uma redução no valor de mercado dos carros usados, expresso através da Tabela Fipe, que é a base de cálculo do IPVA.



Niterói: Frota Municipal de Veículos 2006-2018						
Unidade	2006	2009	2012	2015	2018	Variação (%)
Veículos Totais	166.420	197.632	233.293	257.954	268.251	61%
Automóvel	132.655	151.882	171.958	184.031	187.289	41%
Utilitário	454	1.359	2.766	4.523	5.469	1105%
Motocicleta	13.121	19.627	25.314	29.554	33.015	152%
Ônibus	1.679	1.969	2.739	2.940	2.494	49%
Caminhão	1.763	1.895	2.396	2.733	2.797	59%

Fonte: IBGE

A receita de transferências do Fundeb é função, de um lado, do comportamento das receitas municipais e estaduais, mas principalmente do ICMS. De outro, do número de matrículas declaradas anualmente no censo escolar. De 2010 a 2014 o crescimento foi compatível com o aumento dos ingressos; a mesma correlação explica a queda entre 2016 e 2017 e a recuperação em 2018.

Mas a queda em 2019 pode estar ligada à redução de matrículas, já que o ICMS continuou subindo neste ano, hipótese a se verificar ainda.

PMN: Transferências do Fundeb 2010-2019

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - R\$ X 1000



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Transferências do Fundeb	85.614	89.511	96.047	117.513	117.726	116.998	112.103	108.922	126.307	119.208

SAÚDE

O conceito de saúde, de acordo com a OMS, é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Para alguns esse conceito é inalcançável, utópico e inadequado para se usar quando se trabalham políticas de saúde pública. Porém, tanto a Organização Pan Americana de Saúde quanto o Ministério da Saúde também utilizam a mesma concepção.

Mesmo tendo esse conceito tão amplo, a maioria das políticas públicas de saúde observadas se atém à lógica da prestação de serviços médico-hospitalares, sem enxergar a saúde das pessoas de forma holística, somente tratando doenças e sintomas.

O SUS, quando se fala em atendimento, se organiza em três níveis de atenção que são definidos pelo seu nível de complexidade. Esse tipo de organização busca tornar o sistema mais racional, evitando que casos mais simples não cheguem a centros de alta complexidade, melhorando a eficiência do sistema.

Mais à frente abordaremos a quantidade de unidades e seus tipos que o município de Niterói administra, mas os três níveis de atenção são: a) Unidades Básicas de Saúde (UBS); b) Clínicas, Unidades de Pronto Atendimento (UPA); c) Hospitais Escolas e Hospitais de Grande Porte.

Na parte administrativa, a área da saúde em Niterói está dividida entre quatro unidades orçamentárias: Secretaria Municipal de Saúde, Fundação Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde e Fundação Estatal de Saúde.

A Secretaria é o órgão administrativo ao qual cabe a organização do Sistema na cidade, porém, por exigência da lei do SUS, os valores de transferências estaduais, federais e intermunicipais devem se dar através de fundações. Nesse contexto, existem a Fundação Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde que, além de serem dotados dos maiores orçamentos do município para a área de saúde, também concentram os contratos de trabalho da área, sejam concursados, CLTs, RPAs ou terceirizados.

A Fundação Estatal de Saúde foi criada em 2019 e não tinha um quadro próprio, nem orçamento, até o final do ano de 2019, só tendo iniciado um concurso para contratação de funcionários em 2020. Anteriormente, era mantida em funcionamento por funcionários vinculados à Secretaria de Saúde. Esta Fundação surgiu com a premissa de “desenvolver ações e serviços do cuidado em saúde, na atenção básica, de acordo com as diretrizes e políticas públicas de Saúde no Município, Estado e União”. Os dados obtidos nas tabelas abaixo foram levantados até dezembro de 2019.

Como podemos observar no quadro abaixo, os aparelhos pertencentes ao município de Niterói seguem a lógica de acesso ao SUS em sua quantidade. São 45 unidades de nível 1, 24 unidades de nível 2 e cinco unidades de nível 3. Essa divisão, em teoria, segue as recomendações de nível de atenção à saúde e acesso da população aos serviços, uma vez que privilegia, em quantidade, os equipamentos de níveis 1 e 2, diminuindo o acesso direto para os equipamentos de nível 3 e maximizando o uso do sistema. Além disso, compõem ainda parte dos aparelhos municipais, a central de regulação do Samu e o Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses.

APARELHOS DE SAÚDE MUNICIPAIS

APARELHOS	
⊕ AMBULÂNCIA SAMU	6
⊕ AMBULATÓRIO INTINERANTE	1
⊕ BASE DESCENTRALIZADA / CENTRAL DE REGULAÇÃO SAMU	1
⊕ CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL	2
⊕ DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOOSE	1
⊕ HOSPITAL DE EMERGÊNCIA	1
⊕ HOSPITAL GERAL	2
⊕ HOSPITAL PEDIÁTRICO	1
⊕ HOSPITAL PSIQUIÁTRICO	1
⊕ MATERNIDADE	1
⊕ MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA	42
⊕ MOTOLÂNCIA SAMU	2
⊕ POLICLÍNICA	11
⊕ UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	3
⊕ UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	1
Total Geral	76

Fonte: Prefeitura de Niterói

LEITOS DO MUNICÍPIO

GRUPO	LEITOS EXISTENTES	LEITOS SUS	LEITOS NÃO SUS
⊕ CIRÚRGICO	418	220	198
⊕ CLÍNICO	594	243	351
⊕ COMPLEMENTAR	427	128	299
⊕ HOSPITAL DIA	67	33	34
⊕ OBSTÉTRICO	157	90	67
⊕ OUTRAS ESPECIALIDADES	377	337	40
⊕ PEDIÁTRICO	78	48	30
Total Geral	2118	1099	1019

Fonte: Prefeitura de Niterói

A média brasileira de leitos de UTI é próxima de 2 para cada 10.000 habitantes, ficando dentro da recomendação da OMS que varia de 1 a 3. Porém, na cidade de Niterói, os dados apontam que há, aproximadamente, 7,5 leitos de UTI para cada 10.000 habitantes, excluindo unidades não intensivas, um valor muito superior à média nacional. Porém, quando utilizamos para os cálculos somente os leitos pertencentes aos SUS, chegamos num valor muito próximo da média nacional, de aproximadamente 2 por cada 10.000 habitantes.

LEITOS DE TIPO UTI

	EXISTENTES	SUS	NÃO SUS
<u>UNIDADE ISOLAMENTO</u>	26	22	4
<u>UTI ADULTO - TIPO I</u>	113	6	107
<u>UTI ADULTO - TIPO II</u>	81	46	35
<u>UTI ADULTO - TIPO III</u>	36	0	36
<u>UTI PEDIATRICA - TIPO I</u>	22	5	17
<u>UTI PEDIATRICA - TIPO II</u>	10	0	10
<u>UTI NEONATAL - TIPO I</u>	49	7	42
<u>UTI NEONATAL - TIPO II</u>	26	8	18
<u>UTI CORONARIANA TIPO II - UCO TIPO II</u>	20	10	10
<u>UTI CORONARIANA TIPO III - UCO TIPO III</u>	10	0	10
<u>UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CONVENCIONAL</u>	13	8	5
<u>UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CANGURU</u>	4	4	0
<u>UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIARIOS ADULTO</u>	17	12	5
TOTAL	427	128	299

Fonte: Prefeitura de Niterói

A seguir, segue a lista dos servidores técnicos, cargos não indicados ou ocupados por pessoas alheias à área, que constam na folha da Fundação Municipal de Saúde. Vale destacar que, aqui, constam somente os funcionários contratados por regime de CLT ou funcionários públicos, portanto não aparecem funcionários terceirizados ou os contratos chamados RPA.

Se fizermos um cálculo simples da quantidade de enfermeiros por leito, por exemplo, veremos que o número de vagas que o município oferta é claramente incompatível com a mão de obra que ele dispõe com contrato fixo. Chegaremos à quantidade de aproximadamente 31 leitos por enfermeiro. Nesse cálculo, estão excluídos os enfermeiros cadastrados como PMF já que eles têm função específica. Além disso, retiramos os leitos de UTI, pois estes necessitam de, pelo menos, um enfermeiro para cada oito leitos. Se esses valores fossem colocados na conta, o resultado seria ainda mais preocupante.

A mesma defasagem pode ser observada na quantidade de médicos e vagas disponíveis. Chama ainda a atenção o número reduzido de dentistas na folha salarial do órgão, com somente 28 dentistas/odontólogos.

SERVIDORES TÉCNICOS

⊕ ACOMP. DOM. EM SAÚDE MENTAL	16
⊕ ACOMP. TERAP. EM SAÚDE MENTAL	17
⊕ AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	244
⊕ AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1
⊕ AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - PMF	25
⊕ CUIDADOR EM SAÚDE MENTAL	68
⊕ DENTISTA	27
⊕ ENFERMEIRO	15
⊕ ENFERMEIRO - PMF	105
⊕ ENFERMEIRO DE AMBULATÓRIO	7
⊕ ENFERMEIRO DIARISTA	2
⊕ ENFERMEIRO PLANTONISTA	7
⊕ FARMACÊUTICO	1
⊕ FARMACÊUTICO	12
⊕ FISIOTERAPEUTA	9
⊕ FONOAUDIÓLOGO	1
⊕ FONOAUDIÓLOGO	5
⊕ MAIS MÉDICOS	14
⊕ MÉDICO	1
⊕ MÉDICO AMBULATÓRIO	7
⊕ MÉDICO DA FAMÍLIA	85
⊕ MÉDICO PLANTONISTA	2
⊕ MÉDICO PROCTOLOGISTA	1
⊕ MÉDICO PSIQUIATRA	51
⊕ MÉDICO RESIDENTE	21
⊕ MUSICOTERAPEUTA	2
⊕ NUTRICIONISTA	4
⊕ ODONTÓLOGO	1
⊕ PSICÓLOGO	71
⊕ PSICÓLOGO	4
⊕ RED. DE DANOS EM SAÚDE MENTAL	8
⊕ REDUTOR DE DANOS - PMF	1
⊕ RESIDÊNCIA MÉDICA EM PSIQUIATRIA	11
⊕ SUP. MÉD. GINEC. E E.OBST. - PMF	5
⊕ SUP. DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PMF	8
⊕ SUP. MÉDICO CLÍNICO - PMF	5
⊕ SUP. MÉDICO PEDIATRIA - PMF	4
⊕ SUPERVISOR DE ENFERMAGEM - PMF	5
⊕ SUPERVISOR SAÚDE COLETIVA - PMF	8
⊕ SUPERVISOR SAÚDE MENTAL - PMF	5
⊕ SUPERVISOR SERVIÇO SOCIAL - PMF	5
⊕ TÉCNICO DE ENFERMAGEM	17
⊕ TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PMF	111
⊕ TÉCNICO EM ENFERMAGEM	98
⊕ TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	2
⊕ TERAPEUTA OCUPACIONAL	5
⊕ TERAPEUTA OCUPACIONAL - PMF	5
Total Geral	1129

Fonte: Prefeitura de Niterói

A seguir, segue a lista da quantidade de todos os funcionários que estão matriculados na Fundação Municipal de Saúde, seja para cargo de indicação ou não.

FUNCIONÁRIOS – GERAL

Rótulos de Linha	Contagem de Cargo
+ ACOMP DOM EM SAUDE MENTAL	16
+ ACOMP TERAP EM SAUDE MENTAL	17
+ AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	244
+ Agente Cont Zoonozes	1
+ ANALISTA ADMINISTRATIVO	6
+ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	61
+ ASSISTENTE SOCIAL	21
+ Auxiliar de Enfermagem	1
+ AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - PMF	25
+ Auxiliar Serviços Gerais Saude	1
+ CUIDADOR EM SAUDE MENTAL	68
+ DENTISTA	27
+ ENFERMEIRO	15
+ ENFERMEIRO - PMF	105
+ ENFERMEIRO DE AMBULATÓRIO	7
+ ENFERMEIRO DIARISTA	2
+ ENFERMEIRO PLANTONISTA	7
+ Estágio Mult. Saude Mental	7
+ F.M.S/SUS-04	5
+ F.M.S/SUS-05	22
+ F.M.S/SUS-05 (2/3)	1
+ F.M.S/SUS-06	43
+ F.M.S/SUS-06 (2/3)	1
+ F.M.S/SUS-07	58
+ F.M.S/SUS-07 (2/3)	2
+ F.M.S/SUS-08	24
+ F.M.S/SUS-08 (2/3)	1
+ F.M.S-01	1
+ F.M.S-02	2
+ F.M.S-03	2
+ F.M.S-04	7
+ F.M.S-04 (2/3)	2
+ F.M.S-05	11
+ F.M.S-06	12
+ F.M.S-07	9
+ F.M.S-07 (2/3)	1
+ FARMACÊUTICO	1
+ FARMACEUTICO	12
+ FISIOTERAPEUTA	9
+ FONOAUDIOLOGO	1
+ FONOAUDIÓLOGO	5
+ MAIS MEDICOS	14

⊕ Medico	1
⊕ MÉDICO AMBULATÓRIO	7
⊕ MÉDICO DA FAMÍLIA	85
⊕ MÉDICO PLANTONISTA	2
⊕ MÉDICO PROCTOLOGISTA	1
⊕ MEDICO PSIQUIATRA	51
⊕ Medico Residente	21
⊕ Motorista	1
⊕ MUSICOTERAPEUTA	2
⊕ NUTRICIONISTA	4
⊕ Odontologo	1
⊕ OFICINEIRO	11
⊕ PSICOLOGO	71
⊕ PSICÓLOGO	4
⊕ RED DE DANOS EM SAUDE MENTAL	8
⊕ REDUTOR DE DANOS - PMF	1
⊕ Residencia Medica em Psiquiatr	11
⊕ SUP MÉD GINEC. E E OBST. - PMF	5
⊕ SUP. DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PMF	8
⊕ SUP. MÉDICO CLÍNICO - PMF	5
⊕ SUP. MÉDICO PEDIATRIA - PMF	4
⊕ SUPERVISOR DE ENFERMAGEM - PMF	5
⊕ SUPERVISOR SAÚDE COLETIVA- PMF	8
⊕ SUPERVISOR SAÚDE MENTAL - PMF	5
⊕ SUPERVISOR SERVIÇO SOCIAL- PMF	5
⊕ TÉC. DE ENFERMAGEM	17
⊕ TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PMF	111
⊕ TECNICO EM ENFERMAGEM	98
⊕ Tecnico em Higiene Dental	2
⊕ TERAPEUTA OCUPACIONAL	5
⊕ TERAPEUTA OCUPACIONAL - PMF	5
Total Geral	1442

Fonte: Prefeitura de Niterói

Sobre o orçamento da área de saúde segue um histórico da sua evolução:

2013 – R\$ 367.917.527,00

2014 – R\$ 390.191.040,58

2015 – R\$ 408.354.493,07

2016 – R\$ 390.042.666,47

2017 – R\$ 428.278.825,95

2018 – R\$ 454.566.863,91

2019 – R\$ 566.990.321,00 (PREVISÃO)

2020 – R\$ 622.284.710,00 (PREVISÃO)

UNIDADES DE SAÚDE

1	MMF DO SAPE	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
2	MMF ZILDA ARNS BALDEADOR DEPUTADO JOSE SALLY	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
3	MMF DA PONTA DA AREIA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
4	SAMU BASE NITEROI ALAMEDA USB 1	AMBULÂNICA SAMU
5	SAMU BASE NITEROI ALAMEDA USB 2	AMBULÂNICA SAMU
6	SAMU BASE NITEROI ALAMEDA USB 3	AMBULÂNICA SAMU
7	SAMU BASE NITEROI ALAMEDA MOTOLANCIA 01	MOTOLÂNCIA SAMU
8	SAMU BASE NITEROI ALAMEDA USA 6	AMBULÂNICA SAMU
9	SAMU BASE NITEROI ALAMEDA USB13	AMBULÂNICA SAMU
10	SAMU BASE NITEROI ALAMEDA MOTOLANCIA 06	MOTOLÂNCIA SAMU
11	SAMU 192 METROPOLITANA II RJ	BASE DESCENTRALIZADA / CENTRAL DE REGULAÇÃO SAMU
12	POLICLINICA ALMIR MADEIRA	POLICLINICA
13	SAMU BASE NITEROI ALAMEDA USA 1	AMBULÂNICA SAMU
14	MMF DO MORRO DA BOA VISTA ITALO GOMES	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
15	HOSPITAL ORENIO DE FREITAS	HOSPITAL GERAL
16	CAPS HERBERT DE SOUZA	CENTRO DE ATENÇÃO PSICO SOCIAL
17	HOSPITAL GETULIO VARGAS FILHO	HOSPITAL PEDIÁTRICO
18	MMF DO MARUI JORGE LUIZ CAMACHO RODRIGUES	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
19	MMF DA GROTA I JOSE MARTI I	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
20	PMF CONSULTORIO NA RUA	AMBULATÓRIO ITINERANTE
21	MMF DO MARTINS TORRES DR JOAO VASCONCELLOS	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
22	UPA 24 HORAS DO LARGO DA BATALHA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
23	MMF DA COLONIA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
24	DEVIC	DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOOZOSES
25	UBS SANTA BARBARA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
26	POLICLINICA DE ESPERMATA SAUDE DA MULHER MALU SAMPAIO	POLICLINICA
27	MMF DE VARZEA DAS MOÇAS DR TOBIAS TOSTES MACHADO	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
28	MMF DO PREVENTORIO II CALIXTO GARCIA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
29	MMF DO VITAL BRAZIL CARLOS JUAN FINLAY	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
30	MMF DA ILHA DA CONCEICAO DR RUY CARLOS DECHOP CELIA SANCHEZ	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
31	MMF DO CAFUBA I ERNESTO CHE GUEVARA I	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
32	MMF DO CAVALAO FRANK PAIS GARCIA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
33	POLICLINICA COMUNITARIA CARLOS ANTONIO DA SILVA	POLICLINICA
34	POLICLINICA REGIONAL DE SAUDE DR GUILHERME TAYLOR MARCH	POLICLINICA
35	MMF DO PALACIO JESUS MONTANEZ	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
36	MMF DO SOUZA SOARES JOSE ANTONIO ECHEVERRIA BIANCHI	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
37	MMF DE JURUUBA MARIO MUNHOZ MONROE	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
38	HOSPITAL PSIQUIATRICO DE JURUUBA	HOSPITAL PSIQUIATRICO
39	POLICLINICA COMUNITARIA DA ENGENHOCA	POLICLINICA
40	MATERNIDADE MUNICIPAL DRA ALZIRA REIS VIEIRA FERREIRA	MATERNIDADE
41	MMF DA LEOPOLDINA JULIO DIAS GONZALES	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
42	MMF DO CAFUBA II ERNESTO CHE GUEVARA II	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
43	MMF DO CANTAGALO HAIDEE SANTAMARIA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
44	MMF DO ATALAIA SALVADOR ALLENDE	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
45	MMF DA VILA IPIRANGA VILMA ESPIN	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
46	CAPS ALAMEDA ALCOOL E DROGAS	CENTRO DE ATENÇÃO PSICO SOCIAL
47	MMF DA TEIXEIRA DE FREITAS DR ANTONIO PECANHA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
48	MMF DO MORRO DO CEU FAUSTINO PEREZ	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
49	MMF DO CAFUBA III ALBERTO RICARDO HATIN	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
50	MMF DA ITITIQUA DR WILSON DE OLIVEIRA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
51	MMF DO ENGENHO DO MATO WILLIAN SOLLER	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
52	MMF DA NOVA BRASILIA ANTONIO NICO LOPEZ	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
53	MMF DO JONATHAS BOTELHO JOSE SUARES BLANCO	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
54	MMF DO CARAMUJO DR ALOISIO BRAZIL	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
55	MMF DA GROTA II JOSE MARTI II	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
56	MMF DO MARAVISTA CTE MANOEL PINEIRO LOZADA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
57	UNIDADE MUNICIPAL DE URGENCIA DOUTOR MARIO MONTEIRO	HOSPITAL DE EMERGÊNCIA
58	POLICLINICA DE ESPECIALIDADES SYLVIO PIGANCO	POLICLINICA
59	MMF DO BADU DR BARROS TERRA PROF BARROS TERRA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
60	UNIDADE BASICA DE SAUDE DO CENTRO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
61	MMF DO VICOSSO JARDIM TAYSSA ERMINDA ALVES	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
62	POLICLINICA REGIONAL DE PIRATININGA	POLICLINICA
63	MMF DO PREVENTORIO I ABEL SANTAMARIA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
64	MMF DO VIRADOURO CAMILO CIENFUEGOS	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
65	MMF DO MARITIMOS CARLOS RAFAEL RODRIGUEZ	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
66	MMF DO MATAPACA DR ABELARDO RAMIREZ	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
67	UBS ENGENHOCA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
68	MMF DO ALARICO DR OMAR MARINHO VIEIRA	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
69	MMF DO BERNARDINO RAUL CARLOS PARETO JR	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
70	MMF DO MACEIO	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA
71	HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTOLLY	HOSPITAL GERAL
72	POLICLINICA COMUNITARIA DR SERGIO ARQUICA	POLICLINICA
73	POLICLINICA COMUNITARIA DE ITAJIPI	POLICLINICA
74	POLICLINICA REGIONAL DO LARGO DA BATALHA	POLICLINICA
75	POLICLINICA REGIONAL DO BARRETO DR JOAO DA SILVA VIZELLA	POLICLINICA
76	MMF DO CORONEL LEONICIO DR CLAUDIO DO AMARAL JUNIOR	MÓDULO MÉDICO DE FAMÍLIA

Fonte: Prefeitura de Niterói

EDUCAÇÃO

A educação pública de Niterói se divide entre três tipos de aparelhos: Creche Comunitária (CC), Unidade Municipal de Ensino Infantil (Umei) e as Escolas Municipais (EM). As Creches Comunitárias são convênios celebrados em virtude do programa Criança na Creche, firmados entre a prefeitura e pessoas jurídicas sem fins lucrativos para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos.

As Umeis são unidades de ensino infantil que atendem crianças de 0 a 5 anos e, diferente das CCs, são mantidas e administradas diretamente pela Prefeitura de Niterói. Destas unidades, 37 oferecem horário integral, outras três têm horário integral para somente algumas turmas e as nove restantes funcionam somente em horário parcial.

As Escolas Municipais são os equipamentos que atendem crianças e jovens a partir de seis anos e compreendem do 1º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental. Destas unidades, apenas duas contam com horário integral. Outra apresenta horário integral em apenas algumas turmas e todas as outras 46 oferecem somente o horário parcial.

DADOS IMPORTANTES SOBRE A EDUCAÇÃO EM NITERÓI:

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES EM NITERÓI ATÉ DEZEMBRO DE 2019

20 - Crianças na Creche (CC)

44 - Unidades Municipais de Ensino Infantil (Umei)

49 - Escolas Municipais (EM)

PROFISSIONAIS-CHAVE NA REDE (JAN/20)

3.706 professores

16 bibliotecários

489 cozinheiros/merendeiros

ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL

25.925 (2016)

28.036 (2017)

27.591 (2018)

27.599 (2019)

IDEB

2013 - Meta: 5.0 - Medido: 4.7

2015 - Meta: 5.3 - Medido: 5.1

2017 - Meta: 5.5 - Medido: 5.4

INVESTIMENTO

2017 - R\$ 382.765.358,76

2018 - R\$ 416.023.277,37

2019 - R\$ 451.088.320,00 (Estimativa LOA 2020)

2020 - R\$ 512.269.623,00 (Previsão LOA 2020)

VAGAS EM 2019

As vagas são distribuídas da seguinte forma: 7.332 vagas nas Umeis e 25.422 vagas nas Escolas Municipais, totalizando 32.754 vagas disponíveis.

Estas vagas não contam com as ofertadas pelo programa de convênio Criança na Creche.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

PROFISSIONAIS VINCULADOS À EDUCAÇÃO - NITERÓI 2020			
PROFISSÃO	QUANTIDADE	PROFISSÃO	QUANTIDADE
ADVOGADO	2	COZINHEIRO/MERENDEIRO	489
AG ADM EDUCACIONAL	180	MOTORISTA	1
AG DE COORDENACAO DE TURNO	72	NÃO EXERCE CARGO EFETIVO	124
AG DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE	1	NUTRICIONISTA	9
AG EDUC INFANTIL	10	ORIENT EDUCACIONAL	57
AGENTE SERVIÇOS GERAIS	4	PEDAGOGO	85
ASSIST ADM EDUCACIONAL	4	PROFESSOR I	2679
ASSISTENTE SOCIAL	3	PROFESSOR I (CT)	1
AUX DE PORTARIA	102	PROFESSOR I APOIO ESPEC	388
AUX OBRAS MANUTENÇÃO	1	PROFESSOR I BILÍNGUE	6
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	100	PROFESSOR II	632
BIBLIOTECÁRIO	16	PSICÓLOGO	6
CONTADOR	4	SUPERV EDUCACIONAL	73
FONOAUDIÓLOGO	7	TEC. EM INFORMÁTICA	33
INTÉRPRETE DE LIBRAS	3	TÉCNICO COMUN SOCIAL	1
TOTAL GERAL	5.093		

Niterói – desempenho da rede municipal no ideb
(anos iniciais do ensino fundamental)

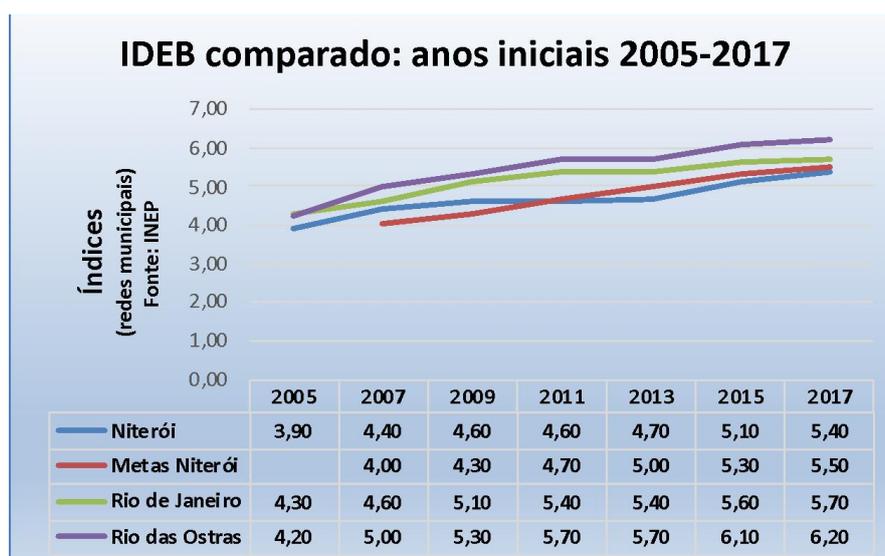
Tabela 04
Resultados do IDEB em Redes Municipais de Ensino em 2017 e o Gasto Educacional (Anos Iniciais)

Ranking IDEB RJ 2017 (anos iniciais)	Município	IDEB 2017	IDHM 2010	PIB Per Capita 2017	Gasto por Aluno 2017	Ranking Gasto por Aluno RJ
41o	Quatis	5.5	0,690	18.525,61	6.472,48	53o
42o	Bom Jardim	5.4	0,660	24.601,13	6.877,60	44o
43o	Engenheiro Paulo de Frontin	5.4	0,722	19.281,12	7.624,65	25o
44o	Niterói	5.4	0,837	55.049,66	14.563,42	1o
45o	Sapucaia	5.4	0,675	39.777,44	7.150,49	35o
46o	Saquarema	5.4	0,709	24.569,66	6.008,88	66o
47o	Carmo	5.3	0,696	22.822,87	5.427,21	81o

Fontes: INEP, IBGE e TCE/RJ. Valores a preços correntes (R\$).

A anterior exibe a posição que o desempenho da rede municipal de ensino de Niterói obteve no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, elaborado pelo MEC. Os dados levam em conta o resultado obtido pelos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental em 2017. Ela mostra, também, dados relativos ao IDHM, PIB per capita, o gasto por aluno das redes municipais comparadas, e a posição de cada rede no ranking de gasto por aluno entre municípios.

Os indicadores mostram, em primeiro lugar, que Niterói está numa colocação no ranking do IDEB (44º) totalmente incompatível com seus resultados no índice de desenvolvimento humano, PIB per capita e, mais ainda, com o seu nível de gasto por aluno. O dado mais relevante para medir a qualidade da gestão educacional parece ser o gasto por aluno. Nesse item, é interessante notar que, com exceção de Paulo de Frontin, todos os demais municípios apresentam gastos que equivalem a menos da metade daquele alcançado por Niterói.



O gráfico da página anterior apresenta a evolução do desempenho de Niterói no índice desde 2005, ocasião em que o IDEB foi criado. Foi feita uma comparação com os resultados alcançados pelos municípios do Rio de Janeiro e de Rio das Ostras, que têm IDHM comparável ao de Niterói (Tabela 03);

Vê-se que desde 2011 o município não atinge as metas estabelecidas pelo INEP/MEC, ainda que o desempenho da rede tenha se aproximado daquele atingido pelo Rio de Janeiro e das suas próprias metas nas edições de 2015 e 2017.

Por outro lado, a comparação com as outras duas cidades evidencia, também, que Niterói jamais conseguiu alcançar os resultados logrados por elas.

Niterói – desempenho da rede municipal no ideb
(anos finais do ensino fundamental)

Tabela 05						
Resultados do IDEB em Redes Municipais de Ensino em 2017 e o Gasto Educacional (anos finais)						
Município	Ranking IDEB RJ 2017 (anos finais)	IDEB 2017	PIB Per Capita 2017	IDHM 2010	Gasto por Aluno 2017	Ranking Gasto por Aluno RJ
Japeri	68º	3.8	15.956,10	0,659	5.723,48	73º
Laje do Muriaé	69º	3.8	18.550,07	0,668	9.195,55	8º
Magé	70º	3.8	16.240,43	0,709	4.660,19	90º
Niterói	71º	3.8	55.049,66	0,837	14.563,42	1º
São Pedro da Aldeia	72º	3.8	21.607,38	0,712	5.078,06	86º
São Sebastião do Alto	73º	3.8	19.915,55	0,646	8.014,00	21º
Tanguá	74º	3.8	15.627,69	0,654	5.407,70	83º

Fontes: IBGE e TCE/RJ. Valores a preços correntes (R\$).

Igual comparação foi feita na acima com o desempenho dos alunos do 9º ano do ensino fundamental. Imediatamente, percebe-se que a posição relativa da rede municipal de Niterói é ainda pior do que a verificada nos anos iniciais, situando-se quase 30 posições abaixo no ano de 2017 (44º lugar no 5º ano e 71º lugar no 9º ano).

O desempenho inferior dos alunos do 9º ano em relação aos do 5º ano é um fenômeno verificado em todo o Brasil, entretanto Niterói ficou desta vez situado entre municípios com ainda menor geração de riqueza, pior desenvolvimento humano e capacidade financeira para aplicar na educação.

Quatro entre as sete redes municipais comparadas aplicam por estudante menos que 50% do que Niterói (Japeri, Laje do Muriaé, Magé e Tanguá). Magé, que está uma posição acima de Niterói, está na 90ª colocação em investimento por aluno, o segundo pior resultado no estado. Há, ainda, grande desproporção na comparação do PIB per capita, com esses mesmos municípios apresentando valores mais de três vezes inferiores em relação a Niterói.

IDEB comparado: anos finais 2005-2017

(Redes Municipais - Fonte: INEP)



A trajetória dos resultados no IDEB dos anos finais, mostrada no gráfico da página anterior, foi ainda mais decepcionante do que nos anos iniciais. Se nestes a rede municipal de Niterói foi capaz de ultrapassar as metas em 2007 e 2009, no 9º ano, depois de atingir a meta em 2007, o desempenho decaiu em 2011 e 2013, com resultados cada vez mais distantes do patamar fixado pelo INEP/MEC. A comparação com os números apresentados pelo Rio de Janeiro e por Rio das Ostras evidencia que, desde 2011, Niterói esteve em níveis sempre inferiores, depois de estar à frente da Capital em 2005 e 2009.

A tentativa aqui realizada de analisar o desempenho da rede municipal de ensino de Niterói foi feita ao ser constatado que, embora os resultados obtidos no IDEB tenham melhorado nas edições de 2015 e 2017 (até o fechamento deste diagnóstico os dados de 2019 ainda não tinham seus resultados divulgados), a posição das escolas municipais do município, relativamente às demais cidades do estado, é ainda muito ruim. Especialmente quando se verifica que a Prefeitura de Niterói tem o maior gasto por aluno no Estado do Rio de Janeiro, conforme apurado pelo TCE/RJ.

Essa variável gasto/aluno merece um esclarecimento. Ela é feita pelo Tribunal dividindo pelo número de matrículas de cada rede pública municipal, o total das aplicações em ensino utilizadas para calcular a observância da regra de as prefeituras destinarem à área ao menos 25% de sua receita com impostos e transferências. Não se trata, portanto, de um cálculo feito a partir de uma contabilidade de custos, mas como o mesmo procedimento é feito para todos os municípios nos relatórios que analisam as contas de governo anuais, permite uma comparação entre eles bastante fidedigna.

Em resumo, os dados apresentados permitem demonstrar que Niterói proporcionava até 2017 um desempenho escolar aos alunos da sua rede municipal totalmente desproporcional aos recursos aplicados, quando estes são divididos pelo número de matrículas.

Além disso, o resultado obtido é inferior ao da maioria dos municípios do estado no caso dos anos finais (71º entre 91 municípios, a Capital está fora do ranking de gastos municipais em educação), e de quase a metade das demais redes (44º entre 91), no caso dos anos iniciais.

Vai ser preciso dar um choque de gestão na área de educação da PMN e estabelecer metas de melhoria do aprendizado por escola, fazendo mais avaliações. Essas avaliações mais frequentes serão importantes para identificar as deficiências de cada aluno e orientar as iniciativas de reforço escolar. Deve-se estabelecer, também, metas para melhorar a eficiência do gasto para cada unidade de ensino;

Importante criar uma parte variável da remuneração anual dos professores e funcionários atrelada ao desempenho da rede, da escola e da turma. Será necessário fixar uma meta de estar entre os cinco melhores resultados do IDEB no estado em até oito anos, tanto nos anos iniciais como nos anos finais, com metas próprias de crescimento para cada edição do IDEB.

TRANSPORTE E MOBILIDADE

NITTRANS

A Empresa: A NitTrans - Niterói Transporte e Trânsito - é uma sociedade de economia mista de personalidade jurídica de direito privado criada pela Lei Municipal nº 2.283, de 28 de dezembro de 2005, tendo como acionista majoritário o Município de Niterói. É responsável pelo planejamento e gerenciamento técnico-operacional do sistema de transportes e trânsito e do sistema viário da cidade, em conformidade com as políticas públicas adotadas pelo Governo Municipal. A estrutura organizacional funciona de forma integrada e é composta por técnicos e especialistas nas áreas de engenharia de tráfego, infraestrutura viária e arquitetura urbana.

As competências da empresa são divididas em cinco diretorias: Diretoria da Presidência, Diretoria de Administração, Diretoria de Finanças, Diretoria de Planejamento de Transportes e Trânsito, Diretoria de Infraestrutura Viária, sendo a empresa administrada por um Conselho de Administração.

A Diretoria de Administração tem como atribuições administrar e controlar os setores de Recursos Humanos, materiais e bens da empresa, serviços de compras e almoxarifado, informática, programação e processamento de dados.

A Diretoria de Finanças é responsável pelo orçamento da empresa, por serviços de contabilidade, liquidação e despesas, tesouraria, crédito e cobrança e controle interno.

A Diretoria de Planejamento de Transportes e Trânsito é responsável pela coordenação, supervisão e controle da engenharia de tráfego e funcionamento dos sistemas de transportes e trânsito e sistema viário municipal. Elabora pesquisas e estudos estatísticos sobre acidentes de trânsito e suas causas, e estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira de projetos viários. Atua no planejamento e implantação de condições de circulação e serviços de transportes adequados para pessoas com deficiência e idosos. Desenvolve programas educativos visando à redução de acidentes de trânsito e conscientização de condutores, passageiros e pedestres.

A Diretoria de Infraestrutura Viária é responsável pela coordenação, supervisão e controle da sinalização horizontal, vertical e semaforizada. Coordena e fiscaliza a execução de serviços de implantação e manutenção da sinalização viária. Planeja e elabora estudos voltados para a modernização, eficiência e ampliação dos sistemas de sinalização do município.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS (MARÇO DE 2020)

CARGOS	QUANTIDADE	CARGOS	QUANTIDADE
ASSESSOR TÉCNICO	2	COORD RECURSOS ADMINISTRATIVOS	1
ASSESSOR TÉCNICO	1	COORDENADOR D CONTROLE INTERNO	1
CHEFE DE DIVISÃO DE PROJETOS	1	COORDENADOR DO CCO	1
CHEFE DE SERVIÇO APOIO ADM	1	COORDENADOR JURÍDICO	1
CHEFE DE SERVIÇO DE COMPRAS	1	DIR PLAN DE TRANSP,TRANS INFRA	1
CHEFE DE SERVIÇO DE CURSOS	1	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO	1
CHEFE DE SERVIÇO DE ESTAMPARIA	1	DIRETOR DE FINANÇAS	1
CHEFE DE SERVIÇO DE LITOGRAFIA	1	DIV FINANÇAS CRÉD E COBRANÇA	1
CHEFE DE SERVIÇO DE PESSOAL	1	DIV MAT, CONT BENS E ALMOXARIF	1
CHEFE DE SERVIÇO DE SECRETARIA	5	PRESIDENTE	1
CHEFE DE SERVIÇO DE TESOURARIA	1	CHEFE SERV SINALIZ VERTICAL	1
CHEFE DE SERVIÇO ORÇAMENTÁRIO	1	CHEFE SERV CONTROLE ATOS ADM	1
CHEFE DEP EDUC TRÂNSITO	1	CHEFE SERV LIQUIDAÇÃO DESPESAS	1
CHEFE DEP ENGENHARIA TRÁFEGO	1	CHEFE SERV SINALIZ HORIZ	1
CHEFE DIV DE ADM E RH	1	CHEFE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO	1
CHEFE DIV DE PLAN E ORÇAMENTO	1	CHEFE SERVIÇO DE CONTRATOS	1
CHEFE DIVISÃO CURSOS E TREIN	1	CHEFE SERVIÇO DE CONTROLE BENS	1
CHEFE DIVISÃO DE PLAQUEAMENTO	1	CHEFE SERVIÇO DE TREINAMENTOS	1
CHEFE DIVISÃO DE CONTABILIDADE	1	CHEFE SERVIÇO PROC DE DADOS	1
CHEFE DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	CHEFE SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO	1
CHEFE DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	1	COORD DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1
CHEFE DIVISÃO DE SINALIZAÇÃO	1	CHEFE GABINETE	1
TOTAL GERAL	49		

- EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2013 – R\$ 11.474.000,00

2014 – R\$ 12.210.000,00

2015 – R\$ 22.838.719,00

2016 – R\$ 15.679.348,55

2017 – R\$ 21.474.122,00

2018 – R\$ 22.954.820,92

2019 – R\$ 23.528.399,00

2020 – R\$ 42.980.915,00

SUBSECRETARIA DE TRANSPORTES

Vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS (JANEIRO DE 2020)

CARGOS - SST (SMU)	QUANTIDADE
AGENTE DE TRÂNSITO	35
FISCAL DE SISTEMA VIÁRIO	15
TOTAL GERAL	50

CONSÓRCIOS DE ÔNIBUS

Os Consórcios TransNit e Transoceânico operam as linhas de transporte coletivo de Niterói. A partir desse contrato, a atuação dos consórcios se dá por área de operação e não mais por linhas, o que permite a modificação de itinerários para melhor atender a área operacional, assim algumas regiões podem ser mais bem atendidas.

O Consórcio TransNit atua na Área Operacional 1 e tem ônibus de cor vermelha, que circulam pela Ilha da Conceição, Barreto, Ponta D'Areia, Engenhoca, Santana, São Lourenço, Tenente Jardim, Fonseca, Fátima, Caramujo, Baldeador, Santa Bárbara e Pé Pequeno.

Na Área Operacional 2, de responsabilidade do Consórcio Transoceânico, os coletivos de cor verde circulam pelos seguintes bairros: São Francisco, Cachoeira, Viradouro, Ititioca, Largo da Batalha, Sapê, Badu, Matapaca, Maria Paula, Vila Progresso, Cantagalo, Maceió, Muriqui, Cafubá, Charitas, Jurujuba, Jardim Imbuí, Piratininga, Jacaré, Rio do Ouro, Serra Grande, Santo Antônio, Camboinhas, Maravista, Itaipu, Itacoatiara, Engenho do Mato, Várzea das Moças e Viçoso Jardim.

TRANSNIT

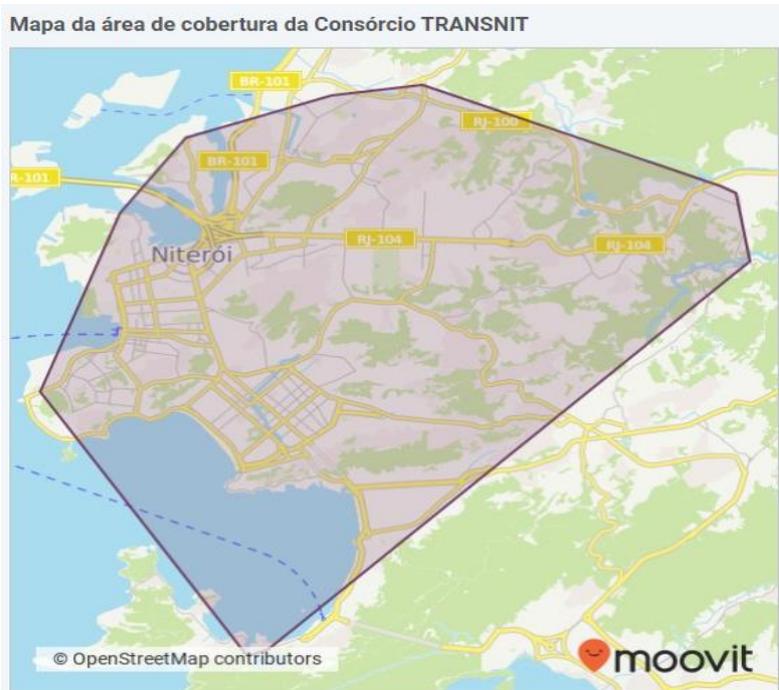
TransNit foi o primeiro consórcio a receber os novos ônibus conhecidos como "Piso Baixo", em que o passageiro, ao entrar no ônibus, tem apenas um degrau para subir. A primeira empresa a receber o ônibus foi a Auto Ônibus Brasília, com a linha 61 - Venda da Cruz X Icaraí. Em seguida vieram a Auto Lotação Ingá, com a linha 49 - Fonseca X Icaraí X Centro (Circular), e a Viação Araçatuba, com a linha 47 - Canto do Rio X Centro.

Empresas (por ordem de numeração das empresas):

- 1 - Auto Lotação Ingá (Empresa Líder)
- 2 - Transportes Peixoto Ltda.
- 3 - Auto Ônibus Brasília
- 4 - Expresso Barreto
- 5 - Viação Araçatuba

As rotas de ônibus cobrem uma área ao norte (divisa com São Gonçalo) na estação Rua Coronel Amarante 196 até uma área ao sul (Niterói) na estação Ponto Final - Charitas. A estação no extremo oeste fica na Rua Coronel Tamarindo 87b (Niterói), e a do extremo leste é a Ponto Final - Caramujo/Sapê (Niterói).

As rotas de ônibus do Consórcio TransNit operam na Região Norte e Praias da Baía. A linha mais longa do Consórcio TransNit é a 62B. Esta rota de ônibus começa em Ponto Final - Santa Bárbara (Niterói) e termina em Ponto Final – Charitas (Niterói). A área de cobertura é de mais de 18 km e tem 44 paradas.



TRANSOCEÂNICO

Empresas (por ordem de numeração das empresas):

- 1 – Viação Pendotiba
- 2 – Santo Antônio Transportes
- 3 – Expresso Miramar
- 4 – Viação Fortaleza

As rotas de ônibus cobrem a área desde a estação Fortaleza de Santa Cruz da Barra até a estação Ponto Final - Pendotiba / Várzea Das Moças e da estação Avenida Abdias José Dos Santos, 27 até a estação DPO de Itacoatiara. A linha mais longa do Consórcio Transoceânico é a 38A. Esta rota de ônibus começa em Terminal João Goulart - Plataforma 2 (Niterói) e termina em Ponto Final - Itaipu (Niterói). A área de cobertura é de mais de 29 km e tem 88 paradas.

Mapa da área de cobertura da Consórcio TRANSOCEÂNICO



TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL

Principal porta de entrada e saída de Niterói, o Terminal Rodoviário Presidente João Goulart foi projetado pelo renomado arquiteto João Sampaio e fundado no dia 28 de agosto de 1994, no Centro de Niterói. É o maior terminal urbano da América Latina, em circulação de público, e resultado de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Niterói e o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – Setrerj. O projeto ousado, que usa referências da Zona Norte da cidade, foi premiado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. O Terminal Rodoviário Presidente João Goulart recebe um fluxo médio de 535 mil acessos por dia, o que lhe assegura o título de o maior da América Latina, nesse aspecto. É gerido, desde 2007, pela Teroni.

Em 12 de junho de 2007, foi criada a Sociedade Empresária Limitada Teroni – Terminal Rodoviário de Niterói Ltda. tendo como objeto a realização da Concessão outorgada pela Niter – Niterói Terminais Rodoviários, autarquia vinculada à Prefeitura Municipal de Niterói, através da Licitação nº 001/2006 para, com exclusividade, praticar a administração, operação, exploração comercial, reforma e manutenção do Terminal Rodoviário Presidente João Goulart, localizado naquela cidade, nos termos das condições exigidas pelo edital. A sociedade resultou do consórcio integrado pela Construtora Zadar Ltda. e KF Empreendimentos Imobiliários Ltda. que, vencedoras da licitação, receberam em 26 de junho de 2007 o Termo de Concessão de Uso nº 06/2007, emitido pela Niter, com validade pelo prazo de 20 (vinte) anos.

O Terminal possui duas torres frontais e posteriores – ambas com lados A e B –, uma gare com 240 m de extensão e 40 m de largura, sete plataformas de embarque e desembarque, cada uma com aproximadamente 100 m de comprimento, identificadas por cores e letras do alfabeto. Nas partes

frontais dos túneis de acesso às plataformas, estão colocados painéis coloridos, com indicação das empresas de transporte, assim como o destino das respectivas linhas que ali operam.

Além de criar empregos e adequar o sistema viário, a construção do Terminal atraiu investimentos vultosos como os do Shopping Bay Market e, recentemente, o Caminho Niemeyer. O Terminal de Niterói, como é conhecido pela população, tem 15.454 m² de área construída, com circulação de pessoas que atinge a média de 535 mil acessos por dia, com destinos às cidades de Rio de Janeiro, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito, Tanguá, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Saquarema, Araruama e Cabo Frio, entre outras. Os usuários contam com uma frota diária de 1.645 ônibus distribuídos em 74 linhas intermunicipais e 29 municipais praticadas por 19 empresas de viação.

O Terminal funciona 24 horas por dia, com trabalhadores organizados em três turnos, incluindo a segurança local, com profissionais qualificados, 240 lixeiras por todo o terminal, banheiros 24 horas, adaptados de acordo com as normas técnicas para pessoas com deficiências, orelhões, estande da Loterj, loteria da Caixa Econômica Federal, caixas eletrônicas, lojas, quiosques e estandes que prestam serviços aos usuários. Gare: serviços como campanhas de vacinação e festas de Natal, entre outros, vêm sendo realizados, frequentemente, no Terminal Rodoviário Presidente João Goulart, um trabalho desenvolvido pela Teroni, desde o início de sua operação no local, em 2007.

Tabela com LINHAS DOS ÔNIBUS EM NITERÓI	
Linha <u>3</u> – Centro – Bairro de Fátima (circular)	Linha 42-A – Centro – Barreto (via São Lourenço)
Linha <u>15</u> – Centro – Ilha da Conceição	Linha <u>43</u> – Fonseca – Icaraí – Centro (pela Barão do Amazonas) Roteiro 1
Linha <u>17</u> – Centro – São Francisco	Linha 43 – Fonseca – Icaraí – Centro (circular, via 22 de Novembro) Roteiro 2
Linha <u>21</u> – Centro – Fonseca	Linha 44 – Centro – Ititioca
Linha <u>22</u> – Centro – Fonseca (via Marquês do Paraná)	Linha 45 – Centro – Cubango
Linha <u>23</u> – Centro – Teixeira de Freitas	Linha <u>46</u> – Centro – Várzea das Moças (via Praia de Icaraí)
Linha <u>24</u> – Gragoatá – Palmeiras	Linha 47 – Centro – Canto do Rio
Linha <u>25</u> – Centro – Riodades	Linha 47-A – Centro – Campus da UFF (circular)
Linha <u>26</u> – Centro – Caramujo	Linha <u>47-B</u> – Centro – Campus da UFF / MAC (circular)
Linha <u>26-A</u> – Centro – Morro do Céu	Linha 48 – Centro – Rio do Ouro
Linha <u>28</u> – Centro – Largo do Cravinho (linha circular)	Linha <u>49</u> – Fonseca – Icaraí – Centro (circular) Roteiro 1
Linha <u>29</u> – Centro – Largo do Cravinho (via Avenida do Contorno)	Linha 49 – Fonseca – Icaraí – Centro (circular) Roteiro 2
Linha <u>30</u> – Centro – Martins Torres	Linha 52 – Maria Paula – Itaipu
Linha <u>31</u> – Ponta D’Areia – Beltrão	Linha 52-A – Maria Paula – Itaipu

Linha <u>32</u> – <u>Centro</u> – <u>Cachoeira</u>	Linha 53 – Centro – Santa Rosa
Linha <u>33</u> – <u>Centro</u> – <u>Jurujuba</u>	Linha 54 – Sapê – Piratininga
Linha <u>34</u> – <u>Centro</u> – <u>Largo da Batalha</u>	Linha 55-A – Várzea das Moças – Piratininga
Linha <u>34-A</u> – <u>Centro</u> – <u>Largo da Batalha (via Viçoso Jardim)</u>	Linha 57 – Centro – Icarai (Fagundes Varela)
Linha <u>35</u> – <u>Centro</u> – <u>Baldeador</u>	Linha 60 – Ilha da Conceição – Icarai (circular)
Linha <u>36</u> – <u>Centro</u> – <u>Sapê</u>	Linha 61 – Venda da Cruz – Icarai
Linha <u>37</u> – <u>Centro</u> – <u>Parque da Colina</u>	Linha 62 – Fonseca – Charitas
Linha <u>38-A</u> – <u>Centro</u> – <u>Engenho do Mato</u>	Linha <u>62-A</u> – <u>Fonseca</u> – <u>Charitas (via Caramujo)</u>
Linha <u>39-A</u> – <u>Centro</u> – <u>Piratininga</u>	Linha 62-B – Santa Bárbara – Charitas
<u>Linha 40</u> – <u>Centro</u> – <u>Maceió</u>	Linha <u>66</u> – <u>Centro</u> – <u>São Lourenço</u>
<u>Linha 40-A</u> – <u>Centro</u> – <u>Maceió</u>	Linha 67 – Cova da Onça – Centro
<u>Linha 41</u> – <u>Centro</u> – <u>Venda da Cruz (via Benjamin Constant)</u>	OC 1 – Piratininga – Centro via Túnel
Linha 41 – Centro – Venda da Cruz (via João Brasil)	OC 2 – Itaipu – centro via Túnel
Linha 42 – Centro – Barreto (via Rodoviária)	OC 3 – Engenho do Mato – Centro via Túnel

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

A CCR Barcas é uma empresa concessionária privada brasileira de transporte aquaviário. Desde 2 de julho de 2012, ela opera as linhas de barcas dos municípios de Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis e Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro.

Linha	Terminais	Inauguração	Distância (m)	Duração das viagens (min)	Funcionamento
Rio de Janeiro ↔ Niterói	Praça XV Praça Arariboia	A partir de <u>1998</u>	5.000	20	Diariamente, das 6h15 às 23h30
Rio de Janeiro ↔ Charitas	Praça XV Charitas	A partir de <u>2004</u>	8.140	20	Dias úteis, das 6h às 21h30

Praça Arariboia

Localizada na região de interesse turístico da cidade de Niterói denominada "Caminho Niemeyer", a nova Estação Praça Arariboia foi inaugurada em outubro de 2013. O terminal é capaz de abrigar confortavelmente 4 mil pessoas, em um ambiente totalmente refrigerado.

SERVIÇOS DISPONÍVEIS



ACESSIBILIDADE

Um pavimento / atendimento prioritário / sinalização com pictogramas / piso tátil / bilheteria acessível / rota acessível do ambiente externo ao interno / rota acessível do ambiente interno à embarcação / entrada acessível / roleta acessível / sinalização visual interna / sinalização tátil interna / sinalização sonora interna / bebedouro adaptado / portas acessíveis / assentos acessíveis / área para permanência de cadeira de rodas / acesso para cão-guia / banheiro independente / rampas para acesso às embarcações

DADOS

Endereço da Estação Praça Arariboia: Praça Araribóia, nº 6 e nº 8, Centro - Niterói - RJ.

Horário de funcionamento da Estação Praça Arariboia: Diariamente: 5h40 às 23h30.

Serviços na estação Praça Arariboia: Lanchonetes (Café e Bar Hidroviário / Art Lanches); Recarga RioCard.

Charitas

Um dos principais cartões postais de Niterói, o prédio de traços inconfundíveis tem a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer. O espaço abriga lojas de conveniência e um restaurante.

SERVIÇOS DISPONÍVEIS



ACESSIBILIDADE

Um pavimento / atendimento prioritário / sinalização com pictogramas / piso tátil / bilheteria acessível / rota acessível do ambiente externo ao interno / rota acessível do ambiente interno à embarcação / entrada acessível / roleta acessível / sinalização visual interna / sinalização tátil interna / sinalização sonora interna / portas acessíveis / assentos acessíveis / área para permanência de cadeira de rodas / acesso para cão-guia / banheiro independente / rampas para acesso às embarcações

DADOS

Endereço da Estação Charitas: Av. Prefeito Sílvio Picanço, sem nº - Charitas - Niterói - RJ.

Horário de funcionamento da Estação Charitas: Dias Úteis: aberta das 6h20 às 12h; e das 16h20 às 20h10. Não funciona aos fins de semana e feriados

Serviços na estação Charitas: Estacionamento; caixas eletrônicas; lanchonete; loja Mundo Verde; Banca de Jornal; Restaurante Olimpo.

SEGURANÇA PÚBLICA

ORDEM PÚBLICA

Ordem Pública é o estado de legalidade normal, em que as autoridades exercem suas precípuas atribuições, e os cidadãos as respeitam e acatam. Do ponto de vista formal, a Ordem Pública é o conjunto de valores, princípios e normas que se pretende que sejam observados em uma sociedade. Do ponto de vista material, ordem pública é a situação de fato ocorrente em uma sociedade, resultante da disposição harmônica dos elementos que nela interagem, de modo a permitir um funcionamento regular e estável, que garanta a liberdade de todos. Conceitua-se ordem pública como sendo o conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis no interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.

A política de ordem pública em nosso município é comandada pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop) a partir do Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2013, um órgão da Administração Direta da Prefeitura de Niterói que tem por finalidade prover ordenamento urbano no âmbito do município por intermédio da Guarda Civil Municipal e do Departamento de Fiscalização de Posturas responsável pelo exercício do poder de polícia administrativa, realizando a emissão de ordens, sanções, fiscalizações e de consentimentos de polícia em seu âmbito de atuação.

Compete à Seop: planejamento, direção, coordenação, supervisão e controle da execução de atividades no âmbito da ordem pública em nível municipal; o direcionamento tático e estratégico das ações emanadas da Guarda Civil Municipal e do Departamento de Fiscalização de Posturas; a gestão das atividades do Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp); o acompanhamento e a fiscalização das obras e serviços afetos à Secretaria; a concessão de licenças e o fornecimento de atestados e certidões atinentes às finalidades e serviços da Seop; a concessão de autorização para a realização de eventos culturais, sociais, desportivos, religiosos e quaisquer outros que promovam concentrações de pessoas, dentre outros.

Quadro dos Funcionários à Disposição da SEOP (Dez/2019):

SEOP	TOTAL FUNCIONÁRIOS
SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA	652
ASSESSOR A	1
ASSESSOR A - CC-1	2
ASSESSOR B - CC-2	3
ASSESSOR C - CC-3	2
ASSISTENTE A - CC-4	4
CHEFE DE DIVISAO - CC-2	1
DIRETOR - DG	3
GUARDA MUNICIPAL	621
INSPETOR	3
SECRETARIO - SM	1
SUBINSPETOR	8
SUBSECRETARIO	2
TRABALHADOR	1
SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA TEMPORARIO	212
AGENTE CIVIL TEMPORARIO	200
ASSIST ADMINISTRATIVO TEMPORARIO	4
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1
MOTORISTA TEMPORARIO	5
SUBCOORDENADOR ADM. TEMPORÁRIO	1
SUPER. LOGISTICA TEMPORÁRIO	1
TOTAL GERAL	864

*TEMPORÁRIOS: Admitidos por um ano, podendo ter os contratos renovados por mais dois.
A carga de trabalho será de 44 horas semanais.

Os dados exibidos no quadro anterior são oriundos da relação existente Portal de Transparência da Prefeitura de Niterói referente ao mês de dezembro de 2019. Após a referida data, é de conhecimento o chamamento de novos profissionais para ingressarem no quadro da Guarda Municipal (GM). A GM, que anteriormente apresentava um total de 621 agentes, em abril de 2020, operava com o contingente de 701 guardas.

Evolução dos Gastos com Pessoal de 2013 a 2020:

2013 – R\$ 0

2014 – R\$ 11.130.000,00

2015 – R\$ 24.225.000,00

2016 – R\$ 26.134.329,00

2017 – R\$ 33.562.625,00

2018 – R\$ 39.772.098,00

2019 – R\$ 58.182.572,00

2020 (previsão LOA) – R\$ 70.094.875,00

Evolução do Orçamento Municipal de 2013 a 2020:

2013 – R\$ 1.520.133.000,00

2014 – R\$ 1.513.635.387,55

2015 – R\$ 2.279.733.194,00

2016 – R\$ 2.339.440.320,39

2017 – R\$ 2.767.516.395,45

2018 – R\$ 3.555.052.085,66

2019 (previsão LOA) – R\$ 3.329.841.224,00

2020 (previsão LOA) – R\$ 3.749.464.784,25

GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA – GGIM

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM é um canal de conexão de todos os órgãos de segurança pública das três esferas de governo que atuam em um município. Como a lógica de composição e campo de atuação do GGIM é o limite territorial do município, para dinamizar, ele está conectado diretamente ao gabinete do prefeito, sendo este o responsável por convocar as reuniões do GGIM.

A Seop, na figura do titular da pasta, compõe o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, de acordo com a Lei nº 3.370, de 5 de Setembro de 2018, criado para atuar no Programa de Segurança Pública, de forma articulada com União, Estados e Municípios, também atuando em questões de segurança, nas situações de prevenção e emergências.

O GGIM não gerencia projetos, mas tem como missão identificar oportunidades e alternativas de ação que permitam a melhor coordenação dos diversos esforços com o objetivo de produzir segurança pública a partir da prevenção e repressão ao crime e à violência de maneira mais efetiva e integrada.

O GGIM expressa o desenvolvimento de uma nova concepção de gestão, na qual todos participam ativamente das propostas, implementações, controle e avaliações das ações na seara de segurança pública.

Dessa forma, o seu bom funcionamento necessita que atores vinculados a todos os órgãos do sistema de justiça criminal (policiais – estaduais e federais -, Ministério Público, Judiciário e sistema prisional) e representantes do poder municipal deixem de lado diferenças político-partidárias, ideológicas e corporativas de forma que possam agir conjuntamente no diagnóstico de prioridades e na formulação de políticas.

A interlocução entre as instituições pode acontecer de diversas maneiras, desde a realização constante de reuniões, para que cada organização conheça o representante da outra, até o desenvolvimento de planos, programas e ações conjuntas voltadas para a prevenção dos delitos e para a repressão da criminalidade em determinadas áreas ou aspectos.

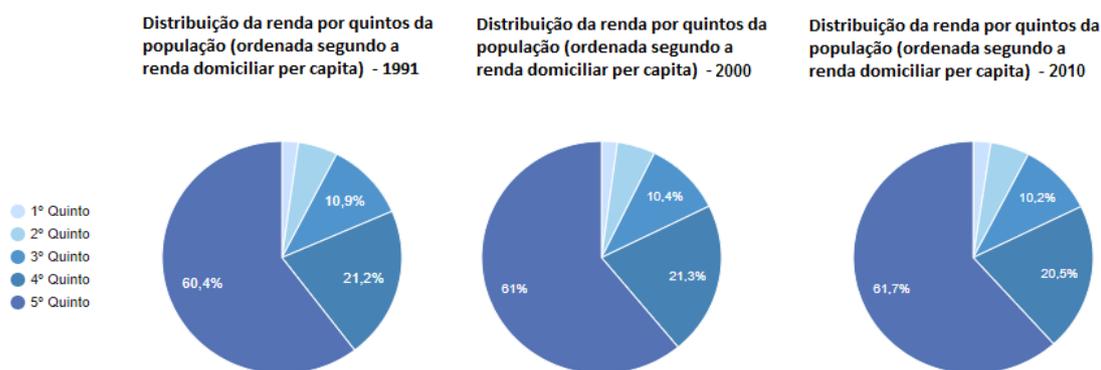
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A renda per capita média de Niterói cresceu 83,36% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 1.090,93, em 1991, para R\$ 1.596,51, em 2000, e para R\$ 2.000,29, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,24%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,32%, entre 1991 e 2000, e 2,28%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 12,07%, em 1991, para 6,60%, em 2000, e para 3,34%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,57, em 1991, para 0,58, em 2000, e para 0,59, em 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Niterói - RJ

	1991	2000	2010
Renda per capita	1.090,93	1.596,51	2.000,29
% de extremamente pobres	2,99	1,53	0,80
% de pobres	12,07	6,60	3,34
Índice de Gini	0,57	0,58	0,59

FONTE: PNDU, IPEA e FJP



FONTE: PNDU, IPEA e FJP

PIB per capita
55.049,66 R\$

Comparando a
outros municípios



Percentual das receitas
oriundas de fontes
externas
44,4 %

Comparando a
outros municípios



Total de receitas
realizadas
2.767.516,40 R\$
(×1000)

Comparando a
outros municípios



Total de despesas
empenhadas
2.462.638,23 R\$
(×1000)

Comparando a
outros municípios



FONTE: IBGE

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social no Brasil se organiza através do Sistema Único de Assistência Social (Suas). As ações da assistência social no Suas são organizadas em dois tipos de proteção: básica e especial, e desenvolvidas e/ou coordenadas pelas unidades públicas: Centros de Referência da Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) e de forma complementar, pela Rede Socioassistencial Privada do Suas.

Além disso, fazem parte dos equipamentos da secretaria, em Niterói, as unidades de acolhimento, a unidade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), as unidades dos conselhos tutelares, o Núcleo de Benefício e Renda, o Centro de Convivência Intergeracional e gestão compartilhada da Casa Paul Singer (Economia Solidária).

O Cras tem como função o atendimento à prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais, já o Creas atua sobre as consequências das vulnerabilidades já existentes, buscando diminuir os efeitos negativos sobre os indivíduos e suas famílias.

As unidades do Cras estão razoavelmente distribuídas pela cidade, tendo uma unidade nos seguintes bairros: Centro, Barreto, Caramujo, Santa Bárbara, Jurujuba, Charitas, Cafubá e Badu. Existem também outras duas unidades no Fonseca. Já os Creas estão localizados um no Largo da Batalha e outro no Centro.

O Centro POP atua de duas formas distintas: no atendimento para pessoas em situação de rua e na abordagem na rua. No atendimento para as pessoas em situação de rua, o objetivo é o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Visa, através de uma equipe interdisciplinar (assistentes sociais e psicólogos), prestar atendimento, encaminhamento e acompanhamento de usuários que frequentam o Centro POP, disponibilizando alimentação e higiene pessoal.

Já a abordagem em rua se propõe a assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa identificando, nos territórios, a incidência de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua. Dessa forma, busca a resolução de necessidades imediatas evitando os riscos que a rua oferece, promovendo encaminhamentos ao Centro POP, hospitais e demais serviços assistenciais.

A cidade conta com um total de cinco abrigos próprios e um conveniado. Esses abrigos são: Unidade de Acolhimento Florestan Fernandes, no Centro; Unidade de Acolhimento Lélia Gonzáles, no Centro; Unidade de Acolhimento Arthur Bispo do Rosário, no Centro; Centro de Acolhimento Lisaura Ruas, em Itaipu; Centro de Acolhimento Paulo Freire, no Barreto, todos estes pertencentes à prefeitura; e o Lar Batista, em Várzea das Moças, que é um convênio.

A cidade conta também com um restaurante popular, o Restaurante Cidadão Jorge Amado, situado na esquina da Avenida Visconde do Rio Branco com a Rua Marechal Deodoro, no Centro, que serve, em média, 1.800 refeições por dia, e são investidos R\$ 3 milhões por ano para seu funcionamento.

Evolução do Orçamento da Sec. de Assistência Social e Direitos Humanos

2013 – R\$ 11.027.872,00

2014 – R\$ 14.399.194,90

2015 – R\$ 16.087.899,92

2016 – R\$ 20.866.994,88

2017 – R\$ 22.369.483,13

2018 – R\$ 27.971.297,38

2019 – R\$ 35.348.985,00 (PREVISÃO)

2020 – R\$ 44.623.457,20 (PREVISÃO)

VAGAS EM ABRIGOS NA CIDADE

130 vagas + 30 vagas para crianças e adolescentes - 2020

130 vagas + 40 vagas para crianças e adolescentes - 2019

130 vagas + Sem dados sobre vagas para crianças e adolescentes - 2018

130 vagas + 40 vagas para crianças e adolescentes - 2017

130 vagas + 40 vagas para crianças e adolescentes - 2016

As informações da secretaria sobre a ocupação das vagas devem ser obtidas diariamente, pois ela varia constantemente com entradas e saídas de usuários. Além disso, sobre os abrigos masculinos, foi informado que existe um limite de idade de até 59 anos, e o único abrigo que atende homens acima de 59 anos é o Lar Batista, um convênio da prefeitura que tem 26 vagas todas ocupadas no dia da consulta.

ABORDAGENS REALIZADAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Atendimentos do Centro POP 2019 - 3.648

População em situação de rua 2019 – 311

EQUIPAMENTOS

Cras	10
Creas	2
Conselhos Tutelares	3
Centro POP	1
Peti	1
Unidades de Acolhimento	5*
Centro Intergeracional	1
Núcleo de Benefício de Renda	1

***Não contabilizada a unidade Lar Batista, pois é um convênio.**

DOS CONSELHOS TUTELARES:

As unidades de Conselho Tutelar têm suas sedes físicas nos bairros do Centro, Fonseca e no Largo da Batalha. Os Conselhos Tutelares têm como função a guarda dos direitos das crianças e dos adolescentes, definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os Conselhos não têm autonomia para aplicar medidas punitivas, mas podem realizar mediações e recomendações, além de acionar o Ministério Público.

Cada Conselho deve ser composto por cinco conselheiros, que são eleitos para mandatos de quatro anos, por eleição popular. As unidades contam com autonomia administrativa, porém não gozam de autonomia financeira, ficando a cargo do município arcar com seu funcionamento. A última eleição para conselheiros tutelares de Niterói ocorreu em 2019, com os mandatos dos conselheiros eleitos começando do ano de 2020.

FUNCIONÁRIOS

Total = 299

Membros do Conselho Tutelar = 14

Psicólogo = 39

Assistente Social = 73

CARGOS	QUANTIDADE	CARGOS	QUANTIDADE
AGENTE ADMINISTRATIVO	1	DATILÓGRAFO	1
AGENTE FAZENDÁRIO	1	DIRETOR – DG	2
AGENTE II - FG-2	1	ENCARREGADO A - CC-3	1
ASSESSOR A - CC-1	4	ENCARREGADO A - CC-4	7
ASSESSOR B - CC-2	6	GARI	5
ASSESSOR C - CC-3	8	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	14
ASSISTENTE A - CC-4	2	MERENDEIRA	4
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3	MOTORISTA	10
ASSISTENTE B -CC-5	12	OFICIAL ADMINISTRATIVO	2
ASSISTENTE SOCIAL	73	PEDAGOGO	2
AUX. ADMINISTRATIVO	24	PSICÓLOGO	39
AUX. DE CRECHE	4	SECRETÁRIO MUNICIPAL	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14	SERVENTE	2
CHEFE DE DIVISÃO - CC-2	2	SUBSECRETÁRIO	2
CHEFE DE SERVIÇO - CC-3	1	TRABALHADOR	27
CONTÍNUO	1	VIGIA	3
COORDENADOR - CC-1	3	CUIDADOR SOCIAL	17
Total Geral	299		

CULTURA

A gestão da cultura na cidade de Niterói é dividida em dois órgãos: Secretaria Municipal das Culturas e Fundação de Artes de Niterói (FAN). O orçamento destinado para a área, conforme a Lei Orçamentária Anual para 2020, é de R\$ 48.063.652,00, distribuído entre as duas estruturas governamentais citadas anteriormente. Conforme podemos observar a evolução abaixo:

ORÇAMENTO

SECRETARIA DAS CULTURAS

2016 – R\$ 1.184.543,02

2017 – R\$ 2.959.195,00

2018 – R\$ 869.014,13

2019 (previsão) – R\$ 1.617.354,00

2020 (previsão) – R\$ 6.452.461,00

FAN

2016 – R\$ 28.403.262,06

2017 – R\$ 27.635.414,00

2018 – R\$ 34.187.944,96

2019 (previsão) – R\$ 39.942.650,00

2020 (previsão) – R\$ 41.611.191,00

A cidade de Niterói conta com oito espaços culturais próprios que atendem diversas áreas do município. Dentre os quais museus, sala de cultura, auditório e teatro. São eles:

TEATRO MUNICIPAL JOÃO CAETANO

TEATRO POPULAR OSCAR NIEMEYER

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

SOLAR DO JAMBEIRO

CENTRO CULTURAL PASCOAL CARLOS MAGNO

MUSEU JANETE COSTA DE ARTE POPULAR

CENTRO DE ESPORTE UNIFICADOS ISMAEL SILVA

SALA JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO

ESPORTE

No município de Niterói as atividades ligadas ao esporte são geridas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que também administra o uso de seus equipamentos, atividades, apoio para eventos esportivos e convênios com equipamentos de outros órgãos do município.

ORÇAMENTO

2013 – R\$ 1.410.724,00

2014 – R\$ 2.656.189,82

2015 – R\$ 1.985.859,01

2016 – R\$ 2.913.383,23

2017 – R\$ 2.138.589,00

2018 – R\$ 3.165.955,80

2019 – R\$ 5.165.511,00 (Previsão)

2020 – R\$ 5.245.739,00 (Previsão)

EQUIPAMENTOS

A secretaria conta com diversos equipamentos espalhados pela cidade, que administra ou exerce poder para parcerias, mas dentre estes se destacam:

CONCHA ACÚSTICA, EM SÃO DOMINGOS

SKATEPARK CARLOS ALBERTO PARIZZI, EM SÃO FRANCISCO

SKATEPARK DUDA NEVES, NO HORTO DO FONSECA

COMPLEXO ESPORTIVO DO BARRETO

PARQUE ESPORTIVO DO CARAMUJO

PARQUE DA CIDADE

A secretaria conta com 37 funcionários na sua folha salarial, referente a julho de 2019. Destes, 30 são funcionários comissionados, restando apenas sete funcionários estatutários. Os cargos se dividem da seguinte forma:

CARGO	COMISSIONADO	EFETIVO ESTATUTARIO	TOTAL GERAL
AGENTE ADMINISTRATIVO		1	1
ASSESSOR A - CC-1	5		5
ASSESSOR B - CC-2	6		6
ASSESSOR C - CC-3	9		9
ASSISTENTE A - CC-4	7		7
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		2	2
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO		1	1
LUBRIFICADOR		1	1
SECRETÁRIO - SM	1		1
SUBSECRETÁRIO	2		2
TEC. DE PLANEJAMENTO		1	1
TRABALHADOR		1	1
TOTAL GERAL	30	7	37

HABITAÇÃO

No Artigo 6º da Constituição Federal está estabelecido que a moradia é um dos direitos sociais. A ONU-Habitat, de maneira resumida, define que a moradia adequada precisa levar em conta, pelo menos, estes fatores: “onde está localizada, sua acessibilidade e a disponibilidade de serviços básicos como água, saneamento e drenagem”. Porém, contrariando o que está claramente expresso na Constituição, o déficit habitacional no Brasil cresceu 7% em apenas 10 anos, entre 2007 e 2017. Segundo pesquisa do PNAD, em 2017, o déficit marcou a falta de 7,77 milhões de residências, um valor recorde.

Dados do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU-UFF) indicam que Niterói enfrentava um problema de, pelo menos, 40 mil moradias em assentamentos precários na cidade. Se num cálculo conservador multiplicarmos esse valor por dois, temos que 80 mil pessoas na cidade estariam morando em condições precárias de habitação.

Se pensarmos, de acordo com a definição da ONU sobre moradia, fica claro que nem mesmo residências de classe média/alta em algumas regiões da cidade atendem todas as condições, especialmente a de drenagem, uma vez que diversas ruas da cidade ficam alagadas, problema que ocorre todos os anos. E a justificativa é sempre a mesma: que os alagamentos foram causados por chuvas acima da expectativa.

Além disso, a ocupação das encostas da cidade e os deslizamentos, que se tornaram recorrentes desde a tragédia do Morro do Bumba, deixam a questão cada vez mais observável.

Este assunto, em Niterói, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, que é o órgão que coordena as ações de habitações populares e programas como Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Em Niterói, o MCMV se caracteriza por: “construção de moradias para famílias que têm renda mensal de até R\$ 1.600,00. A prestação mínima mensal do financiamento será de R\$ 25,00, corrigida pela TR, ou a máxima, que será de 5% da renda mensal, durante 10 anos. Por exemplo, para as famílias que recebem R\$ 700,00 por mês, a prestação será de R\$ 35,00. O Programa Minha Casa Minha Vida também atende famílias que ganham de R\$ 1.600,01 a R\$ 5.000,00, que terão o subsídio de acordo com a renda familiar, e o financiamento é de até 100% do valor do imóvel em até 30 anos”.

No último Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal de Niterói, foram inscritas 145 Zonas de Especial Interesse Social (Zeis), das quais destacaremos as 13 que fazem parte do programa MCMV.

As Zeis, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional, são: “As Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) ou Áreas de Especial Interesse Social (Aeis) são instrumentos urbanísticos que definem áreas da cidade destinadas para construção de moradia popular. As Zeis são uma categoria de zoneamento que permite o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio com regras especiais, mais permissivas, para determinadas áreas da cidade. Existem dois tipos de Zeis: as Zeis Ocupadas, onde já existe assentamento de população de baixa renda que precisa ser urbanizado e regularizado, e as Zeis de Vazios, que são áreas vazias ou mal aproveitadas que podem ser destinadas à construção de Habitações de Interesse Social (HIS)”.

As Zeis que destacaremos são:

MCMV - Bellavista

MCMV - Mirantes de Pendotiba

MCMV - Reserva Pendotiba II

MCMV - Condomínio Jardim das Paineiras

MCMV - Rio Del'Ouro I – II

MCMV - Zilda Arns

MCMV - Vivendas do Fonseca

MCMV - Colinas

MCMV - Caramujo I (Ipê/Nilo Peçanha)

MCMV - Poço Largo II

MCMV - Bairro de Fátima

MCMV - Bela Vista III / IV / V

MCMV - Bento Pestana

O orçamento da área de Habitação é dividido entre duas unidades orçamentárias, a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF) e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FUHAB), que unirei para simplificar a evolução dos valores destinados a este item.

2013 – R\$ 15.984.000,00

2014 – R\$ 512.900,00

2015 – R\$ 1.002.945,00

2016 – R\$ 10.715.074,97

2017 – R\$ 6.324.580,00

2018 – R\$ 4.297.935,21

2019 – R\$ 8.295.000,00 (Previsão)

2020 – R\$ 16.838.303,00 (Previsão)

TURISMO E ENTRETENIMENTO

Em Niterói, a gestão da política de turismo municipal fica a cargo de uma empresa pública chamada Niterói Empresa de Lazer e Turismo – Neltur. A Neltur tem quadro próprio de funcionários com colaboradores, além de um robusto orçamento como podemos observar abaixo:

2016: R\$ 17.325.696,27

2017: R\$ 19.904.057,00

2018: R\$ 17.095.912,86

2019 (previsão): R\$ 17.548.830,00

2020 (previsão): R\$ 24.559.360,00

Ao dissecar a folha de pagamento e histórico de gastos na área, observa-se que a empresa pouco, ou quase nada, faz pelo incentivo da indústria do turismo na cidade. Dentro dos gastos estão inclusos pagamento da folha salarial da Cia de Ballet de Niterói e distribuição da subvenção do carnaval, além das festividades de aniversário da cidade e o Réveillon.

Niterói conta com sete Centros de Atendimento ao Turista (CATs), espalhados por diversas regiões da cidade como Barcas, Campo de São Bento, Boa Viagem, Região Oceânica, Caminho Niemeyer, Parque da Cidade e sede da Neltur, quase todos com funcionamento diário das 9h às 18h (somente a sede da Neltur que não abre aos sábados e domingos).

DIAGNÓSTICO (REDE HOTELEIRA)

- 37 estabelecimentos (hotéis, pousadas e Bed/Breakfast)

- 1.073 quartos disponíveis

- 2.297 camas disponíveis

Fonte: Niterói Convetion & Visitors Bureau

Programa de Governo

Organização das Propostas

A seguir vamos verificar o conjunto de propostas que foram construídas a partir do processo colaborativo. Todo o esforço foi no sentido de construir uma visão de futuro, através da colaboração participativa, promovendo um sentimento de pertencimento por parte do voluntariado. Por isso afirmamos que o processo de construção é tão importante e valioso quanto seus resultados e isso só é possível por princípios ativos de colaboração.

As propostas foram organizadas, seguindo a metodologia de participação, em 14 temas setoriais para nortear as principais políticas de atuação na cidade. Para cada tema apresentamos uma introdução ao quadro daquela política e um histórico das discussões desenvolvidas nos encontros, diálogos e grupos de trabalho.

Ressaltamos que o esforço de sistematização realizado pela equipe de metodologia levou em conta as redundâncias e particularidades inerentes ao processo construtivo no sentido de produzir linhas programáticas abrangentes ao conjunto proposto pelos colaboradores. Além de juntar os conjuntos de ideais produzidos nos encontros virtuais, foram considerados boas propostas que foram encaminhadas por email e pelas redes sociais.

GOVERNANÇA, GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1. Reforma dos órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura de Niterói, visando conciliar a redução do gasto público com eficiência dos serviços prestados à população, visando a redução do número de secretarias.
2. Implantação efetiva de Portal da Transparência que seja compreensivo a população mas também permita estudos profundos de micro dados que conste informações de todos os órgãos da Prefeitura, inclusive da Administração Indireta.
3. Criação de programa de Gestão de Pessoas, enfatizando a qualificação do quadro de funcionários públicos, com capacitação e treinamento permanente, priorizando a contratação por meio de concursos públicos e instituição, ou aperfeiçoamento, dos Plano de Cargos, Carreira e de Salários (PCCS) dos estatutários.
4. Estruturar a comunicação entre o Governo e as associações de moradores e demais entidades da sociedade civil, promovendo, assim, a participação e o acompanhamento destes segmentos no planejamento, nas ações e nas medidas públicas adotadas.
5. Criação de uma coordenadoria técnica de controle, que contemple uma ouvidoria, visando a regulação, fiscalização e monitoramento dos serviços prestado diretamente ou concedidos.
6. Criação da Corregedoria Municipal consonante com as regulamentações mais modernas de compliance e políticas voltadas para a integridade da gestão para o efetivo combate à corrupção e ao desvio dos recursos públicos .
7. Plano estratégico específico para Tecnologia da Informação – TI, com metas claras e prazos para implantação, contemplando, principalmente, processo administrativo eletrônico (Papel Zero), ferramentas e aplicativos, colaborativos, com informes para a população, sistemas de controle e gestão dos processos. Assim como adequação à Lei Geral de Proteção de Dados.
8. Criar um sistema de controle transparente e eficiente, fazendo uso de tecnologias da informação, para garantir a correta execução orçamentária e financeira, que atenda ações governamentais claras e devidamente planejadas, e, ainda, a apuração de denúncias e, se necessário, aplicação de punições ou encaminhamento às autoridades competentes.

9. Redução da frota de veículos de atendimento à Prefeitura, com a adesão de sistema corporativo utilizando os táxis.
10. Redução do número de secretarias: das atuais 52 à metade.
11. Extinção das Administrações Regionais.
12. Criação de uma nova estrutura de descentralização administrativa focado para ações regionais com estruturas operacionais, atribuições de zeladoria e funções administrativas, que prestem serviços aos cidadãos niteroienses;
13. Extinção da Nit-Urb.
14. Extinção da Secretaria Executiva do prefeito.
15. Extinção da Suten (antiga Niter).
16. Corte de 30% dos cargos em comissão.
17. Fim da caixa-preta dos terceirizados.
18. Transparência total de todos os contratos, folhas de pagamento de autarquias, secretarias, fundações e terceirizados.
19. Efetivo pagamento dos restos a pagar em ordem cronológica.
20. Auditoria na folha de pagamento e na Nitprev.
21. Diário Oficial eletrônico online.

URBANISMO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA

1. Estruturação e Modernização Tecnológica dos Órgãos de Planejamento, Operação e Fiscalização do Urbanismo e integração com pastas transversais, como Meio Ambiente, Mobilidade, Habitação, Cultura e Defesa Civil;
2. Uso de tecnologias de georreferenciamento na implementação de cadastros multifinalitários do uso e ocupação do solo urbanos no apoio ao planejamento;
3. Realização de concurso público e capacitação continuada a técnicos e gestores qualificados, com destinação de recursos orçamentários para financiamento de estudos necessários ao planejamento territorial de cidade;
4. Revisão da legislação urbanística, cumprindo o novo Plano Diretor, de forma participativa e colaborativa e expandindo para as demais regiões da cidade, levando em consideração os limites territoriais e as políticas de integração regional com municípios vizinhos;
5. Promoção da participação da sociedade civil no planejamento urbano e intervenções da cidade, com estímulo ao uso de tecnologias da informação acessíveis, possibilitando transparência e acompanhamento dos processos;
6. Mapeamento de áreas disponíveis, vazios urbanos e imóveis subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura de modo a disponibilizá-los as políticas de função social da propriedade;
7. Levantamento das carências e aspectos sociais de cada bairro e região da cidade em processos participativos;
8. Aplicação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade para exercer a função social da propriedade do solo urbano, bem como implementação de medidas jurídicas direcionadas à promoção dos direitos de moradia;

9. Implementação de Plano Estratégico para Zona de Especial Interesse Social, por meio de atualização de cadastros, com vistas a viabilização da urbanização e regularização fundiária;
10. Revisão, atualização e implementação do Plano Local de Habitação de Interesse Social priorizando a redução do déficit habitacional com o incentivo a produção HIS;
11. Elaboração de projetos urbanos locais, completos e participativos, tanto para as áreas consolidadas quanto das ocupações informais regularizáveis, orientado pelo planejamento de rota acessível às comunidades;
12. Retorno do Programa Vida Nova no Morro de urbanização e manutenção da infraestrutura das comunidades de Niterói. Em nosso governo as comunidades serão uma prioridade levando obras todas elas.
13. Realizar o Plano Municipal de Redução de Riscos - promovendo um diagnóstico do solo e da geologia de cada comunidade para garantir segurança ao levar os serviços públicos para áreas de risco evitando um novo Bumba ou Boa Esperança.
12. Estruturação de modelo de intervenção urbana baseado na seguinte tríade: assistência técnica, suporte financeiro e metodologias de co-criação colaborativa, promovendo interlocução entre parceiros privados e grupos locais para elaboração de mapeamento de demandas comunitárias integradas às necessidades urbanas;
13. Programa Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS), com orientação técnica e financeira, para a produção e reforma de unidades habitacionais, com estímulo à melhorias nas residências, providenciando níveis básicos de saneamento e salubridade;
14. A condução do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que identifique real déficit habitacional do município com a organização das famílias identificadas pelo plano em parceria com a Assistência Social e priorização das mais necessitadas.
15. Financiar programas habitacionais (construção de unidades) com recursos próprios e buscar outras fontes de financiamento como governos federal e estadual e linhas de crédito em bancos públicos e privados.
16. Manutenção do pagamento do aluguel social, com prioridade na construção de unidades para essas famílias (conforme identificação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social) e a elaboração de cadastros de área de risco para a promoção de aluguel social, organizando grupos gestores por território que acompanhem a assistência técnica oferecida pela prefeitura e aprendam a gerir a construção de suas moradias de forma segura e apropriada;
17. Inserção da comunidade em processos de acompanhamento e fiscalização urbana eficiente para as áreas carentes da cidade como ação efetiva do controle urbano;
18. Promoção o incentivo a reformas de edifícios históricos, com isenção ou redução das taxas e impostos com vista a sustentabilidade;
19. Estímulo à transformação do centro em polo de manifestações culturais face sua história e alta concentração de atividades acadêmicas e equipamentos culturais e a novas moradias;
20. Requalificação de espaços públicos (parques e praças) existentes e criação de novas centralidades de lazer, promovendo educação, cultura, esporte, lazer e segurança, envolvendo as comunidades como os motores da requalificação dos seus espaços públicos de convivência, elevando assim, sentimento de pertencimento e a noção de comunidade, em especial nas regiões desassistidas como a Norte, Leste e Pendotiba;
21. Implementação de “Ruas Completas” agregando ações integradas de acessibilidade, arborização, mobiliário, pavimentação, calçamento, iluminação, sinalização e posteameto, de forma

padronizada, mas respeitando as particularidades e potencialidades de cada região e as consultas participativas;

22. Pavimentação adequada de todas as ruas não urbanizadas com foco em Pendotiba e Região Oceânica. A pavimentação nas vias da região oceânica e pendotiba deve se atentar aos problemas em relação a permeabilização do solo, usando tecnologias adequadas e ainda colabore com a estética mais bucólica dessas regiões.
23. Promover licitações e contratações de obras com projetos completos, suficientemente detalhados, que permitam a fiscalização da execução com transparência e eficiência.
24. Promover e implantar projeto de requalificação urbana de Jurujuba.
25. Plano de drenagem urbana que abranja áreas da cidade que precisam de trabalho efetivo de drenagem como, por exemplo: Barreto (Leopoldina, Largo do Barradas...), a Roberto Silveira, entre a Presidente Backer e a Lopes Trovão, Gavião Peixoto x Mariz e Barros, Largo do Marrão e bacias do João Mendes, Rio da Vala e Santo Antônio.
26. Destinação de 100% dos recursos da Cosip para iluminação pública para promover Parceria Público Privada (PPP) da iluminação pública e, em quatro anos, toda cidade terá iluminação em LED ampliando inclusive para as calçadas.
27. Programa para concessão da utilização do subsolo para infraestrutura compartilhada de redes com foco na redução poluição visual nas nossas vias.
28. Fiscalização efetiva das concessionárias que após consertos e serviços, as concessionárias deverão deixar a via exatamente como pegaram e não com remendos, como costuma fazer atualmente.
29. Zeladoria tem que englobar: iluminação pública, manutenção de calçadas, manutenção de praças e aparelhos em praças, pavimentação das ruas, podas de árvores, limpeza de bueiros, capina, varrição de rua.
30. Serviços que são rotina têm que ter transparência total no site da prefeitura para a população fiscalizar, disponibilizando os dias em que os serviços são realizados em cada rua através de uma agenda de serviço organizada, clara e pública. Permitindo a todos o acesso direto à zeladoria pelo cidadão e publicidade e transparência nos serviços.
31. Criação de um aplicativo onde o cidadão tenha acesso aos serviços da cidade que permita na sua retaguarda a otimização da prestação de serviços da cidade e o contato direto do cidadão com a prefeitura, por aplicativo, sem intermediários. Acompanhamento do serviço via app com resposta da realização do mesmo.
32. Aumento do número de equipes de manutenção e obedecendo uma regionalização, e os trabalhadores serão prioritariamente moradores de cada região. Haverá postos-base desses serviços na cidade.
33. Maior transparência nos contratos de terceirização de mão de obra apontando quantas pessoas trabalham em cada contrato, quem são esses trabalhadores, onde moram, possibilitando organizar esses trabalhadores de maneira que essas empresas não sejam mais verdadeiros cabides de emprego.

SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

1. Implementação de um programa de governança ambiental participativa, promovendo canais de constante interlocução e prestação de contas com a sociedade civil, das ações ambientais;
2. Criação de programa de educação ambiental, orientando a utilização de áreas de encosta por meio de técnicas sustentáveis e alternativas de saneamento ambiental, contenção de encostas, replantio de espécies e produção de hortas comunitárias;
3. Estruturação de planejamento e gestão ambiental de pequeno, médio e longo prazo, envolvendo as macro áreas ambientais e as áreas ambientais críticas sujeitas à pressão antrópica, estejam elas em processo de degradação pela expansão de ocupação ou sujeitas à danos ambientais periódicos/ sazonais;
4. Atualização de levantamentos de ocupação em áreas de risco e suas interfaces com bacias hidrográficas;
5. Realização de diagnósticos periódicos da quantidade e qualidade do patrimônio ambiental, com demarcação das áreas de APP, apoiados por estudos topográficos, hidrográficos, de geotecnia e geoprocessamento;
6. Estruturação dos parques municipais com elaboração e implementação dos planos de manejo, em especial o PARNIT.
7. Estruturação da administração municipal de gestão e fiscalização ambiental, com equipamentos e pessoal, com ênfase na capacitação de guardas e agentes comunitários.
8. Apoio ao Parque Estadual da Serra da Tiririca através de convênios para aumentar a qualidade da sua operação.
9. Implantação de ações conforme Plano de Manejo para o Sistema Lagunar Itaipu Piratininga, com envolvimento dos conselhos ambientais em esfera municipal e estadual, visando a despoluição e seu aproveitamento pela população de Niterói;
10. Revisão, atualização e execução do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e fiscalização efetiva dos grandes geradores de resíduos sólidos.
11. Implementação efetiva da coleta seletiva, com fomento à criação de cooperativas de reciclagem. Hoje Niterói recicla cerca de 2%.
12. Criar programa municipal com redução, reuso e reciclagem do papel utilizado pela administração pública.
13. Estruturação de política ambiental de incentivo a produção de energias renováveis, auto geração e cogeração e estímulo às atividades agroecológicas orgânicas.
14. Criação de um programa de eficiência energética do município, com meta de 50% dos prédios públicos municipais terão energia solar em quatro anos.
15. Implantação de política de monitoramento, análise e fiscalização das águas e seus agentes poluidores e elaboração de campanhas de conscientização da população em relação ao tratamento e uso da água;
16. Elaboração de planos de macro e micro drenagens para todas as regiões da cidade com solução adequada aos rios, canais e drenagens urbanas da cidade com vistas a redução dos riscos de alagamentos e enchentes com diagnósticos periódicos de orientação a manutenção e a conservação da redes de saneamento e drenagem;
17. Implementação de uma programação efetiva e preventiva de limpeza e manutenção de bueiros, canais, rios sobre tudo na melhoria do escoamento das águas das chuvas nas áreas urbanas, naturalizando suas margens sempre que possível.
18. Realização de Projetos Educacionais incentivando a cultura da preservação ambiental nas escolas e universidades;

19. Otimização dos processos de tramitação das atividades de poda, supressão, manutenção e plantio de arborização urbana, com disponibilização de canal de interlocução direta entre contribuinte e ente governamental, reestruturando equipe específica para cada uma dessas atividades;
20. Estabelecimento de incentivos à preservação ambiental (ex: ICMS Verde);
21. Realização de programa de atendimento veterinário, com a realização de campanhas de vacinação periódica e implantação de um programa de castração gratuita;
22. Realização de campanhas de prevenção do desperdício de alimentos e desenvolvimento de um banco de alimentos municipal;
23. Promoção de maior integração entre os órgãos e setores ambientais competentes da Prefeitura e a concessionária Água de Niterói, com divulgação de planejamento, estudos, diagnósticos e ações implementadas, principalmente em relação ao programa de ligação as redes coletoras existentes;
24. Incentivo de ações de plantio junto à rede municipal de ensino e incentivo de estudos e trabalhos de educação ambiental. Criação de hortas urbanas em escolas onde haja espaço físico.
25. Aumentar, gradativamente os recursos do ICMS Ecológico, com meta de destinação de 100% dos recursos voltados às políticas ambientais até o final do mandato. Uso integral do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Esse dinheiro, cerca de R\$ 7 milhões, não têm uso atualmente.
26. Elaboração de um Plano de Trilhas da cidade.
27. Criação do IPTU Verde. Desconto no IPTU para propriedades que adotem medidas de sustentabilidade.

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

1. Com aprovação do Plano Diretor, ficou estabelecido a criação de um plano de mobilidade. A política de mobilidade tem que ser pensada e feita em conjunto com o uso de ocupação do solo e é necessário que nos primeiros meses de governo, o Plano de Mobilidade esteja contratado para a sua elaboração o quanto antes, para ser colocado em prática imediatamente. Com o plano de mobilidade evitamos que as políticas de transporte e trânsito sejam pensadas como uma colcha de retalhos. Desta forma, pensaremos a cidade como um todo.
2. É imprescindível que o Plano de Mobilidade cuide da racionalização das linhas de ônibus, reduzindo sobreposições de trajetos organizando a hierarquização das linhas organizando um Sistema tronco-alimentador com linhas alimentadoras, linhas troncais e pequenos terminais de transbordo espalhados pela cidade. A Elaboração de estudos de integração de transportes de massa existentes e de novas alternativas de modos de transporte. Tudo isso é importante para a inovação no sistema da cidade;
3. O Plano de Mobilidade deverá discutir transporte público rodoviário, possibilidades de transporte público de massa, transporte aquaviário, cicloviário, de micro mobilidade não motorizada e a pé, trânsito de carro (transporte individual), além de discutir táxi x aplicativo, Niterói Rotativo e a concessão do Terminal Rodoviário.
4. No plano de mobilidade, identificar viabilidade de construção de alça viária ligando Região de Pendotiba a partir da Estrada Washington Luiz ao acesso à Ponte Rio-Niterói passando por Caramujo, Morro do Castro (RJ 100), Tenente Jardim e desembocando diretamente na Avenida do Contorno. Estudo para outra grande obra viária é o túnel ligando Santa Rosa ao Aterro de São Lourenço facilitando o acesso à Ponte Rio-Niterói, reduzindo pontos traumáticos no trânsito da cidade.
5. A melhoria da segurança no transporte público, com utilização de tecnologia direcionada e integração com os órgãos responsáveis por essa área que precisa se refletir no melhor

atendimento das concessionárias de transporte na cidade, com aprimoramento, por iniciativa do Poder Público Municipal, dos canais de comunicação e de ouvidoria;

6. É necessária a expansão do sistema de faixas seletivas priorizando o transporte coletivo, melhorando a sua operação (BRSs...) e o transporte não motorizado.
7. É preciso a melhoria do conforto da frota com a adoção de veículos mais confortáveis e convidativos e com tecnologias mais limpas e de menor impacto ambiental; é preciso ter 100% da frota de ônibus climatizada e 100% da frota de ônibus adaptada para pessoas com deficiência com o treinamento de profissionais.
8. Criar aplicativo para celulares disponibilizando informação sobre o sistema de transporte em tempo real, indicando rotas alternativas e incorporando a participação do cidadão, assim como indicar a localização do coletivo que se pretende embarcar;
9. Auditar a tarifa de ônibus em Niterói.
10. Reivindicar junto ao Governo do Estado e Governo Federal da extensão da Linha 2 do Metrô à Niterói, de acordo com o projeto original, de 1968, que prevê a ligação da Estação Carioca, no Centro do Rio ao Centro de Niterói, por túnel submarino;
11. Reivindicar junto ao Governo do Estado e ao Governo Federal da construção da Linha 3 do Metrô, ligando Niterói à São Gonçalo, assumindo a liderança da expansão do Metrô para o lado leste da Guanabara.
12. Desenvolvimento de programa de educação para o trânsito nas escolas da rede pública e incentivo à implantação dessa iniciativa na rede particular de ensino, além de uma política de conscientização dos motoristas de ônibus, carro e moto em respeito às bicicletas, implantando um amplo e sistemático programa de capacitação dos motoristas de ônibus.
13. Promover na gestão da política de transporte o conceito de “Ruas Completas” com melhoria da infraestrutura para ciclista e pedestres (calçadas seguras, sinalização e iluminação adequada, sistema de sinalização inteligente, estacionamento subterrâneo e acessibilidade universal)
14. Estudo da implantação de transportes menos poluentes com menor emissão de gases tóxicos para a atmosfera.
15. Implantação de Centro de controle integrado para o Trânsito e Transporte, com implantação de equipamentos urbanos e de sistema de sinalização dinâmica e inteligente.
10. Fomento ao diálogo constante com os municípios vizinhos e interação do município com o estado para as questões do transporte metropolitano.
11. Rever a operacionalização da Transoceânica e auditar as irregularidades desta obra, estendendo seu destino final ao Terminal João Goulart, levando a faixa exclusiva do BRS de Charitas até Centro.
12. Interlocução junto ao Governo do Estado para revisão tarifária do sistema aquaviário Charitas Praça XV e Araribóia Praça XV, que atualmente subsidiam outras linhas aquaviárias deficitárias e maior empoderamento do município nas decisões das futuras concessões de transporte aquaviário.
13. Ampliar significativamente o número de recuos em paradas de ônibus, liberando mais o fluxo de veículos. Identificar na dinâmica urbana da cidade quais são os gargalos diários, realizar pequenas intervenções objetivando a supressão desses gargalos;
14. Implantar o programa de Rotas Alternativas melhorando as vias que desafogam o trânsito quando congestionado ou obstruído por intempéries.

15. Separar os negócios econômicos de transporte e bilhetagem - com a licitação exclusiva para bilhetagem eletrônica para outro setor econômico. Extinguindo o uso de papel moeda em transporte público municipal gradativamente.
16. Rever o tempo do Bilhete Único municipal, considerando que atualmente, 1h apenas para trocar de ônibus, inviabiliza a utilização desse sistema por moradores das Regiões de Pendotiba e Oceânica.
17. Rever os itinerários dos ônibus intermunicipais na cidade.
18. Estudar viabilidade de modal VLT em Niterói.
19. Incentivar o transporte de pedestre e cicloviário. Ampliar a rede de ciclovias e ciclofaixas, levando em consideração que toda intervenção urbana é uma oportunidade de ter uma ciclovia. Ampliar o transporte cicloviário em todas as regiões da cidade priorizando a segurança dos usuários.
20. Criação de mais bicicletários em Niterói.
21. Implantação do sistema de bicicletas compartilhadas através de PPP.
22. Nas novas legislações edilícias, tornar obrigatório que novos espaços, sejam eles residenciais ou comerciais, tenham espaço para guarda de bicicletas.
23. Estudo técnico para avaliar o aumento o número de permissões de táxis, priorizando o motorista auxiliar. Implantar sistema de aplicativo para os táxis da cidade.
24. Niterói Rotativo: modernização do estacionamento urbano de Niterói. Criar vagas gratuitas para motos. Construção de garagens subterrâneas.
25. Terminal Rodoviário: rever a concessão com a Teroni por descumprimento das normas do contrato de concessão de modo a permitir a modernização do terminal e a realização dos investimentos projetados.

SEGURANÇA PÚBLICA

1. Manutenção e ampliação do Niterói Presente. Expansão para as regiões Oceânica e de Pendotiba.
2. Maior reforço estrutural do Niterói Presente com melhoria de carros e motos.
3. Utilização do Conselho Comunitário de Segurança da cidade não apenas como instrumento de coleta de demandas, mas fundamentalmente para a discussão e construção de soluções articuladas para questões de caráter abrangente, com reflexos diretos ou indiretos na segurança pública.
4. Incentivo ao nivelamento superior, do ponto de vista do grau de escolaridade, no âmbito da Guarda Civil Municipal, investindo-se para tal na formação e especialização de seus quadros;
5. Expansão das opções de áreas de atuação e de atribuições da Guarda Civil Municipal, com empoderamento de seus agentes no tocante ao exercício do poder de polícia administrativa no âmbito municipal, enfatizando a importância da sua presença ostensiva na coibição dos pequenos delitos e gerando a melhoria da sensação de segurança da população;
6. Utilização da Tecnologia da Informação como ferramenta de minimização da sensação de impunidade, reduzindo-se o tempo de resposta às ocorrências e aumentando-se o caráter resolutivo;
7. Trabalho transversalizado com o setor de Conservação e Urbanização Pública, bem como com outras pastas, de modo a priorizar pontos críticos de iluminação da cidade, e prover apoio às ações de ordenamento implementadas;

8. Proporcionar maior transversalidade com as pastas de Desenvolvimento Social, Cultura, Educação, Esporte e Lazer, focando a atenção aos usuários de droga;
9. Aumentar o efetivo da Guarda Municipal para um efetivo de 1000 guardas cumprindo a Lei Federal 13.022/2014.
10. Unificar os marcos legais da Guarda: estatuto da guarda, regulamento interno, plano de cargos e estatuto do servidor que, muitas vezes, são conflitantes.
11. Melhorar a estrutura operacional da Guarda Municipal (espaço físico das coordenadorias, uniformes, carros, armamentos). O investimento na Guarda é pequeno e precisamos aumentar.
12. Eleição interna via lista tríplice para inspetor-geral da Guarda.
13. Valorização real do salário-base de toda Guarda.
14. Segmentação do trabalho da Guarda Municipal criando grupamentos e coordenadorias especializadas.
15. Valorização da Guarda Ambiental.
16. Ênfase no policiamento comunitário. Aumentar a relação entre forças de segurança, comerciantes e moradores - ação muito importante para coibir a criminalidade.
17. Implantação de uma Corregedoria da Guarda Municipal, com ouvidoria, para receber denúncias de cidadãos contra abusos policiais e da Guarda Municipal.
18. Apoio através de convênios à polícia investigativa com reforma e doação de equipamentos para as delegacia e perícia.
19. Aumentar e melhorar consideravelmente a vigilância e o monitoramento da cidade. Niterói possui hoje cerca de 400 câmeras ativas no município. Precisamos ampliar esse número e implantar câmeras com reconhecimento de placas de carros e reconhecimento facial com sistemas inteligentes de tratamento das informações e gestão dos dados.
20. Substituição das câmeras de reconhecimento de placas nas divisas da cidade por equipamentos que funcionem.
21. Colocar o CISP para funcionar de fato, tirar-lo do papel. Identificar o problema existentes e agir nas soluções voltadas para atender à população. Transformar o CISP num verdadeiro centro de operações com foco em segurança pública.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1. Capacitar os servidores públicos usando tecnologias de ensino à distância, seminários, oficinas de experimentação, videoconferências, estágios, cursos de atualização, treinamento em serviço entre outros.
2. Integrar eletronicamente os sistemas municipais de trabalho, precedida de planejamento das ações, alicerçada em avaliações permanentes de resultados e sucedida de auditorias periódicas, visando assegurar eficiência na oferta de serviços à população.
3. Levantar e resolver os problemas locais de fácil solução com o uso de tecnologia e inovação, impactando positivamente a vida do cidadão.
4. Aproveitar as informações geradas pelas Redes Sociais (BIG DATA), para o melhoramento *on line*, por exemplo, do sistema de transportes através de aplicativos móveis que informem o andamento dos ônibus com horários, condições das linhas em horários de pico, números das linhas que param

em cada ponto etc. Utilização semelhante de elementos de Ciência, Tecnologia e Inovação poderia ser aplicada aos serviços de segurança pública, da saúde, da educação e outros.

5. Aperfeiçoar a tramitação eletrônica de processos administrativos por meios digitais.
6. Reorganizar os fluxos internos de trabalho e o redimensionamento dos serviços atuais, com a implantação de sistemas eletrônicos de gestões administrativas e operacionais.
7. Criar rede de comunicação digital interna em substituição à telefonia convencional.
8. Promover políticas de estímulo ao fomento, pesquisa e inovação, observando os incentivos fiscais e editais dos governos estaduais e federais.
9. Realizar parcerias com o setor privado visando à atratividade de novos negócios, preferencialmente de tecnologias limpas.
10. Aprofundar a interação entre a Administração Municipal e as IES (Instituições de Ensino Superior), em especial a UFF (Universidade Federal Fluminense) sediadas em Niterói, bem como com Centros/ Institutos de pesquisa aplicada como o Instituto Vital Brazil e outros, além dos setores empresariais que operam com agregação tecnológica no seu fazer, visando à melhoria da qualidade de vida do cidadão.
11. Criar Fórum permanente de avaliação e informação em Ciência, Tecnologia e Inovação.
12. Criar políticas de incentivos fiscais e operacionais a instalação de empresas de tecnologia da informação e Inovação que desenvolvem produtos e soluções orientadas a melhoria da qualidade de vida na cidade (Cidades Inteligente).
13. Fazer gestão junto às empresas de tecnologia, para prover a cidade de uma rede robusta de dados que estimulem as empresas de se instalarem em Niterói e facilitem o trabalho remoto dos moradores da cidade;
14. Através do modelo hackathon, desenvolver soluções para demandas nos diversos segmentos da cidade.
15. Prover a cidade de rede de dados e criar espaços nas áreas carentes de ambientes com equipamentos que assegurem o uso pelos moradores dessas comunidades.

PROTEÇÃO CIVIL E RESILIÊNCIA

1. Desenvolvimentos de projetos em escolas de programas educacionais em Defesa Civil (Introdução à disciplina de Defesa Civil nas escolas).
2. Promoção de uma política de desenvolvimento de cultura preventiva, com a participação da população na construção das políticas de Defesa Civil.
3. Capacitação da população na atuação preventiva de combate ao risco e para a pronta resposta.
4. Ampliação de Núcleos de Defesa Civil (NUDECs) com a capacitação dos voluntários das comunidades locais.
5. Garantir acesso gratuito à orientação técnica para a população de baixa renda (geologia e construção civil).
6. Interlocução com a área acadêmica e universitária da cidade, com foco nas ações de Defesa Civil.
7. Promoção da integração do CBMERJ com as lideranças comunitárias.
8. Plano Municipal de Redução de Risco e Desastres (PMRRD), com mapeamento das áreas de risco e consequente divulgação, com foco nas mudanças climáticas.

9. Aumento na realização de obras visando a contenção nas encostas, com drenagens, observando o PMRRD.
10. Fiscalização da utilização irregular do território transversalmente aos órgãos licenciadores e fiscalizadores.
11. Adaptação das unidades de saúde para casos de desastres.
12. Integração e coordenação efetiva entre as Secretarias municipais.
13. Desassoreamentos periódicos e preventivos das galerias pluviais e corpos dos rios, retorno da equipe de rios e canais.
14. Implementação de espaços de diálogo, comunicação e transparência sobre o tema.
15. Estruturar o Órgão Municipal de Proteção Civil, com recursos humanos concursados, capacitados e com orçamento e ferramental tecnológico.
16. Estruturação de equipes de plantão para pronta resposta.
17. Elaboração de planos de contingências para enchentes urbanas e desastres ambientais.
18. Criar o Centro de Operações da Defesa Civil com atendimento do 199.
19. Apoio ao programa de bombeiros mirins e ao projeto botinho.
20. Aderir ao Proeis do CBMERJ.

ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

1. Fortalecimento das ações de assistências social através de recursos humanos valorizados e qualificados, com a realização de concursos públicos e com planos de cargos e salários, e conselheiros atuantes e capacitados, recuperando a credibilidade do serviço em Niterói.
2. Investimentos e orçamento proporcional à dimensão da atividade de assistência social no Município de Niterói, permitindo o seu melhor funcionamento.
3. Busca de parcerias dos setores envolvidos (Sociedade, ONG e Setores Privados) buscando a integração de acordo com suas áreas de atuação.
4. Criação de núcleos de controle e gestão das parcerias e concessionárias dos serviços de assistência social, permitindo auditar as ONGs, OS e Instituições de Assistência Social vinculadas à Prefeitura de Niterói.
5. Tratar, com extrema dedicação, o tema “População em Situação de Rua”, elaborando um diagnóstico, mapeamento e cadastramento dessas pessoas com implementação de Centros de Convivência, abrigos e pontos de acolhimento para o seu atendimento, além do fornecimento de apoio para a sua reinserção na sociedade, com ênfase na empregabilidade.
6. Permissão, com adequação da estrutura física, de entrada de animais nos abrigos municipais.
7. Construção de albergues para grupos de população em situação de rua.
8. Mapeamento e diagnóstico das famílias carentes do município e dos grupos vulneráveis, de modo a embasar as ações de investimentos em equipamentos e qualificação dos profissionais da rede.
9. Ampliação e fortalecimento da rede de proteção às crianças e aos adolescentes, em especial aos que se encontram em situação de risco social.
10. Fortalecimento das políticas públicas de incentivo à prática da adoção.

11. Implementação de ações que busquem a redução das ocorrências de violência contra as mulheres, além de ampliar o atendimento, humanizado e de qualidade, às mulheres em situação de violência.
12. Melhoria do funcionamento do CRAS, do CREAS, da CODIM, dos Conselhos: da Criança e do Adolescente e do Conselho da Juventude; da Mulher, da Igualdade Racial, do Idoso, e dos órgãos de representação dos segmentos LGBTQI+.
13. Desenvolvimento de uma política social específica voltada para os aspectos sociais que envolvam a vulnerabilidade do idoso, dado aumento da população da terceira idade em Niterói e, instituição dos Centros-Dia, onde a pessoa idosa passa o dia e retorna para casa à noite, tendo a sua disposição atividades que estimulem suas capacidades físicas, mentais e sensoriais e, tenham acompanhamento médico, psicológico e terapêutico.
14. Implementação de um programa integrado de segurança alimentar e nutricional articulado com as políticas de inclusão social e desenvolvimento econômico.
15. Transversalizar a política de Direitos Humanos e Cidadania congregando todos os órgãos da Administração Direta ou Indireta da Prefeitura Municipal, bem como os conselhos correspondentes definindo uma Política Municipal de Direitos Humanos.
16. Ampliar o número de vagas em abrigos para adultos, crianças e adolescentes.
17. Ampliar o número de equipes de abordagem aos moradores de rua.
18. Política de emprego e empreendedorismo para os moradores de rua. Criação, nos abrigos, de programa de requalificação de moradores de rua.
19. Ampliar o número de CRAS.
20. Criação do 4º Conselho Tutelar.
21. Aplicação da lei que define um percentual de vagas em obras públicas destinado aos moradores de rua.
22. Criação do “disque-ajuda” canal de comunicação para recolhimento de crianças em situação de rua e denúncias de uso de drogas por moradores de rua.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O IDOSO

1. Fortalecer as políticas voltadas às pessoas com deficiência, através do órgão gestor dessas políticas, com estrutura e orçamento adequados para a sua efetiva execução, garantindo a efetiva participação das pessoas com deficiência, bem como as instituições do setor, na construção e na execução dessas políticas
2. Investir na ampliação e no fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, filantrópicas, sem fins lucrativos que desenvolvem ações voltadas às pessoas com deficiência nas políticas públicas de reabilitação, educação, saúde, assistência social, trabalho e outras
3. Atualizar e ampliar a política de educação voltada às pessoas com deficiência, levando-se em conta as especificidades das diversas situações de deficiência, com a participação efetiva das pessoas com deficiência, seja pela participação direta dessas pessoas ou por suas organizações representativas, garantindo a existência de classes e escolas especiais, assim como o direito de escolha dos pais e das próprias pessoas com deficiência quanto a modalidade de ensino, seja ela pública, privada ou filantrópica.

4. Ampliar o sistema de transporte (Transporte Eficiente) de pessoas com deficiência, seja para a garantia do seu tratamento clínico, de reabilitação, seja para o seu direito à educação, ao esporte, à cultura e ao lazer.
5. Transformar Niterói na cidade mais acessível do Brasil. 100% da frota de transporte público adaptada e com profissionais treinados. Pontos de ônibus e calçadas adaptados.
6. Ampliação do Praia sem barreiras para várias praias da cidade.
7. Cumprimento da lei de cotas das empresas que prestam serviços para a prefeitura.
8. Manutenção e adaptação das calçadas para deficientes físicos e visuais.
9. Concursos públicos municipais adaptados para pessoas com deficiência.
10. Adaptação dos prédios públicos municipais.
11. Sinalização semafórica adaptada aos deficientes visuais (sinal sonoro).
12. Criação da audioteca municipal.
13. Desobrigação de renovação do Riocard para pessoas com deficiência permanente.
14. Modernização do transporte Ponto a Ponto.
15. Adaptação de 20% da frota de táxis.
16. Regularidade no cronograma de repasse às entidades que cuidam de pessoas com deficiência.
17. Criação da Clínica Escola do Autista.
18. Fiscalização da legislação de acessibilidade em espaços públicos e privados.
19. Incentivo ao esporte paralímpico na cidade.
20. Fortalecer o Conselho Municipal do Idoso e integra-lo tanto por idosos quanto pelo segmento dos mais jovens para permitir uma visão e atuação Inter geracional.
21. Manter livres os espaços das calçadas e fiscalizar a observância de sua liberação de todo e qualquer obstáculo à circulação de pedestres, em especial dos cadeirantes, idosos, pessoas dependentes de muletas ou bengalas e de pessoas com carrinhos de bebês.
22. Manter calçadas em bom estado de conservação para facilitar o fluxo de pedestres;
23. Implantar um programa de educação e treinamento dos motoristas dos coletivos para melhorar a sensibilidade e atenção na condução dos veículos sempre que houver passageiros idosos ou deficientes;
24. Implantar unidades públicas como Centros-Dia e Centros de Longa Permanência com financiamento público, conforme preveem a Lei 8842 de 4/01/1994, modificada pelo Decreto 1948 de 03-07-1996 reforçados pela Lei 10.741 de 19-10-2003 (Estatuto do Idoso) para atendimento a idosos, sobretudo os mais carentes, nessas duas tipologias de institucionalidades: asilares (Centros de Longa Permanência) em regime de internato, e b) não asilares (Centros Dia), de atendimento diurno.
25. Instituir Cursos Preparatórios para formação de Cuidadores de Idosos em parceria com algumas instituições de Ensino Médio ou Superior.

SAÚDE

1. Promover o diagnóstico permanente e dinâmico da situação da saúde na cidade, com a estruturação e o fortalecimento dos núcleos de epidemiologia, informação e inteligência em saúde.
2. Fortalecer a interlocução com os demais entes federativos, buscando maior convergências das ações em saúde, melhorando o atendimento integral à saúde do cidadão niteroiense, principalmente na regulação de vagas e na racionalização dos recursos públicos.
3. Investir nos mecanismos de execução das políticas públicas preconizadas no Plano Municipal de Saúde.
4. Definir prioridades, ações e metas de desempenho de forma participativa.
5. Avaliar o alcance das metas, com a participação do Conselho Municipal de Saúde.
6. Instituir ações e políticas públicas de promoção da saúde e de prevenção de doenças.
7. Organizar sistema de apoio ao transporte de pessoas com necessidades de cuidados médicos emergenciais e nas comunidades carentes, com frota devidamente equipada.
8. Promover a valorização dos profissionais de Saúde, com condições adequadas de trabalho, concurso público e a instituição de Plano de Carreira Cargos e Salários.
9. Criar residências terapêuticas para atendimento a idosos e a grupos de pacientes mais fragilizados.
10. Prover atendimento aos dependentes químicos.
11. Promover políticas de Valorização da Vida e ações de Prevenção ao Suicídio.
12. Instituição de política de apoio ao planejamento familiar.
13. Ampliação dos módulos de médico de família para atender toda população elegível ao programa que ainda não é beneficiada.
14. Modernização do Programa Médico de Família com a implementação da Telemedicina, mas também a ampliação do horário de atendimento e atendimento aos sábados, garantindo profissionais qualificados, com adequadas condições de trabalho.
15. Criação de um Centro de Especialidades, com médicos especialistas e equipamentos para exames, inclusive atendendo as necessidades à saúde da mulher, fazendo com que o paciente nessa unidade tenha garantido o atendimento clínico e encaminhamento para realização de exames.
16. Restruturação de todas as unidades hospitalares do Município, com modernização física e integração da rede.
17. Programa Sorriso Especial tratamento dentário especial para pessoas com deficiência.
18. Parceria com Inca ou Fundação do Câncer para tratamentos oncológicos no antigo Hospital Santa Cruz.
19. Implantação do Programa Remédio em Casa.
20. Realização de um Centro de Formação para Cuidadores.
21. Municipalização do Hospital Oceânico.
22. Construção de um Centro de Imagem Municipal. Niterói precisa desta unidade própria para dar conta da demanda.

23. Enquanto o Centro de Imagem Municipal não for construído, é preciso zerar a fila de exames da cidade. Para isso, será implantado o Corujão da Saúde em Niterói, semelhante ao realizado em São Paulo com a contratação na rede de serviços privada.
24. Aquisição de novas e modernas ambulâncias.
25. Profunda modernização administrativas na área da saúde municipal. Informatizar completamente a saúde de Niterói. Isso envolve sistemas de compras, de gerenciamento de estoque e operacionalização de demanda de leitos, exames e consultas.
26. Marcação de consultas e exames feita por meio de aplicativo para evitar o deslocamento das pessoas e também atendimento por sistema de Telemedicina. Pelo aplicativo, haverá mais transparência na fila. Paciente poderá saber quantas pessoas têm na sua frente e outras informações referentes ao seu pedido.
27. Construção de mais um ambulatório de odontologia (com adaptação para pessoas com deficiência).
28. Ampliar a capacidade de atendimento, com a construção do CAPs 3.
29. Reforma completa do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba (HPJ). Criação também de uma rede de atendimento psicológico na cidade e de residências terapêuticas.
30. Atrair curso de Medicina em universidade privada, e fazer convênios para que os estudantes possam estagiar e fazer residência médica em hospitais municipais.
31. Aumento das equipes multidisciplinares para atendimentos complexos (neurologistas, psicólogos, fisioterapeutas e etc);

EDUCAÇÃO

1. Implantação do programa municipal de erradicação do analfabetismo funcional com ampliação das aulas de apoio e capilarização da educação de jovens e adultos.
2. Promoção da integração da educação com outras áreas, tais como a cultura, o esporte, meio ambiente, defesa civil e a assistência social, através de atividades multidisciplinares a serem desenvolvidas. Ampliar a inserção de profissionais ligados a estas áreas, priorizando a educação nas diversas instâncias governamentais, como instrumento de efetiva construção social;
3. Mapeamento da rede de ensino municipal e diagnóstico da necessidade de expansão ou redistribuição do número de vagas nas escolas já em atividade e da necessidade de criação de novas escolas;
4. Desenvolvimento de um procedimento de matrícula escolar mais prático e eficiente, atendendo inclusive os critérios de proximidade da área de domicílio de cada aluno;
5. Expansão do horário integral nas escolas, com valorização da primeira infância, do ensino profissionalizante e da implementação de atividades extracurriculares como esportivas, culturais, tecnológicas, ambientais e o ensino diversificado de línguas. Educação integral de verdade, com ensino de qualidade das matérias curriculares, com atividades extracurriculares, sem esquecer, claro, da segurança alimentar das crianças.
6. Zerar a fila de vagas da Pré-Escola.
7. Atualização e aperfeiçoamento da grade curricular com a incorporação das tecnologias, tendências e expressões culturais tradicionais;

8. Ênfase no papel da escola como instrumento social, potencializadora de campanhas educativas sobre temáticas de segurança, direitos humanos, saúde, trânsito, meio ambiente, proteção civil, entre outras;
9. Implantação de uma gestão democrática da educação no Município, com a discussão e contribuição colaborativa dos profissionais da área, das famílias e das comunidades;
10. Valorização dos profissionais da educação, o seu empoderamento e com a realização de concurso público, plano de cargos e salários e estímulo à capacitação continuada;
11. Promoção da Educação Inclusiva nas escolas do Município, realizando as adequações necessárias e a capacitação dos professores e contratação de professores de apoio;
10. Melhoria das condições de trabalho, qualificação do ambiente, os processos de humanização e a segurança;
11. Promoção da acessibilidade e manutenção do aluno no espaço educacional, de maneira segura, confortável e estimulante, lhes garantindo, por exemplo, o direito à alimentação de qualidade, com acompanhamento nutricional e em todos os horários de refeição em que estiver nas escolas, o direito ao material escolar e a uniforme completo, ambos já no início de cada ano letivo e, o direito a práticas recreativas e culturais;
12. Apresentação transparente dos resultados e da produtividade em função das metas pactuadas;
13. Ampliação da rede de berçários e creches através de parcerias e convênios, além da construção de unidades próprias, com a ampliação das vagas e do seu horário de funcionamento, possibilitando que as famílias consigam buscar os seus filhos após a sua jornada de trabalho;
14. Integração do espaço escolar com as comunidades que estão inseridas, permitindo sua utilização para o desenvolvimento de atividades educacionais, esportivas e culturais nos finais de semana e períodos de férias escolares.
15. Incluir no currículo das escolas municipais o conteúdo de empreendedorismo visando apresentar ao aluno uma visão mais ampla do mercado de trabalho, sendo na formação empreendedora ou intraempreendedora. Ao sair da escola, o aluno terá um conhecimento mais sistêmico do mercado que o espera.
16. Municipalização gradual da parte do ensino fundamental ainda administrado pelo Governo do Estado
17. Melhorar os resultados do IDEB da rede municipal. Precisamos discutir a qualidade do nosso ensino.
18. Implantação de bibliotecas escolares em todas as unidades da rede municipal. Para tanto, necessitaremos de concurso para bibliotecários.
19. Ensino de línguas estrangeiras nas escolas como parte da grade curricular.
20. Criação de um programa de pré-vestibular municipal.
21. Criação de um programa municipal de identificação e valorização dos alunos com potencial acima da média.
22. Cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão – profissional de apoio.
23. Programa de acompanhamento oftalmológico e doação de óculos para alunos com necessidade.
24. Criação de um programa municipal de bolsas de pesquisa, através de editais, para estudantes universitários (que morem e estudem na cidade) cujo tema seja relacionado ao município.

25. Otimização dos processos administrativos e da logística da Educação para evitar falta de insumos como merenda, material escolar e uniforme.
26. Utilização de tecnologia como forma de aprendizado. Internet de qualidade em todas as escolas e alunos com acesso a todos os equipamentos. Projeto futuro de doação de equipamento tecnológico para alunos a partir de determinado ano escolar – permitindo acesso a livros digitais.
27. Criação de uma Plataforma Digital com oferecimento de cursos de apoio e aulas de reforço.
28. Climatização de 100% das escolas.
29. Aplicação da lei municipal que inclui oferta de alimentos orgânicos e da agricultura familiar nas refeições dos estudantes, e criação de horta escolar onde haja espaço físico disponível.
30. Capacitação de profissionais para a identificação de crianças com déficit de aprendizado.
31. Professor de apoio para crianças com déficit de aprendizado.
32. Criação de um programa de distribuição de bicicletas para os alunos e professores da rede municipal, com o objetivo de acesso à escola.
33. Ampliação do transporte escolar municipal com o credenciamento de prestadores de serviços.
34. Criação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de professores.
35. Desenvolvimento de um programa de estágio remunerado com o objetivo de estimular a prática do ensino como forma de complementação dos conhecimentos pedagógicos.

ESPORTE E LAZER

1. Dedicar recursos ao esporte e a implementação de políticas públicas voltadas para a lei de incentivo ao esporte.
2. Criação e implementação de um plano municipal de esporte.
3. Estimular conferências esportivas na cidade.
4. Implementar o Conselho Municipal de Esporte.
5. Criar leis Municipais de Incentivo ao Esporte.
6. Promoção de diálogo entre o poder público, a iniciativa privada e as associações civis organizadas na promoção do esporte.
7. Intensificação das atividades esportivas nas escolas municipais.
10. Criação de agenda de eventos esportivos na cidade, englobando pequenos, médios e grandes eventos, que mobilizem a população local, mas que também atraiam turistas.
11. Divulgação mais ostensiva dos eventos esportivos em Niterói, através de recursos tecnológicos já existentes na cidade, mídias digitais, sociais e tradicionais.
12. Promoção da acessibilidade do esporte e lazer às pessoas com deficiência, criando acesso facilitado às praias, praças e equipamentos esportivos.
13. Elaboração de projetos estruturados para inclusão de pessoas com deficiência.
14. Incentivo e campanhas para participação de pessoas com deficiência em eventos desportivos.
15. Planejamento, organização e divulgação dos jogos escolares.
16. Incentivo aos professores que inovam nos esportes nas escolas.

17. Identificação de áreas que possam servir à prática de atividades esportivas.
18. Promoção de canais efetivos da Secretaria de Esporte e Lazer com a população a fim de manter em boas condições de uso os equipamentos esportivos públicos.
19. Criação e melhoria de infraestruturas de apoio às novas modalidades esportivas (standup padle, canoa havaiana, Slackline, etc.).
20. Elaboração de campanhas de conscientização sobre novas modalidades esportivas na cidade.
21. Promoção da transversalidade entre as esferas de governo no apoio ao esporte.
22. Incentivo ao esporte coletivo para terceira idade com utilização de quadras esportivas de escolas.
23. Criação de centros esportivos interligados com as escolas públicas.
24. Incentivo aos atletas de alto rendimento, em interface com escolas, clubes e academias de artes marciais. Criação do programa “Atleta Niteroiense” para incentivo financeiro à atletas que se destacarem em suas áreas.
25. Criação de instalações náuticas públicas.
26. Fomentar na cidade a prática de esportes com respeito aos meios naturais, aproveitando o potencial das unidades de conservação do município.
27. Implantação de infraestrutura de equipamentos urbanos nas praias, praças, trilhas e ciclovias a partir de diagnóstico prévio e pesquisa de opinião (Postos de guarda vidas, banheiros, guarderias e organizar áreas de corrida em trilhas).
28. Organização de campeonatos esportivos com o envolvimento das comunidades da cidade com a Criação da Taça das Favelas de Niterói.
29. Aumento do orçamento público municipal voltado para Esportes e Lazer, tratando-o com maior prioridade.
30. Municipalização do Caio Martins e transformação dele numa grande arena poliesportiva. Caio Martins aberto para oferecer serviços à população. Ginásio sediará importantes eventos esportivos. Revitalizar o Caio Martins é uma marca que se deixa para a história da cidade. Preservando, claro, o espaço utilizado pela Associação Fluminense de Reabilitação (AFR).
31. Revitalização da Concha Acústica.
32. Revitalização dos campos de futebol em áreas carentes.
33. Criação de projetos sociais voltados para crianças, jovens e adultos, aliando desenvolvimento social e descoberta de novos talentos.
34. Otimização da utilização das praias para práticas esportivas (calçadão, areia e mar).
35. Aumento do número de academias para idosos.
36. Incentivo a projetos esportivos que vinculem a prática de atividades ao desenvolvimento social.
37. Construção de um Skate Plaza na Região Oceânica.
38. Construção de grande área esportiva na Região Norte da cidade.
39. Abertura das escolas nos finais de semana com projetos esportivos e utilização da estrutura.

CULTURA

1. Utilização de recursos com foco no maior aproveitamento de todos os espaços culturais da cidade e no estímulo aos produtores e artistas locais.
2. Promoção de um amplo inventário cultural na cidade para identificar movimentos artísticos, talentos, espaços culturais, escolas de formação cultural e as características culturais das diversas regiões de nossa cidade, objetivando a qualificação dos agentes identificados e o estímulo a estas atividades.
3. Criação de eventos marcantes, sazonais e com continuidade para os bairros e para a cidade de forma integrada, como festivais, shows, feiras, entre outros.
4. Maior incentivo, desenvolvimento e divulgação dos eventos culturais.
5. Reorganização das instituições culturais municipais.
6. Promoção da efetiva integração entre as secretarias e órgão municipais na potencialização da cultura.
7. Políticas de incentivos fiscais de atração para a cultura.
8. Maior transparência nos editais culturais e também nos contratos de grandes eventos.
9. Preservação e conservação do patrimônio histórico cultural, material e imaterial do Município, bem como dos demais equipamentos culturais da cidade, estimulando sua criação e distribuição entre as regiões da cidade.
10. Uso da cultura como forma de promoção social através da realização de projetos e ações nas escolas, ONGs e outros espaços.
11. Valorização das culturas populares e artes locais, promovendo a apresentação das suas atividades e trabalhos culturais.
12. Incentivo a cultura carnavalesca da cidade, com atividades desenvolvidas ao longo do ano nas comunidades e valorização das escolas de samba da cidade.
13. Adoção da Avenida Amaral Peixoto como palco principal do carnaval da rua de Niterói.
14. Implantação do projeto do Antigo Cinema Icaraí que abrigará a OSN.
15. Implantar a Biblioteca Parque no Horto do Fonseca
16. Realização de mais eventos culturais em espaços dedicados à cultura, e também em praças e parques municipais.
17. Mais incentivo ao artista local em detrimento aos mega eventos.
18. Criação de espaços culturais na Região Oceânica e na Zona Norte (descentralização da cultura).
19. Agenda cultural da cidade disponível no aplicativo da cidade.
20. Criação de um cinema popular e itinerante.
21. Política de incentivo às academias de dança em Niterói com apresentações.
22. Incentivo às visitas dos alunos da rede municipal aos equipamentos culturais da cidade.
23. Criação do Passaporte Cultural com dias de visita gratuita nos museus e monumentos da cidade.
24. Mapeamento dos monumentos em praças públicas e criação de plataforma online para consulta através de QR CODE.

25. Retorno do programa Niterói Livros.
26. Criação do programa O Som de Niterói, objetivando apoiar os artistas da cidade na gravação de suas músicas e videoclipes.
27. Retorno do programa de encontros com culturas de outros países, iniciando com encontro com a Coreia do Sul.
28. Isentar de IPTU as livrarias e sebos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA

1. Criação da AGENIT, agência de fomento municipal, com o objetivo de auxiliar os empreendedores da cidade e, principalmente, ofertar crédito subsidiado. A oferta de crédito será feita com recursos provenientes dos Royalties.
2. Realização de estudos que identifiquem todas as vocações econômicas do Município, para fomentar seu desenvolvimento e planejamento econômico estratégico.
3. Modernização administrativa e redução da burocracia, integrando todas as secretarias, visando à atração de empresas, a promoção do empreendedorismo e o desenvolvimento de um ambiente de negócios atrativo para o desenvolvimento de polos econômicos.
4. Viabilizar maior apoio institucional, capacitação dos empreendedores e melhorar os serviços oferecidos pela Casa do Empreendedor, com maior desburocratização dos serviços oferecidos pela prefeitura para o empreendedor.
5. Criar o programa Casa do Empreendedor Itinerante. A prefeitura vai até o empreendedor com duas vans equipadas percorrendo todos os bairros do município, através de plantões agendados.
6. Criação de pólo de atendimento aos MEIs com oferta de serviços como elaboração de plano de negócios e plataforma digital para vendas online.
7. Incentivos a setores e polos específicos, buscando a atração de novas empresas, modernização das já instaladas na cidade, absorção de novas tecnologias e consequente geração de novos postos de trabalho.
8. Estabelecimento de convênios com escolas técnicas e universidades, para estímulo ao desenvolvimento econômico da cidade.
9. Apoio ao desenvolvimento das áreas portuárias e das atividades Off-Shore.
10. Apoio ao desenvolvimento da atividade pesqueira, estimulando o desenvolvimento dos diversos ramos correlatos.
11. Ampliação dos convênios com os governos federal e estadual buscando dar uma maior assistência ao trabalhador para sua capacitação, requalificação e inserção no mercado de trabalho, bem como com o estabelecimento de parcerias com entidades como o SEBRAE, SENAC, SENAI, FIRJAN, FECOMÉRCIO, entre outros.
12. Criar um amplo programa de fomento ao comércio de rua de Niterói, voltado para atender as micro e pequenas empresas do setor do comércio varejista e microempreendedores Individuais, no Município de Niterói.
13. Promover planos participativos e integrados dos espaços públicos, considerando os ambulantes, mercados públicos e popular, comerciantes e prestadores de serviço, para a remodelação do espaço público do Largo da Batalha, Centro e demais áreas com características semelhantes de intensa utilização.

14. Estimular os vetores econômicos de Niterói.
15. Criar o programa "Niterói compra em Niterói", Criando mecanismos para fazer valer a lei federal complementar 123/2006, lei geral da micro e pequena empresa, que obriga o governo municipal a direcionar suas compras até R\$80 mil para as micro e pequenas empresas municipais.
16. Criar o programa Bairro Empreendedor ou Comunidade Empreendedora, realizando estudos que identifiquem a vocação econômica de cada bairro ou comunidade e oferecendo oficinas empreendedoras, cursos, capacitações, orientação para formalização de empresas, oferta de microcrédito e programas de formação profissional.
17. Fortalecer o segmento do turismo e da cultura como geradores de emprego no município.
18. Apoio à indústria naval. Revitalização do Porto de Niterói e Dragagem do Canal de São Lourenço.
19. Incentivo à revitalização industrial da Zona Norte da cidade.
20. Criação de um pólo de capital tecnológico em Niterói. Atração de empresas da área de tecnologia para a cidade.
21. Dar ênfase na capacidade do setor econômico de serviços da cidade. Niterói pode ser o hub de serviços da Região Leste Metropolitana.
22. Criação do programa de auto-licenciamento.
23. Alvará provisório em até 24 horas para estabelecimentos de pequeno e médio porte. Autovistoria em comércios de pequeno risco
24. Incentivo à agricultura orgânica nas regiões de Pendotiba e Leste e urbana nas demais regiões.
25. Disponibilização de oferta de cursos de qualificação para a população de Niterói.
26. Desburocratização da fiscalização de postura do município.
27. Criação de um sistema municipal de geração de emprego e estágio físico e virtual (incluindo o aplicativo da cidade).
28. Fortalecimento do setor gastronômico da cidade e incentivo fiscal para micro e pequenas cervejarias.
29. Utilização melhor de algumas regiões da cidade a fim de possibilitar maior afluxo da população, inclusive no comércio, com atrativos culturais, disponibilizando segurança com a participação fundamental e efetiva de um projeto urbanístico específico.

TURISMO E ENTRETENIMENTO

1. Criação do Plano Municipal de Turismo com transparência e diálogo a fim construir ações para o desenvolvimento local do turismo com o correto diagnóstico do perfil do Turismo em Niterói, utilizando como instrumentos a fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo e a realização de Conferências e Seminários.
2. Políticas de segurança para o turista, utilizando efetivo da Guarda Municipal; Capacitação dos agentes turísticos para o conhecimento real do turista e da cidade.
3. Criação de uma estratégia em mídias digitais e tradicionais para a divulgação do turismo em Niterói, priorizando interface com os canais mais acessados pelos usuários.
4. Ampliação dos pontos de informações turísticas nas entradas da cidade, bem como nos próprios pontos turísticos, com receptivos nos principais atrativos da cidade, devidamente qualificado.

5. Criação do mapa gastronômico de Niterói com intuito de fomento ao potencial de restaurantes e apoio na criação do festival gastronômico de Niterói .
6. Incentivo à Vila Cervejeira e um Roteiro Cervejeiro na cidade.
7. Criação do roteiro histórico da cidade com tours integrados. Com tratamento especial aos fortes, igrejas, museus, palácios e edifícios públicos de relevante valor histórico e/ou arquitetônicos.
8. Preparação dos atrativos municipais para receber turistas (MAC, Campo de São Bento, Parque da Cidade, Fortes, Caminho Niemeyer, Teatro Municipal).
9. Interlocução com a Prefeitura da Capital, Secretaria de Estado de Turismo e demais Municípios Fluminenses para a criação do Conselho Regional de Turismo.
10. Integração com outras pastas e instituições, priorizando na transversalização a política pública de desenvolvimento econômico, social e interface com universidades.
11. Criação de roteiros oficiais entre os atrativos da cidade e da região, em parceria com as esferas de governo e municípios da região.
12. Construção de um calendário fixo anual participativo, prevendo evento característico da Cidade e a representação da cidade em feiras nacionais e internacionais para divulgar o Município como destino.
13. Atração de eventos para Niterói de negócios, esportivos e culturais.
14. Criação de âncoras que sejam capazes de atrair turistas para a cidade, como roda-gigante e teleférico.
15. Incentivo ao turismo ecológico.
16. Estruturar o Turismo Náutico;
17. Estabelecer política de viabilização do crescimento e diversificação da rede hoteleira na cidade.
18. Criação do Centro de Convenções Municipais, no Caminho Niemeyer, de médio porte, para atração do turismo de negócios.
19. Divulgar a cidade nos grandes pontos de entrada de turistas no Estado. Ter um estande sobre Niterói nos aeroportos Galeão e Santos Dumont, na Rodoviária Novo Rio e no Porto durante a temporada de cruzeiros. Aproveitando esse momento de pós-pandemia, divulgar em cidades com raio de até 500km.
20. Carnaval: antecipação dos desfiles das escolas de samba da cidade para o fim de semana anterior ao carnaval. Previsibilidade no pagamento da subvenção às escolas de samba que competem em Niterói (divulgação de um calendário e pagamento parcelado e antecipado). Em relação às escolas que desfilam no Rio, isonomia no apoio financeiro levando em consideração o grupo em que a escola desfila (especial ou acesso).
21. Incentivo financeiro e logístico para o carnaval de rua da cidade antes e durante o período de carnaval. Inserindo as atividades no calendário de turístico da cidade;
22. Apoio à realização do Natal levando as ações para todas as regiões da cidade.
23. Requalificação do bairro de Jurujuba com olhar voltado para o turismo.
24. Melhor aproveitamento do caminho niemeyer.

Referências Bibliográficas

_____. Anatomy of City Habitat. City Protocol Task Force – CPTS, 2016. Disponível em: <cptf.cityprotocol.org>. Acesso em: 04 Dez 2016.

_____. City Protocol Development. City Protocol – CP, 2016. Disponível em: <<http://cityprotocol.org>>. Acesso em: 04 Dez 2016.

_____. Sustainable development in communities: City indicators for service delivery and quality of life. International Organization for Standardization, 2016. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/37120_briefing_note.pdf>. Acesso em: 04 Dez 2016.

ALMEIDA, Luiz Eduardo Fontes Melo de. CIDADES DIGITAIS: UMA METODOLOGIA PARA IMPLANTAÇÃO. Niterói, 2010. f. 170. Dissertação (Mestrado de Telecomunicações) - Universidade Federal Fluminense, 2010.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRAD, B., and M. MURAR. "Smart Buildings Using IoT Technologies." *Stroitel'stvo Unikal'nyh Zdanij I Sooruzenij; Construction of Unique Buildings and Structures 5* (2014): 15. Web.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de Pesquisa em Administração. 7. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

DE MORAES PAES, Wander. "Interoperabilidade Móvel: A Internet Das Coisas." *Revista Da Universidade Vale Do Rio Verde* 12, no. 1 (2014): 794-810.

DOMINGO Mari Carmen, An overview of the Internet of Things for people with disabilities. *Journal of Network and Computer Applications* 35 (2012) 584-596. Disponível em: <https://lmsctl.cyut.edu.tw/sysdata/22/27122/doc/571c22f5f635d883/attach/1523813.pdf>. Acesso em 24/02/2017.

DUARTE, Karen Soares, FURTADO, Pedro, & SILVA, Jorge Sá. (2014). *SmartGuia: Shopping Assistant for Blind People*. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/26369>. Acesso em 24/02/2017.

Gore, A., 1998, *The Digital Earth: Understanding Our Planet in the 21st Century*. Speech delivered at the California Science Center (CSC), Los Angeles, CA. 31 January 1998. Disponível em: portal.opengeospatial.org/files/?artifact_id=6210. Acesso em 24/02/2017.

Hollands, R. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial?, *City*, 12(3), pp. 303–320, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248930334_Will_the_Real_Smart_City_Please_Stand_Up. Acesso em 24/02/2017.

LAM, Khee Poh, ZHANG, Rongpeng, WANG, Haopeng, DONG, Bing, and ZHANG, Rui. "Development of Web-based Information Technology Infrastructures and Regulatory Repositories for Green Building Codes in China (iCodes)." *Building Simulation* 6, no. 2 (2013): 195-205.

LI, Yongling; LIN, Yanliu; GEERTMAN Geertman. The development of smart cities in China. In: 14th International Conference on Computers in Urban Planning and Urban Management (CUPUM), 2015, MIT in Cambridge, Massachusetts USA. Anais. Disponível em: http://web.mit.edu/cron/project/CUPUM2015/proceedings/Content/pss/291_li_h.pdf. Acesso em 24/02/2017.

LYNGGAARD, P., & SKOUBY, K. (2015). Deploying 5G-Technologies in Smart City and Smart Home Wireless Sensor Networks with Interferences. *Wireless Personal Communications*, 81(4), 1399-1413.

Miao, Q.-J. (2008). Research on the progress and direction of Digital City. *The international archives of the photogrammetry, remote sensing and spatial information sciences*, Vol. XXXVII, Part B4. Beijing. Disponível em: http://www.isprs.org/proceedings/XXXVII/congress/4_pdf/19.pdf. Acesso em 24/02/2017.

NAHRSTEDT, K., LOPRESTI, D., ZORN, B., DROBNIS, A., MYNATT, B., PATEL, S., & WRIGHT, H. (2016). *Smart Communities Internet of Things*.

RAMOS, José Luis Hernandez. Desarrollo de un Framework de Seguridad y Privacidad Aplicado al Internet de las Cosas. Murcia, 2016. f. 64. Tese (Doutorado em Informática) - Universidad de Murcia, 2016.

Sanz, L.; Rallo, R. Data Interoperability and City Indicators, 2014. Disponível em: <http://www.cptf.cityprotocol.org/Annual%20meetings/TAFT%20Plenary%20Session/TAFTs/01_dici.pdf>. Acesso em: 04 Dez 2016.

SCHATTEN Markus. (2014). Smart Residential Buildings as Learning Agent Organizations in the Internet of Things. Business Systems Research, 5(1), 34-46.

SEROA DA MOTTA, Ana Lúcia Torres. Riscos Urbanos Decorrentes do Aquecimento Global. Rio de Janeiro: PublIt, 2014.

VALLIANATOS, Mark. Uncovering the Early History of "Big Data" and the "Smart City" in Los Angeles. In: Boom California, 2015. Disponível em: <https://boomcalifornia.com/2015/06/16/uncovering-the-early-history-of-big-data-and-the-smart-city-in-la/>. Acesso em 24/02/2017.

VANOLO, Alberto. Smartmentality: The Smart City as Disciplinary Strategy. In: Urban Studies, Vol 51, Issue 5, pp. 883-898, 2013. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0042098013494427>. Acesso em 24/02/2017.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VLACHEAS, Giaffreda, Stavroulaki, Kelaidonis, Foteinos, Poulios, Demestichas, Somov, Biswas, and Moessner. "Enabling Smart Cities through a Cognitive Management Framework for the Internet of Things." Communications Magazine, IEEE 51, no. 6 (2013): 102-11.

YIN, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 3. ed. São Paulo: Book